# O GRANDE ENGANO

*Desmascarando as heresias do romanismo*


**Isaias Lobão (org)**

*A. B. Carrero*
*Aníbal Pereira dos Reis*
*Guy Davies*
*James E. McGoldrick*
*Jordan Standridge*
*Leonardo De Chirico*
*Martinho Lutero*
*William Cunningham*


**Prefácio**
**Solano Portela**


CASA EDITORIAL
Laissez-Faire

# O grande engano

*Desmascarando as heresias do romanismo*

Série Apologética nº 5

Isaias Lobão

Casa Editorial *Laissez-faire*

# Série Apologética

Uma coleção dedicada à defesa fundamentada da fé cristã

---

*Títulos desta série:*

1. A autoridade e veracidade das Escrituras: A Palavra de Deus em um mundo relativista.
2. Provas clássicas da existência de Deus.
3. Fé cristã e ciência: Onde está o conflito?
4. Exclusividade de Cristo: Por que só Jesus é o caminho, a verdade e a vida?
5. **O grande engano: Desmascarando as heresias do romanismo**.
6. Teodiceia (Problema do mal): Como a fé cristã responde ao sofrimento?
7. O cristianismo e as seitas: Como defender a fé diante de falsas doutrinas?



# Endossos



*A obra "O Grande Engano: Desmascarando as heresias do romanismo" do Rev. Isaías Lobão, apresenta com clareza os principais erros doutrinários do catolicismo romano à luz da teologia reformada. Contrasta o evangelho bíblico com doutrinas como a infalibilidade papal, a mediação dos santos e o culto a Maria. Baseado nas Escrituras e na história da Igreja, reafirma os pilares da Reforma. Recomendo como leitura útil para o fortalecimento doutrinário dos cristãos.*

- Rev. Augustus Nicodemus. Pastor presbiteriano, casado com Minka, pai de Hendrika, Samuel, David e Anna. Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife. Mestre e doutor (Ph.D.) em Interpretação Bíblica, com formação na África do Sul, Estados Unidos e Holanda. Foi chanceler da Universidade Presbiteriana Mackenzie e vice-presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil.

*Saúdo a todos na paz do Senhor Jesus. Nesta obra, o Rev. Isaias Lobão oferece uma exposição rigorosa e profundamente fundamentada acerca do romanismo e de outras questões de vital importância para a fé cristã em nossos dias. Trata-se de uma contribuição valiosa, cuja leitura se recomenda a todos aqueles que buscam discerni-*

*mento teológico e firmeza doutrinária diante dos desafios culturais e espirituais da atualidade.*

— Erivaldo Vilar, presbítero na Assembleia de Deus Vida em Cristo – Goiás.

*Se acreditasse que o homem evoluiu de algum animal diria que o Isaías veio das saúvas, é muito cabeçudo. Em tempos de extrema pluralidade refletir sobre esse tema é de suma importância. Recomendo.*

— João Inácio, cineasta.

*Com alegria e plena convicção, endosso integralmente esta série apologética, formada por títulos que tratam, com profundidade teológica, clareza expositiva e fidelidade às Escrituras, dos grandes temas que desafiam a fé cristã em nossos dias. Em um cenário marcado pelo relativismo, pelo pluralismo religioso e por ataques cada vez mais intensos à verdade da Palavra de Deus, esta coleção se destaca como uma ferramenta indispensável para a edificação de cristãos conscientes, preparados e firmes na defesa do evangelho.*

- Pr. Marcelo Ferreira. Pastor Auxiliar – Igreja Batista Filadélfia do Guará II.

*O professor Isaías Lobão nos brinda com uma obra apologética de grande valor, confrontando as nocivas doutrinas do romanismo. Ao longo da história, o catolicismo romano tem representado uma distorção da fé da Igreja Apostólica, obscurecendo a verdade e conduzindo muitos ao erro. A Reforma Protestante, por providência de Deus, foi um retorno glorioso às Escrituras, trazendo luz em meio às trevas. Neste livro, Isaías Lobão demonstra com clareza essa realidade e, contando ainda com artigos valiosos de outros autores, expõe e refuta os principais equívocos da tradição papista. Recomendo esta leitura com entusiasmo e convicção.*

— Rev. Ageu Magalhães. Mestre em Teologia Sistemática pelo Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper e mestre em Liderança Cristã pelo CPAJ/Gordon College. É pastor da Igreja Presbiteriana de Vila Guarani, em São Paulo, capital, desde 1999. Atua como professor no Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição e é membro do Conselho da Pan American Christian Academy (PACA), também em São Paulo.

***O Grande Engano*** *é mais do que uma análise teológica; é um verdadeiro manual para os nossos dias. Com base sólida nas Escrituras, o autor expõe os principais erros do romanismo, ao mesmo tempo em que oferece orientações práticas para evangelizar católicos romanos de maneira bíblica, amorosa e eficaz. Esta obra equipa o cristão para defender a fé com coragem e clareza, preparando-o para enfrentar os desafios doutrinários de forma fiel ao Evangelho. Uma leitura essencial para todos que desejam estar preparados para batalhar pela verdade.*

— Rev. Isaías de Sousa Araújo. Bacharel em Teologia e Pós-graduado em Teologia Urbana, Doutor Honoris Causa em Ciências da Religião e PhD em Teologia com concentração em Ciências da Religião (Curso Livre).

*Vivemos em uma época marcada pelo relativismo, onde "cada um tem sua verdade". Nesse contexto nebuloso, torna-se ainda mais urgente voltarmos nossos olhos para a Palavra de Deus. Precisamos discernir entre aquilo que aparenta ser verdadeiro e aquilo que, sob a luz das Escrituras, revela-se erro. É precisamente aqui que o livro* ***O Grande Engano*** *presta um serviço valioso à igreja de Cristo. As reflexões propostas, as perguntas provocadoras e o guia de estudos que acompanham a obra nos levam a pensar com seriedade sobre a identidade doutrinária do papismo. Este é um chamado pastoral à*

*vigilância, à fidelidade e à clareza, diante da urgente necessidade de manter viva a verdade bíblica proclamada na Reforma Protestante.*

— Júlio Heleno, presbítero da Igreja Cristã Evangélica Boas Novas – Taguatinga/DF. Fundador e mobilizador do ministério Missões em Suas Mãos.

*O autor atinge com objetividade a proposta de apontar a falácia do romanismo. Apropriando-se também de textos de renomados estudiosos do tema, como o ex padre Aníbal Pereira dos Reis, o livro traz informações valiosas do que são as práticas católico-romana apontando as incongruências bíblicas em cada uma delas. Já na introdução, o autor mostra o seu viés de historiador que é, apresentando ao leitor um profundo estudo histórico do catolicismo desde o seu início até chegar nos nossos dias e especificamente no Brasil. Outro ponto alto que o livro traz é o guia de estudo no final de cada capítulo, permitindo ao leitor ou grupo de estudantes aprofundar o estudo do tema a partir da curiosidade despertada.*

— Pr. Celso Mastromauro. Formado em Teologia pelo Seminário Palavra da Vida, consultor editorial e avô coruja e incorrigivelmente babão da pequena Eloá.

*"e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". (João 8.3). Durante muitos séculos, o catolicismo romano moldou práticas, crenças e culturas. Mas até que ponto isso foi positivo? Ou melhor: até que ponto suas doutrinas estão realmente alinhadas com a fé revelada nas Escrituras Sagradas? Nesta obra, o professor Isaías Lobão — docente nas áreas de história e teologia — conduz o leitor, com tom pastoral e firmeza bíblica, por uma jornada criteriosa pelos principais desvios doutrinários do catolicismo romano, sempre à luz da Palavra de Deus. Com o propósito de desmascarar as heresias contidas na teologia romana, o autor apresenta sólida argumentação bíblica e respaldo na tradição reformada, visando resgatar as ver-*

*dades do Evangelho. Além disso, a obra fornece valiosas ferramentas apologéticas para o diálogo com católicos-romanos. A clareza com que escreve, aliada aos testemunhos e ao conteúdo histórico-teológico acessível, torna O Grande Engano uma leitura indispensável para todo aquele que deseja "responder com mansidão e temor" a quem perguntar pela razão da nossa esperança.Posso afirmar que O Grande Engano é bem mais que uma crítica — é um chamado à verdade do Evangelho.*

— Rev. Marcos André. Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte (SPN) e pela FACETEN. Especialista em Teologia Exegética (FATIN), Revitalização e Multiplicação de Igrejas, e Teologia Sistemática (CPAJ). Mestre em Teologia Sistemática e doutorando em Ministério pelo CPAJ. Professor residente do SPN e visitante no STNE e IBN. Pastor efetivo da Igreja Presbiteriana de Brotas (Salvador-BA) e membro da APMT/IPB.

*Este livro do Pastor Isaías Lobão é um verdadeiro presente para os nossos dias, ao trazer à luz aspectos importantes do romanismo que, infelizmente, poucos no meio evangélico se dispuseram a examinar com profundidade. É uma obra enriquecedora e edificante, que nos ajuda a discernir, com amor e verdade, que nas raízes da Igreja de Roma há elementos dos quais a fé cristã, ao longo da história, não pode se gloriar. Recomendo esta leitura a todos que de sejam firmar-se ainda mais na Palavra de Deus e na simplicidade do evangelho de Cristo.*

- Rev. Adelson Aparecido Lopes — Pastor Presbiteriano. Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano de Brasília; Mestre em Aconselhamento e Especialista pelo Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper; Bacharel em Direito pela UniCeub.

Projeto gráfico e diagramação em LaTeX
Evan Unbekannt Niemand



Contato com o autor:
**isaiaslobao@hotmail.com**




Todo o conteúdo desta publicação é distribuído sob os termos da Licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 (CC-BY 4.0). Isso significa que qualquer pessoa pode copiar, distribuir, modificar, adaptar, remixar e criar obras derivadas deste material, inclusive para uso comercial, desde que o autor original seja devidamente creditado e que eventuais alterações sejam indicadas.

Casa Editorial *Laissez-faire.*
Brasília, DF.
Impresso no Brasil, 2026.

**Mensagem ao Leitor**

Fico muito feliz em ter a chance de compartilhar este livro com você.

Este material foi elaborado para apoiar o seu aprendizado e incentivar seu crescimento.

Se esta obra lhe trouxe algo de valor, ficarei grato em receber suas impressões e sugestões.

Sinta-se à vontade para compartilhar este livro para mais pessoas.

Obrigado por dedicar seu tempo a esta leitura.

***Boa jornada*!**

CASA EDITORIAL
Laissez-Faire

# A *Série Apologética*

> *Antes, santificai a Cristo, como Senhor, em vosso coração, estando sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós.*
> **(I Pedro 3:15)**

O termo "apologética" vem do grego *apologia*, que significa "defesa verbal". No contexto cristão é o estudo e a prática de defender a fé de maneira racional, respondendo a dúvidas e críticas.

Desde os primeiros séculos, cristãos se dedicam demonstrar que a fé em Deus faz sentido e é sustentada por evidências históricas, filosóficas e científicas. A apologética não se trata apenas de "ganhar debates", mas de ajudar as pessoas a compreenderem melhor a fé cristã e seus fundamentos.

## Ferramentas da apologética

Para cumprir seu papel, ela utiliza diversas áreas do conhecimento, como:

- **Arqueologia**: Confirma fatos históricos mencionados na Bíblia por meio de escavações e descobertas.
- **Ciências naturais**: Discute questões como a origem da vida e a existência de um Criador.

- **Filosofia**: Apresenta argumentos lógicos para a existência de Deus e o significado da vida.

- **Teologia**: Analisa a coerência da fé cristã e a interpretação das Escrituras.

- **História**: Mostra como o cristianismo influenciou o mundo e como a Bíblia foi preservada ao longo dos séculos.

- **Ciência e Religião**: Reflete sobre como a fé e o conhecimento científico podem se complementar.

## A apologética ao longo da história

Desde o início do cristianismo, os crentes a enfrentaram inúmeros desafios. Nos primeiros séculos, os cristãos tiveram que responder a objeções dos judeus e dos pagãos greco-romanos. Mais tarde, surgiram novos questionamentos vindos do islamismo, do ateísmo e de correntes filosóficas modernas.

## Tipos de apologética

Existem duas principais formas de defesa da fé:

1. **Apologética**: Defende o cristianismo contra objeções de outras religiões e filosofias, como o islamismo, o ateísmo e o agnosticismo.

2. **Polêmica**: Corrige distorções dentro do próprio cristianismo, como heresias e interpretações equivocadas da Bíblia.

## A importância da apologética

A apologética é essencial porque fortalece os cristãos, ajudando-os a compreender melhor sua própria fé e a compartilhá-la com segurança. Em um mundo onde muitas pessoas duvidam ou questionam a fé cristã, estar preparado para responder de forma clara e respeitosa é um grande diferencial.

A apologética não se trata apenas de defender a fé contra objeções, mas também de aprofundar o conhecimento da verdade bíblica, equipando os cristãos para discernir ensinamentos falsos e enganosos.

Nesse contexto, é fundamental compreender conceitos como seita, heresia e tolerância religiosa.

## O que é uma seita?

O termo ”seita”originalmente significava uma corrente de pensamento ou facção. No entanto, com o passar do tempo, adquiriu um significado mais específico no contexto religioso, referindo-se a grupos que seguem um líder humano e deturpam ou rejeitam os ensinos bíblicos.

## O que é heresia?

A palavra ”heresia”deriva do grego *haíresis*, que significa ”escolha”ou ”doutrina separada”. No contexto cristão, refere-se a qualquer ensino que se desvia da verdade revelada nas Escrituras, distorcendo a fé bíblica.

Embora nem toda pessoa que expresse uma heresia faça parte de uma seita, toda seita, por definição, propaga heresias.

## O que é tolerância religiosa?

A tolerância religiosa é o respeito devido às pessoas que adotam crenças diferentes das nossas. Contudo, essa postura não implica aceitar a ideia de que todas as religiões conduzem a Deus.

A fé cristã sustenta que a verdade é objetiva e absoluta, sendo Cristo o único caminho para a salvação (Jo 14:6).

## É correto questionar a fé de outra pessoa?

Sim. A Bíblia nos ensina que devemos examinar todas as coisas e reter o que é bom (1Ts 5:21). Questionar uma expressão religiosa não significa desrespeitar ou atacar quem a pratica, mas avaliar suas crenças à luz da verdade bíblica.

O diálogo apologético deve ser conduzido com amor e respeito, visando a edificação e a busca sincera pela verdade.

Para lidar com os desafios impostos pelos falsos ensinos, é necessário que os cristãos assumam compromissos firmes:

- Compreender a doutrina cristã – Conhecer as Escrituras é o primeiro passo para não ser enganado por ensinos distorcidos.

- Separar-se de toda subversão espiritual – Evitar associações com práticas que contradizem a fé cristã.

- Rejeitar os pontos de vista profanos – Não adotar ideias que enfraquecem ou corrompem a verdade bíblica.

- Não encorajar os promotores de seitas – Evitar dar espaço e influência a quem dissemina falsos ensinos.

- Estar disposto a contender pela fé – Defender a verdade do Evangelho com coragem e mansidão (Jd 1:3; 1Pe 3:15).

# Sobre a *Série Apologética*

A *Série Apologética* foi elaborada para oferecer um conteúdo claro e acessível.

Ao longo dos textos, exploraremos argumentos históricos, filosóficos, teológicos e científicos que evidenciam a veracidade do Evangelho.

Em cada capítulo você encontrará um Guia de Estudo, com perguntas que promovem reflexão pessoal ou em grupo.

Elas podem ser utilizadas individualmente, em pequenos grupos ou como parte de um curso.

Minha esperança é que este material fortaleça sua fé e o capacite a compartilhar a esperança que há em Cristo com sabedoria, convicção e amor.

Minha esperança é que este material fortaleça sua fé e o capacite a compartilhar a esperança que há em Cristo com sabedoria, convicção e amor.

## A origem e propósito deste volume

Diante do desafio de um tempo em que muitos evangélicos têm perdido a clareza doutrinária e a firmeza na fé, elaborei este opúsculo com o objetivo de oferecer um recurso acessível e bem fundamentado para estudantes, pastores e todos os interessados no tema.

Ao longo dos anos, tive o privilégio de ensinar sobre esses temas diversas igrejas e seminários teológicos, representando diferentes denominações, tanto no Brasil quanto no exterior. Este volume, em especial, nasceu a partir das anotações de um curso ministrado em 2013, no Seminário Presbiteriano de Brasília.

Foi nesse contexto que este livro começou a tomar forma, inicialmente como um conjunto de anotações organizadas ao longo de aulas e palestras. Posteriormente, o material foi revisado e trans-

formado em um eBook, amplamente distribuído pelas redes sociais. Agora, em sua versão impressa, passou por uma nova revisão editorial, com atualizações no conteúdo e a inclusão de novas seções.

Este material pode ser utilizado como guia de estudo individual, como base para discussões em grupos, e como apoio na preparação de aulas, palestras e sermões.

Sinto-me honrado ao ver como um projeto que começou de forma modesta foi ganhando corpo ao longo dos anos e agora, integra oficialmente esta coleção, publicada sob o selo de teologia da Casa Editorial *Laissez-faire*.

Expresso minha sincera gratidão aos autores Leonardo De Chirico, Guy Davies, Jordan Standridge e John Hendryx, que gentilmente autorizaram a inclusão de seus artigos nesta obra. Também foram utilizados livros e artigos disponíveis em domínio público, cujas fontes estão devidamente referenciadas ao longo do texto ou nas notas bibliográficas.

Caso alguma citação ou crédito tenha sido omitido de forma não intencional, peço a gentileza de que me informem para que as devidas correções possam ser realizadas.

Os textos sem indicação de autoria foram escritos por mim. Desta maneira, quaisquer equívocos, imprecisões ou omissões que porventura permaneçam são de minha inteira responsabilidade.

Minha oração é que este conteúdo glorifique o Senhor e sirva para fortalecer, instruir e encorajar todos os que o lerem.



Brasília, 10 de junho de 2025.

***Voltar ao Índice***

# Prefácio

Nos últimos anos, temos testemunhado um movimento inquietante: a migração de alguns evangélicos — inclusive pastores — para o seio da Igreja Católica Romana.

Muitos seguem esse caminho motivados por um desencanto com o evangelicalismo contemporâneo, que, em muitos casos, dilui a soberania de Deus e adota práticas litúrgicas e doutrinárias alheias às Escrituras.

Em certos ambientes, o evangelho da graça tem sido substituído por uma teologia de barganha, proclamada por líderes que se assemelham mais aos vendilhões do Templo — aqueles que o próprio Cristo expulsou com zelo santo.

Outros, seduzidos por um discurso afetuoso de "retorno ao lar" ou de "reconciliação com a igreja-mãe", ignoram os profundos desvios doutrinários que a Igreja de Roma acumulou ao longo dos séculos — desvios que progressivamente ofuscaram a centralidade da graça e a suficiência das Escrituras, substituindo-as por tradições humanas.

Com isso, consolidou-se um "outro evangelho", igualmente fatal, que anula a graça, distorce a Palavra de Deus e a relega a um papel secundário e desfigurado.

Essa romanização da fé cristã perdurou quase sem oposição até ser confrontada pela luz libertadora da Reforma do século XVI — um marco espiritual e teológico que resgatou verdades esquecidas e expôs os erros então dominantes.

Diante de um fenômeno que não apenas persiste, mas tende a se intensificar, torna-se urgente revisitar criticamente o romanismo. É preciso reafirmar com coragem doutrinas muitas vezes tidas como pacificadas, mas que seguem sendo desafiadas. Esta obra cumpre esse papel com clareza, firmeza e espírito pastoral.

Se o romanismo fosse, de fato, uma legítima expressão da fé bíblica, como explicar o envio, no século XIX, de missionários evangélicos ao Brasil, impulsionados por um profundo senso de urgência em proclamar a verdade do evangelho?

Negar esse legado é não apenas desprezar a Palavra de Deus, mas também desonrar a memória dos heróis da fé que, com sacrifício e coragem, trouxeram ao nosso povo a luz das Escrituras e a mensagem da salvação — cujo único mediador entre Deus e os homens é Jesus Cristo, Senhor e Salvador.

Portanto, cabe-nos atentar para as vozes apologéticas reunidas nesta obra — do autor e dos textos por ele criteriosamente selecionados. São artigos de diferentes períodos, antigos e recentes, unidos pelo mesmo compromisso com a verdade do evangelho.

Este livro, **O Grande Engano**, é uma contribuição oportuna e necessária. Em tempos de confusão doutrinária e revisionismo religioso, sua publicação lança luz sobre heresias persistentes e resgata verdades fundamentais da fé cristã reformada.

Que esta leitura sirva de alerta, edificação e fortalecimento para todos quantos amam a verdade e desejam permanecer firmes na fé que, uma vez por todas, foi entregue aos santos.

— Solano Portela

Presbítero emérito da IPB. Aposentado, reside no Canadá com esposa e dois dos 4 filhos e 6 dos doze netos. Colabora eventualmente em cursos online nas áreas de teologia e educação escolar cristã. Atuou como Diretor Financeiro e Educacional do Mackenzie (SP) e, como professor, no Centro Presbiteriano de Pós Graduação Andrew Jumper.

# Introdução

> *Porque sei em quem tenho crido e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele Dia.*
>
> **(II Timóteo 1:12)**

.

## A presença histórica do catolicismo-romano no Brasil

O catolicismo romano permanece como a religião mais numerosa, difundida e influente do Brasil. A atuação contínua da Igreja Católica Romana moldou tradições culturais, práticas sociais e estruturas institucionais que perduram até hoje, consolidando sua presença como um dos pilares fundamentais na história brasileira.

As Ordens e congregações religiosas vieram junto com os colonizadores em 1500. Assumiram serviços nas paróquias e dioceses, desempenharam um papel central na educação por meio dos colégios e se dedicaram à evangelização dos povos indígenas.

A influência do catolicismo romano pode ser claramente identificada em diversos exemplos, que incluem o primeiro nome dado

à colônia portuguesa, inicialmente batizada de ”Terra de Santa Cruz”, e a celebração da primeira missa em território brasileiro, conduzida como ação de graças pelos navegadores portugueses.

Também são exemplos da presença católica os nomes das primeiras vilas e sesmarias fundadas no Brasil, como São Vicente e Santos, refletindo a forte tradição devocional dos colonizadores.

Além disso, essa influência estende-se à organização espacial das cidades brasileiras, tradicionalmente estruturadas em torno de uma praça central onde se destacava a igreja matriz. Tal configuração urbana expressa a relevância social e cultural que a Igreja Católica Romana deteve ao longo da formação histórica do país.

A Coroa portuguesa exercia total controle sobre a atividade eclesiástica no Brasil por meio do sistema do Padroado. Esse regime concedia à monarquia a autoridade de administrar a igreja romana no território colonial. O governo português era responsável por sustentar financeiramente o clero e construir templos, em troca da submissão da igreja romana às diretrizes do magistrado civil e da exclusão de outras confissões religiosas.

O governo também possuía o poder de confirmar as sentenças dos tribunais da Inquisição e determinar as punições aplicadas. Além disso, a Coroa mantinha rígido controle sobre o comportamento do clero por meio da Mesa de Consciência e Ordens, um órgão vinculado ao Conselho Ultramarino, responsável por garantir a obediência dos religiosos às normas da monarquia.

Esse sistema assegurou a influência do catolicismo romano na organização social e política do Brasil colonial, mas também limitou sua autonomia em questões doutrinárias e administrativas.

No século XIX, o pensamento católico passou por um processo de revigoramento, impulsionado pelo movimento ultramontano, uma corrente conservadora que reforçava a centralização da autoridade papal e a submissão da Igreja a Roma.

O termo ”ultramontano”significa ”além dos montes”, em referência aos Alpes, que separam a Itália do restante da Europa. Os

ultramontanos defendiam que a orientação da Igreja deveria vir diretamente do Vaticano, em oposição a qualquer interferência dos Estados nacionais.

Esse período marcou uma forte reafirmação da autoridade do papa e uma resistência à secularização da sociedade. Ao longo do século XX, no entanto, o romanismo passaria por novas transformações, buscando adaptar-se a um mundo em constante mudança.

## O declínio do romanismo

Como disse anteriormente, o Brasil continua sendo um dos países com o maior número de católicos-romanos no mundo. No entanto, observa-se um declínio significativo na proporção de fiéis nas últimas décadas

Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 50% da população brasileira se declara católica-romana, o que representa cerca de 106 milhões de pessoas.

Esse número, apesar de expressivo, reflete uma tendência de declínio na participação romanista no país.

Desde a década de 1950, a proporção de romanistas no Brasil tem apresentado uma tendência de queda. No Censo de 1950, cerca de 93% da população brasileira se identificava como católica-romana. Esse percentual permaneceu elevado nas décadas seguintes, mas começou a declinar a partir dos anos 1980, quando passou para 83% em 1991. Em 2000, a porcentagem caiu para 73,6%, e em 2010 chegou a 64,6%.

O mais recente levantamento, realizado em 2022, revelou que apenas cerca de 50% dos brasileiros ainda se identificam como romanistas.

Esse declínio está relacionado a diversos fatores, como o crescimento das igrejas evangélicas, o aumento do secularismo e o

distanciamento de parte da população em relação às religiões tradicionais.

## O presente que mudaria tudo

Como aconteceu em muitas famílias brasileiras, a minha também viveu uma transição significativa do catolicismo romano para a fé evangélica.

Nasci em um lar protestante, uma herança espiritual recebida tanto dos meus pais quanto dos meus avós, cujas conversões marcaram profundamente a nossa história familiar.

Vou contar a história de meus avós maternos — um testemunho vivo da força transformadora da Escritura. Mesmo diante de tentativas de censura e perseguições religiosas comuns à época, a Palavra de Deus atravessou essas barreiras, iluminando seus corações e transformando radicalmente suas vidas.

Meus avós, Celso e Maria Meireles, nasceram em Minas Gerais. Foram criados na tradição papista, imersos em costumes repletos de superstições, como o culto aos santos e a adoração de imagens.

Ao decidirem migrar para Goiás, receberam um inesperado presente de despedida de um compadre: uma Bíblia.

Conhecida por ele como a Escritura Sagrada. E era assim que sempre ouvia meus avós se referirem à Bíblia.

Naquela época, o acesso direto às Escrituras era extremamente limitado. As Bíblias não eram impressas no Brasil, sendo distribuídas pelas Sociedades Bíblicas através de colportores.[1] Provavelmente, foi por esse meio que o compadre dos meus avós con-

[1] A palavra ”colportor”tem origem no termo francês colporteur, que inicialmente designava um vendedor ambulante ou mascate. Este termo é uma junção de ”col”, que significa ”pescoço”, e ”porter”, que significa ”carregar”, indicando, assim, ”aquele que carrega (algo) no pescoço”. Na França, o termo tinha originalmente o sentido de mascate, ou seja, vendedor que transportava suas

seguiu o exemplar, um presente que viria a transformar suas vidas.

Além disso, a igreja romana desencorajava sua leitura independente, alegando que poderia levar a interpretações errôneas e até mesmo à loucura.

Os padres bradavam nos púlpitos e nas praças: "Esse livro da capa preta vai te deixar louco!" — como se o Evangelho fosse uma espécie de feitiço subversivo.

Ao tomar conhecimento de que meus avós possuíam o livro sagrado, o padre da cidade foi categórico: proibiu-os de lê-lo.

Advertiu-os de que sua leitura poderia desviá-los do caminho correto, insistindo que a simples exposição à Bíblia sem a mediação clerical poderia ser perigosa.

Diante da autoridade eclesiástica, meus avós hesitaram. Temiam desagradar o sacerdote, mas também não queriam desrespeitar o amigo que lhes dera aquele presente. Assim, decidiram não se desfazer da Bíblia, mas tampouco ousaram abri-la naquele momento.

Ao chegarem a Anápolis, em 1953, a Bíblia permaneceu guardada em um canto da casa, esquecida entre os pertences da mudança. No entanto, seu impacto ainda estava por vir.

Meus avós tinham uma vizinha evangélica chamada Dona Rosa. Ela costumava abrir as portas de seu lar para cultos e acolher com alegria muitos servos de Deus que vinham ministrar a Palavra.

De sua janela, minha avó ouvia os belos hinos entoados ao som do acordeon — muitos deles tocados pelo saudoso Rev. James Fanstone, pastor, médico e fundador do Hospital Evangélico de Anápolis.

Aquilo chamou sua atenção. Intrigava-a ver Dona Rosa recebendo pastores em casa com tanta naturalidade.

---

mercadorias. Depois, passou a ser utilizado para designar os distribuidores itinerantes de Bíblias e outros livros religiosos.

Aquela amizade semeou algo novo. Apesar disso, meus avós permaneciam presos nos grilhões papistas.

Minha mãe, Neiva Meireles, me contou que Dona Rosa ajudava minha avó no cuidado da casa e das crianças — e não eram poucas! Muitas vezes, minha avó se surpreendia ao encontrar tudo limpo, organizado e as roupas lavadas. Sem alarde, Dona Rosa servia com amor.

A semente da Palavra — como um grão de mostarda — havia sido lançada, e começava a germinar no solo endurecido dos antigos altares.

Certa vez, como boa mineira — hospitaleira, caprichosa e fiel às tradições — organizou em sua casa uma novena para receber o padre e algumas freiras.

De algum modo, minha avó quis mostrar que também tinha sua fé. E, talvez por orgulho ou confusão, chegou a convidar o padre para visitar sua casa — como quem procura compensar algo não dito.

Como era costume, preparou uma mesa farta, repleta de quitutes, e cuidou para que o ambiente estivesse devidamente adornado com imagens de santos e da Virgem Maria, como mandava o figurino da piedade popular.

Havia, no entanto, um pequeno problema: as imagens, teimosas, não se sustentavam sozinhas sobre a toalha bordada. Foi então que, procurando algo que servisse de base, seus olhos pousaram sobre a Bíblia. Sem titubear, usou-a como pedestal improvisado para os santos que insistiam em cair.

A cena, sem que ela soubesse, ilustrava perfeitamente a advertência do Salmo 115:

> ”Têm olhos, mas não veem; têm ouvidos, mas não ouvem; têm mãos, mas não apalpam; têm pés, mas não andam.”

As imagens, incapazes de se sustentar por si mesmas, precisaram ser apoiadas justamente sobre o livro que muitos líderes religiosos temiam.

Quando o padre chegou, seus olhos logo recaíram sobre a Bíblia. Seu semblante se fechou, e ele repreendeu severamente meus avós, ordenando que se desfizessem do livro imediatamente.

A insistência do sacerdote romanista, longe de afastá-los da Escritura, apenas despertou sua curiosidade. Afinal, que livro era esse? O que havia ali que as pessoas não podiam ler por conta própria?

Tomados por esses questionamentos, minha avó decidiu ler a Bíblia. O que encontrou não foi loucura nem confusão, mas a salvação. O Espírito Santo usou a Palavra de Deus para abrir-lhes os olhos e levá-los ao verdadeiro conhecimento de Cristo.

Aos poucos, perceberam que a salvação não se baseava na superstição papista, tampouco advinha das penitências ou intercessões dos santos, mas sim na graça salvadora de Jesus Cristo. O evangelho os alcançou e transformou seus corações.

No começo, meus avós passaram a frequentar a Igreja Cristã Evangélica Central de Anápolis. Era a mesma igreja da irmã Rosa.

Mas a notícia logo chegou a Minas. E minha bisavó materna, D. Jasmira Vieira dos Santos, ficou alarmada. Temia que sua filha fosse parar no inferno por abandonar a Igreja Romana. Achava que sua filha havia sido fisgada por uma seita perigosa. Preocupada, mudou-se para acompanhar a situação de perto.

Ao chegar, encontrou algo inesperado. Viu a alegria da salvação estampada no rosto de meus avós, da minha mãe e dos meus tios. Mesmo assim, seguiu firme no erro. Minha avó lhe falava com frequência sobre a Palavra de Deus, mas ela resistia, presa às tradições que sempre conhecera.

Tudo começou a mudar quando o pastor Nilson do Amaral Fanini esteve em Anápolis. Um renomado evangelista batista, conhe-

cido em todo o Brasil por suas mensagens impactantes e cheias de fervor.

Naquela ocasião, as igrejas evangélicas da cidade se uniram para promover uma grande campanha evangelística.

A cidade foi sacudida. E muitos corações foram profundamente tocados pela presença viva do Espírito Santo.

Minha família participou dos cultos — até mesmo minha bisavó.

O resultado foi transformador: ela se rendeu a Cristo, justamente com outros familiares que ainda não tinham tomado sua decisão.

Com isso, meus avós passaram a congregar na Igreja Batista. Minha bisavó tornou-se uma serva dedicada do SENHOR, assumindo com alegria a função de zeladora da Primeira Igreja Batista de Anápolis.

Minha avó serviu fielmente ao SENHOR até o fim de sua vida. Ao longo dos anos, teve o privilégio de apoiar diversas igrejas e, inclusive, contribuir ativamente na plantação de novas congregações, sempre com o coração disposto e mãos prontas para a obra de Deus.

Enquanto escrevo estas palavras, meu avô — que confirmou trechos dessa história — vive em Tucumã, no Pará.

Está se aproximando dos 100 anos. E segue servindo ao SENHOR com alegria, livre das superstições do papismo.

## Mudanças no protestantismo brasileiro

Na época em que minha família se converteu, o protestantismo no Brasil era uma fé de convicção firme. Os crentes não apenas professavam sua crença em Cristo, mas compreendiam profunda-

mente as diferenças doutrinárias que os separavam das tradições romanistas.

Ser protestante significava mais do que frequentar um culto aos domingos; era um compromisso de vida, uma identidade enraizada na Escritura. Havia clareza teológica, e os crentes não se envergonhavam de afirmar sua fé, mesmo em meio à oposição. O evangelho não era um mero complemento às tradições religiosas, mas a verdade central que guiava suas vidas.

O protestantismo daquela época se distinguia por alguns pilares fundamentais:

- **A centralidade das Escrituras:** a Bíblia era lida, estudada e defendida como autoridade suprema.

- **A pregação fiel do evangelho:** os crentes compreendiam que a salvação era somente pela graça, por meio da fé, e não por obras ou méritos humanos.

- **A separação clara entre fé e tradição:** havia uma consciência profunda de que a verdadeira igreja não estava nas instituições humanas, mas na comunidade dos redimidos por Cristo.

Os crentes daquela geração sabiam no que criam e por que criam. Não negociavam sua fé para agradar a sociedade ou para buscar aceitação cultural. Entendiam que seguir a Cristo muitas vezes significava romper com tradições familiares, enfrentar perseguições e sustentar um testemunho fiel diante do mundo.

Entretanto, nestas primeiras décadas do século XXI, o movimento evangélico no Brasil passou por mudanças significativas. O fervor doutrinário e a clareza teológica que marcaram gerações anteriores foram, em muitos casos, substituídos por uma espiritualidade mais fluida e menos ancorada nas convicções bíblicas históricas.

Tem sido cada vez mais comum ouvir relatos de líderes e jovens que, outrora firmes na fé evangélica, abandonam as doutrinas da Reforma e se voltam para o romanismo ou, ainda, para as igrejas orientais. Embora estas últimas não tenham uma presença histórica forte no Brasil, seu apelo à tradição litúrgica e à conexão com os primeiros séculos do cristianismo tem atraído jovens que buscam um senso mais profundo de identidade e continuidade espiritual.

Esse fenômeno não ocorre de forma isolada. Diversos fatores contribuem para essa mudança, entre eles:

Mudanças culturais e sociais: a sociedade contemporânea valoriza experiências sensoriais, símbolos e narrativas comunitárias, o que tem levado muitos a buscar formas de culto mais ritualísticas e estéticas.

- **Influência da comunicação digital**: a internet possibilitou o acesso a uma enorme diversidade de perspectivas teológicas, incluindo discursos apologéticos romanistas e ortodoxos que apresentam essas tradições como mais autênticas ou historicamente legítimas.

- **Crise de identidade no meio evangélico**: a fragmentação denominacional, a superficialidade doutrinária em muitas igrejas e o crescimento do pragmatismo levaram muitos a enxergar o protestantismo como algo instável e desconectado da história cristã.

- **Busca por tradição e pertencimento**: diante da fluidez ideológica da modernidade, muitos anseiam por uma fé que ofereça estabilidade e continuidade com o passado.

Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar esses movimentos com discernimento, buscando compreender tanto os desafios quanto as oportunidades que eles apresentam para a próxima geração de cristãos no Brasil.

É necessário reafirmar a riqueza teológica e a herança doutrinária do protestantismo como uma fé bíblica, histórica e viva, capaz de responder às inquietações espirituais de nossa época.



*Voltar ao Índice*

# Dedicatória

> ”Porque Deus não é injusto para se esquecer da vossa obra e do amor que evidenciastes para com o seu nome, pois servistes e ainda servis aos santos.”
> —Hebreus 6.10.

Aos meus tios, Itamar Freitas, Isafram Lobão Freitas e Isael Lobão(Gael), cujo apoio generoso — inclusive financeiro — foi decisivo e serviu como provisão oportuna ao longo desta jornada.

Que o Senhor, que conhece os corações e se lembra de cada gesto feito em amor, recompense abundantemente tudo o que semearam.

Com gratidão e carinho.

*Voltar ao Índice*

# Sobre o Autor




**Isaias Lobão** é professor de história e teologia. Casado com Talita, pai da Ana Clara e do Daniel. É presbiteriano. Gosta de pamonha de sal e de ouvir músicas dos anos 1970.

# Sumário

*A Série Apologética* x

*Prefácio* xvi

*Introdução* xviii

*Dedicatória* xxix

*Dez diferenças entre a Reforma e Roma* 1

*Quatro dicas para comunicar o Evangelho aos católicos-romanos* 6

*A teologia do romanismo* 12

*Não há conciliação entre a Igreja e Roma* 27

*Porque você nunca deve participar da Missa* 32

*Como começou o papado?* 39

*A verdade sobre a Virgem Maria* 45

*A paganização do romanismo* 64

*A questão dos santos e padroeiros* 71

*Apócrifos: A fonte oculta da tradição* 79

*O Concílio de Trento* 89

*Três princípios do protestantismo* 103

*Referências* 119

*Sobre o autor e sua trajetória* 121

# Capítulo I

# Dez diferenças entre a Reforma e Roma

Guy Davies[1]

## Um

A Igreja Católica Romana acredita que suas tradições e seus ensinamentos são tão autoritativos quanto as Escrituras. Os reformados valorizam a tradição, mas aceitam apenas a Bíblia como sua autoridade, e única regra de fé e prática.

[1]Guy Davies é pastor da Providence Baptist Church, Westbury, Wiltshire, Reino Unido. Este artigo foi publicado na edição de setembro/outubro de 2008 da revista Protestant Truth. Davies, Guy. "Ten Differences between the Reformation and Rome."Banner of Truth*, setembro 9, 2008. Traduzido por Isaias Lobão em em 6 de março de 2025. O artigo por ser encontrado em: Ten differences between the Reformation and Rome. Acesso em 6 de março de 2025

## Dois

A Igreja Católica Romana acredita que o Papa, como sucessor de Pedro e Bispo de Roma, é o chefe da Igreja visível. Os reformados acreditam que somente Cristo é a cabeça da Igreja e que nenhum homem pode reivindicar a primazia universal sobre o povo de Deus.

## Três

A Igreja Católica Romana acredita que a Bíblia não pode ser devidamente entendida à parte da interpretação oficial de Roma (o Magistério). Os reformados acreditam que os cristãos têm a responsabilidade de julgar a verdade de todo ensino pela extensão de sua conformidade com o ensino da Bíblia, como tem sido comumente aceito com a ajuda da exegese responsável e do testemunho do Espírito.

## Quatro

A Igreja Católica Romana ensina que somos justificados pelo batismo e que a justificação deve ser complementada e melhorada pelas obras. Os reformados sustentam que a Bíblia ensina que a justificação é a declaração de Deus de que um pecador é justo aos seus olhos, com base na fé na obra consumada de Cristo, à parte das obras. Somos justificados somente pela fé. O batismo não efetua a justificação; é o sinal dela, bem como da purificação do crente do pecado e da recepção da nova vida em Cristo.

## Cinco

A Igreja Católica Romana ensina que a Ceia do Senhor é uma re-oferta do sacrifício de Cristo e que o pão e o vinho são realmente transformados no corpo e no sangue do Salvador. Os reformados sustentam que, nas Escrituras, a Ceia do Senhor é uma refeição de comunhão que deve ser mantida pelos crentes em memória da obra consumada de Cristo. O pão e o vinho são símbolos significativos para os crentes do corpo e sangue de Cristo. Na Ceia do Senhor, eles desfrutam da comunhão com o Cristo ressuscitado, que está presente à Mesa pelo seu Espírito.

## Seis

A Igreja Católica Romana considera seus ministros como sacerdotes. Eles re-oferecem o sacrifício de Cristo na Missa e atuam como mediadores entre Deus e os fiéis, assumindo o papel de Cristo. Os reformados ensinam que todos os cristãos são sacerdotes, que oferecem um sacrifício de louvor e adoração ao Senhor. Alguns, chamados a ser mestres e pastores, são ministros da Palavra. Sua tarefa é dedicar-se à oração, à pregação do evangelho e cuidar do rebanho.

## Sete

A Igreja Católica Romana ensina que, após a morte, as almas dos crentes falecidos que não fizeram satisfação suficiente por seus pecados em sua vida vão ao purgatório para fazer isso antes de ir para o céu. Os vivos podem afetar quanto tempo o falecido tem que passar no purgatório, observando a missa, obtendo indulgências e orando por eles. Os reformados sustentam que o purgatório não é ensinado nas Escrituras. Eles acreditam, de acordo com

as Escrituras, que na morte as almas dos crentes se afastarão do corpo para estar com Cristo no céu, aguardando a ressurreição para a vida, glória e imortalidade.

## Oito

A Igreja Católica Romana acredita que Maria pode ser invocada como mediadora com Cristo e que os fiéis devem orar a ela e mostrar devoção a ela. Roma também ensina que os crentes devem orar por si mesmos e pelos mortos aos fiéis falecidos que o Papa designou como santos. Os reformados honram Maria como a mãe de nosso Senhor e a veem como um exemplo de obediência e amor a Deus. Eles sustentam que há apenas um mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus, e que, apesar dos protestos de Roma, seu ensino tira a única mediação de Cristo. A oração e a adoração devem ser oferecidas a Deus somente por meio dele.

## Nove

A Igreja Católica Romana ensina que existem sete sacramentos e que esses sacramentos funcionam ex opere operato, transmitindo efetivamente a graça àqueles que os recebem. Por exemplo, o batismo regenera e justifica, e os participantes da Missa realmente se alimentam do corpo e bebem o sangue de Cristo. Os reformados encontram apenas dois sacramentos ou ordenanças nas Escrituras, o batismo e a Ceia do Senhor. Estes são meios de graça que só são eficazes quando recebidos pela fé.

## Dez

A Igreja Católica Romana se considera a única Igreja verdadeira através da sucessão apostólica de seus bispos. Os cristãos católicos

não romanos são considerados "irmãos separados" que dividiram cismáticamente o corpo de Cristo. Os ministros reformados não são verdadeiramente ordenados para o ministério apostólico. Os reformados definem a Igreja não institucionalmente, mas como um grupo de pessoas crentes e piedosas, onde o evangelho é verdadeiramente pregado, o batismo e a Ceia do Senhor corretamente administrados e a disciplina da Igreja graciosamente aplicada. A verdadeira sucessão apostólica consiste não na imposição física das mãos como entendido por Roma, mas em crer e pregar o evangelho proclamado pelos apóstolos e registrado nas Escrituras.

## Guia de estudo

- Qual a diferença fundamental entre a doutrina da justificação segundo os Reformadores e segundo a Igreja de Roma? Reflita sobre como essa diferença afeta a segurança da salvação na prática da fé cristã.
- Como a autoridade das Escrituras é compreendida na teologia reformada em contraste com a tradição católica romana? Pense nas implicações dessa diferença para a organização da igreja e para a vida cristã.
- Em que pontos a visão reformada da Ceia do Senhor difere da doutrina católica da transubstanciação? Considere como essas diferenças refletem visões distintas sobre o papel dos sacramentos.
- De que maneira a doutrina da mediação de Cristo se contrapõe à veneração dos santos e à intercessão de Maria no catolicismo? Reflita sobre a suficiência de Cristo como único mediador entre Deus e os homens.

***Voltar ao Índice***

# Capítulo II

# Quatro dicas para comunicar o Evangelho aos católicos-romanos

Leonardo De Chirico[1]

Para a maioria dos evangélicos em todo o mundo, a questão do catolicismo romano surge se e quando eles estão lidando com amigos, vizinhos, familiares ou colegas que são católicos romanos e com quem eles querem compartilhar o evangelho.

Seu interesse pelo catolicismo romano tem principalmente um impulso evangelístico, e não teológico. Eles querem saber "como" compartilhar o evangelho de maneira significativa, em vez de fazer perguntas sobre a natureza do sistema católico romano e como ele difere da fé evangélica.

Isso é compreensível, dado o fato de que alguns procuram ajuda "prática"pronta para uso, em vez de procurar abordar o ca-

[1]Chirico, Leonardo De. *Arquivos do Vaticano: Perspectivas Evangélicas sobre o Catolicismo Romano.* Traduzido por Isaias Lobão em 6 de março de 2025. O artigo pode ser encontrado em: Four Tips for Communicating the Gospel to Roman Catholics. Acesso em: 16 de março de 2025.

tolicismo romano como um todo integrado a ser cuidadosamente estudado.

É claro que, mesmo quando a preocupação inicial é testemunhar aos católicos romanos, algumas tarefas teológicas sempre precisam ser feitas ao comunicar o evangelho.

Aqui estão quatro dicas que podem ser de alguma ajuda para apresentar o evangelho aos católicos romanos. Eles não são um processo de quatro etapas nem uma receita para o sucesso. São lições que aprendi ao longo dos anos ao compartilhar o evangelho com os católicos romanos.

## Dica Prática 1: Não assuma ou confie em uma linguagem comum

Os católicos romanos compartilham muito do nosso vocabulário, mas eles o entendem de maneira diferente. Por exemplo, se você pensar em palavras como salvação, cruz, pecado e graça, elas são todas os mesmos termos que a Bíblia usa, mas os católicos romanos as entendem de maneira muito diferente.

A salvação é pensada como um processo aberto, onde nossas obras e os méritos que ganhamos são necessários para que ela seja recebida. A cruz é entendida mais como a eucaristia celebrada pelo sacerdote do que o sacrifício de uma vez por todas de Jesus no Calvário. O pecado é visto mais como uma doença do que como uma morte espiritual.

Poderíamos continuar sem parar. A questão é que as mesmas palavras têm significados diferentes.

Em vez de confiar em um suposto terreno comum (que é mais retórico do que real), deixe a Bíblia definir sua linguagem e conduzir sua conversa: envolva seus amigos católicos romanos na leitura da Bíblia, no estudo da Bíblia e nas conversas da Bíblia o máximo possível.

Não se aproxime deles com uma atitude de "nós" versus "eles", mas convide-os a serem expostos às Escrituras e a orar para que o Espírito Santo abra seus corações.

Pode haver temores em relação à Bíblia (lembre-se de que, até cerca de 60 anos atrás, seu acesso era restrito aos católicos) e ceticismo em torno dela (muitas vezes absorvido por meio de leituras críticas modernas). No entanto, a Palavra de Deus é poderosa para alcançar e transformar o coração das pessoas.

## Dica Prática 2: Esteja preparado para lutar com a natureza exclusiva do Evangelho

Ao ler ou compartilhar as Escrituras com seus amigos católicos, diversas conversas interessantes surgirão. Geralmente, elas giram em torno dos aspectos mais incisivos do evangelho.

Por exemplo, os católicos romanos podem ter grande respeito pela Bíblia, mas, para eles, ela não é a autoridade suprema.

Quando confrontados com algo que a Bíblia afirma e que contradiz o ensinamento da Igreja, eles tendem a questionar mais a autoridade das Escrituras do que a da Igreja Romana.

Além disso, os católicos romanos incentivam a crença em Jesus, mas, para eles, a fé em Cristo não é suficiente para a salvação — algo mais precisa ser feito por homens e mulheres.

Muitos também demonstram um tipo de amor por Cristo, mas confiam em submediadores, como Maria e os santos, que acabam desviando o foco Dele. Em outras palavras, o que está em jogo é a rejeição dos princípios fundamentais da fé bíblica: **Somente as Escrituras**, **Somente a Fé** e **Somente Cristo**.

## Dica Prática 3: Esteja pronto para mostrar os elementos pessoais da vida cristã

Ao ler a Bíblia juntos, certifique-se de compartilhar como a Bíblia afeta sua vida. Em outras palavras, combine a leitura bíblica com seu testemunho pessoal. Esta etapa será muito útil porque incentivará seus amigos a irem:

- Além da religião: os católicos romanos nominais tendem a separar a "vida normal"da religião. Certifique-se de mostrar cuidadosamente o impacto da Palavra na vida diária, por exemplo, experiência pessoal, trabalho, igreja e sociedade.

- Além da tradição: os católicos romanos tendem a ver a religião como um conjunto de práticas a serem repetidas. Mostrar a centralidade da relação com Jesus que é o Senhor de toda a vida.

- Além da divisão entre clero e leigos: muitos católicos tendem a considerar a religião como uma responsabilidade do clero que os leigos não têm. Mostre o fato de que todos nós somos responsáveis por nutrir nossa vida cristã em devoção pessoal e testemunho.

## Dica Prática 4: Esteja preparado para integrar o testemunho pessoal e a vida da igreja.

Envolver-se na leitura da Bíblia e mostrar o poder do evangelho na vida não pode ser limitado apenas às nossas vidas individu-

ais. Convide outros amigos cristãos para a conversa para mostrar como o evangelho cria comunidades de seguidores de Jesus.

Lembre-se:

- Acreditar e pertencer andam juntos. Os católicos romanos tendem a enfatizar o último em detrimento do primeiro. Mostre a realidade de que o evangelho forma uma nova comunidade (ou seja, a igreja). Convide-os para a igreja para ver como é uma comunidade do evangelho.

- A importância das ordenanças instituídas por Jesus Cristo para a igreja, especialmente a ceia do Senhor. Os católicos não estão acostumados a "ouvir"como sua principal maneira de receber uma mensagem; sua mentalidade religiosa é moldada para ver e experimentar através dos outros sentidos (por exemplo, visão, tato, paladar) e no contexto da comunidade. Os cultos da igreja local são ferramentas evangelísticas maravilhosas para convidar seus amigos a ver e experimentar.

Toda conversão a Cristo é um milagre. Ao comunicar o evangelho aos seus amigos católicos romanos, ore para que Deus se mova em seus corações para abri-los para ver a verdade do evangelho e responder à sua mensagem em obediência e fé.

## Guia de estudo

- Por que é importante compreender a cosmovisão católico-romana antes de apresentar o Evangelho a seus membros? De que maneira isso pode influenciar a abordagem evangelística?

- Como a linguagem teológica usada em conversas com católicos pode ser ao mesmo tempo uma ponte e uma barreira?

Reflita sobre a importância de definir os termos com clareza.

- Em que sentido a relação pessoal com Cristo deve ser destacada ao compartilhar o Evangelho com católicos-romanos? Como essa ênfase se diferencia da religiosidade sacramental?
- O autor sugere que evangelizar católicos exige paciência, humildade e respeito. O que isso significa na prática? Como equilibrar firmeza doutrinária e sensibilidade pastoral?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo III

# A teologia do romanismo

Embora o romanismo reivindique suas raízes no cristianismo primitivo. Ao longo dos séculos, ele desenvolveu doutrinas e práticas que, sob a perspectiva de teólogos protestantes e das igrejas cristãs orientais, representam desvios significativos da fé bíblica, sendo consideradas heréticas ou teologicamente equivocadas.

Ainda que não seja correto classificar o romanismo como uma única heresia, como foi o caso do arianismo ou do pelagianismo, os reformadores protestantes e os teólogos reformados posteriores o criticaram por desviar-se da ortodoxia cristã histórica em questões centrais, especialmente no que diz respeito à salvação, à autoridade e à graça.

## Desenvolvimento histórico e desvios teológicos

A Igreja Católica Romana reivindica traçar sua origem diretamente aos apóstolos, especialmente a Pedro, que, segundo a tradição romanista, teria sido o primeiro bispo de Roma. No entanto,

essa alegação não resiste à análise das Escrituras nem ao testemunho da história.

## A origem da Igreja Cristã: Jerusalém, Não Roma

Tanto os reformados quanto as igrejas orientais reconhecem que o início da Igreja cristã não ocorreu em Roma, mas em Jerusalém, cerca de trezentos anos antes do estabelecimento do primado romano.

A Bíblia é clara ao afirmar que a Igreja nasceu no Pentecostes, quando o Espírito Santo foi derramado sobre os apóstolos, resultando na conversão e no batismo de milhares de crentes (At 2:37-47).

O Novo Testamento testemunha que as primeiras comunidades cristãs se formaram e se espalharam a partir de Jerusalém para outras regiões, incluindo Antioquia, Éfeso e Corinto, onde a Igreja cresceu e se fortaleceu antes mesmo de Roma ter qualquer proeminência.

O próprio apóstolo Paulo, ao escrever suas epístolas, dirige-se a diversas igrejas espalhadas pelo mundo greco-romano, mas jamais concede primazia à igreja de Roma sobre as demais. Pelo contrário, em 1 Coríntios 16:19, ele menciona as igrejas da Ásia sem qualquer referência à superioridade romana.

A alegação de que Roma seria a ”mãe de todas as igrejas”carece de fundamento bíblico e se baseia na tradição eclesiástica desenvolvida posteriormente. As Escrituras ensinam que a Igreja é edificada sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, tendo Cristo como a pedra angular (Ef 2:20).

Portanto, a ideia de que a autoridade e a antiguidade da Igreja se concentram exclusivamente em Roma é uma construção tardia, influenciada por fatores políticos e eclesiásticos que surgiram ao longo dos séculos.

## O crescimento da influência romana

Nos primeiros séculos, a Igreja sofreu intensa perseguição sob os imperadores romanos, e sua estrutura era descentralizada. Entretanto, a conversão de Constantino e a promulgação do **Edito de Milão** (313 d.C.), que legalizou o cristianismo, deram ao bispo de Roma um novo status de influência.

Com o cristianismo tornando-se gradualmente a religião predominante do Império, o bispo de Roma começou a exercer maior autoridade, tanto espiritual quanto política. Esse processo se intensificou no século IV, quando o imperador Teodósio I declarou o cristianismo a religião oficial do Império Romano, por meio do **Édito de Tessalônica** (380 d.C.).

## A ascensão da autoridade papal

À medida que o cristianismo se expandia, o bispo de Roma consolidava seu poder. Seu papel foi significativamente fortalecido durante os pontificados de **Leão Magno (século V)** e **Gregório Magno (século VI)**, que argumentavam que a posição do bispo de Roma deveria ser reconhecida como superior à dos demais bispos da cristandade.

Durante a Idade Média, essa autoridade papal se expandiu ainda mais. Os papas passaram a reivindicar **primazia jurisdicional sobre toda a Igreja**, não apenas como uma posição de honra, mas como um governo centralizado e absoluto.

Essa doutrina culminou na afirmação de que o papa era o **Vigário de Cristo na Terra**, com poder supremo sobre todos os cristãos.

Contudo, essa crescente centralização do poder romano não foi aceita universalmente. Desde os primeiros séculos, os bispos do Oriente resistiram à pretensão de superioridade do bispo de Roma.

### O Grande Cisma de 1054: Ruptura entre Oriente e Ocidente

O aumento do poder papal levou a tensões crescentes entre a Igreja Ocidental (Roma) e a Igreja Oriental. Os patriarcados de Constantinopla, Antioquia, Alexandria e Jerusalém **rejeitavam a alegação romana de primazia absoluta**, argumentando que a Igreja deveria ser governada de forma colegiada, conforme os princípios estabelecidos nos primeiros concílios ecumênicos.

Essas diferenças se agravaram ao longo dos séculos, especialmente em questões doutrinárias, como:

- A inserção da cláusula **Filioque** no Credo Niceno, que afirmava que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, o que foi rejeitado pelos orientais.
- O uso de pão ázimo na Eucaristia pelo Ocidente, em contraste com a tradição oriental.
- A imposição da supremacia papal sobre todas as igrejas.

Essas disputas culminaram no **Grande Cisma de 1054**, quando o patriarca de Constantinopla, Miguel Cerulário, e o legado papal de Leão IX trocaram mútuas excomunhões, rompendo definitivamente a unidade entre **a Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa Oriental**.

A partir desse ponto, a Igreja Ocidental consolidou ainda mais o poder papal, enquanto a Igreja Oriental permaneceu organizada em um modelo conciliar, sem um líder supremo.

## Desenvolvimento teológico na Idade Média

Durante o período medieval, o romanismo formulou doutrinas que mais tarde seriam consideradas heréticas pelos reformadores

protestantes. Entre os principais desenvolvimentos dessa época, destacam-se:

- A crescente ênfase nos sacramentos como meios necessários para a salvação;
- O desenvolvimento da doutrina do purgatório como um estado intermediário de purificação antes do céu;
- O uso crescente das indulgências, que passaram a ser vendidas como meio de reduzir a pena temporal no purgatório;
- A afirmação do Papa como Vigário de Cristo e cabeça visível da Igreja na terra, com autoridade suprema sobre todos os cristãos.

Essas doutrinas e práticas geraram crescente insatisfação e críticas, particularmente entre teólogos e líderes que buscavam uma reforma na Igreja.

## A Reforma Protestante do século XVI

O maior desafio histórico ao romanismo ocorreu durante a Reforma Protestante do século XVI. Reformadores como Martinho Lutero, João Calvino e Ulrich Zwinglio denunciaram os desvios doutrinários da Igreja de Roma, especialmente nas áreas da salvação, dos sacramentos, da autoridade e do papado.

Os reformadores afirmaram que a Igreja havia se afastado do ensino bíblico e introduzido tradições humanas que distorciam o evangelho. Entre as principais doutrinas contestadas estavam:

- A justificação pela fé e não pelas obras (sola fide);

- A autoridade final da Escritura sobre a tradição da Igreja (sola Scriptura);
- O sacerdócio de todos os crentes, eliminando a necessidade de intermediários humanos entre Deus e os homens (1 Pedro 2:9);
- A suficiência da obra de Cristo para a salvação, sem necessidade de méritos adicionais (solus Christus).

Como resposta à Reforma, a Igreja Católica Romana convocou o Concílio de Trento (1545-1563), que reafirmou suas doutrinas tradicionais e condenou explicitamente os ensinos protestantes.

O concílio confirmou a justificação como um processo contínuo, a necessidade dos sacramentos para a salvação e a autoridade da tradição da Igreja ao lado da Escritura.

## A reação pós-reforma e os Concílios Vaticanos

**Primeiro Concílio do Vaticano (1869-1870)**

Diante do avanço do pensamento moderno e das mudanças políticas na Europa, o catolicismo respondeu reforçando a autoridade papal. No Primeiro Concílio do Vaticano, foi proclamada a doutrina da infalibilidade papal, que ensina que o Papa, quando fala *ex cathedra* sobre fé e moral, é preservado de erro.

Essa doutrina foi amplamente rejeitada pelos protestantes e pelos ortodoxos, que argumentaram que somente a Escritura é infalível. Além disso, a ideia de um líder humano infalível contradiz a natureza colegiada da liderança da igreja no Novo Testamento.

**Segundo Concílio do Vaticano (1962-1965)**

No século XX, o Segundo Concílio do Vaticano buscou modernizar algumas práticas e promover um espírito de diálogo com

outras tradições cristãs. No entanto, apesar das mudanças litúrgicas e do incentivo ao ecumenismo, o catolicismo manteve suas doutrinas centrais sobre a salvação, a autoridade da Igreja e os sacramentos.

## O problema central: autoridade e salvação

A crítica reformada ao catolicismo romano se concentra em dois pontos essenciais:

**A Autoridade Suprema da Escritura**

Os reformados sustentam que somente a Escritura é a autoridade final para a fé e a prática cristã (2 Timóteo 3:16-17).

O catolicismo coloca a tradição e os decretos papais no mesmo nível da Escritura, abrindo caminho para inovações doutrinárias que não têm base bíblica.

**A Suficiência da Obra de Cristo**

Os reformados ensinam que a justificação é um ato único de Deus, realizado somente pela fé, sem necessidade de méritos ou sacrifícios adicionais (Efésios 2:8-9).

O catolicismo ensina que a salvação envolve a cooperação do crente com a graça, por meio dos sacramentos e das boas obras, o que reformados consideram um desvio da doutrina bíblica da justificação gratuita.

## A teologia do romanismo

A teologia católica romana é vasta e complexa, abrangendo uma ampla gama de crenças. Embora o romanismo afirme a Trindade, a divindade de Cristo e muitos dos pilares essenciais da ortodoxia cristã histórica, há aspectos fundamentais em sua teologia que são claros desvios do evangelho bíblico.

Abaixo, destaco algumas dessas questões teológicas, particularmente sob a perspectiva protestante reformada.

## 1. Salvação e Graça: O semi-pelagianismo na prática

Historicamente, a Igreja Católica Romana rejeitou o pelagianismo no Concílio de Cartago (418 d.C.), reafirmando a necessidade da graça divina para a salvação. No entanto, muitos teólogos reformados apontam que o catolicismo mantém traços de um sistema semi-pelagiano, no qual a cooperação humana desempenha um papel significativo na salvação.

— O batismo é visto como o meio pelo qual o pecado original é removido e a graça justificadora inicial é concedida. A partir daí, o indivíduo deve cooperar com a graça de Deus por meio da fé, das boas obras e da participação nos sacramentos para crescer e manter a salvação.

— A justificação, na teologia católica, é um processo contínuo, no qual a graça é infundida e as boas obras contribuem para a justiça do crente. Isso contrasta com a doutrina reformada da justificação somente pela fé, que ensina que a justificação é um ato forense único, no qual Deus declara o pecador justo com base na obra de Cristo, sem necessidade de méritos próprios (Romanos 3:28; Efésios 2:8-9).

— Embora o ensino católico reconheça a necessidade da graça, ele também sustenta que o homem pode cooperar com essa graça para aumentar sua justiça e contribuir para sua salvação final. Para os reformados, isso equivale a uma forma de semi-pelagianismo, pois sugere que a salvação não é inteiramente obra da graça de Deus, mas também fruto do esforço humano.

## 2. Os Sacramentos como necessários para a salvação

A Igreja Católica ensina que os sete sacramentos (batismo, eucaristia, confirmação, penitência, unção dos enfermos, matrimônio e ordens sagradas) são os meios pelos quais a graça é conferida ao crente. Entre eles, o batismo e a eucaristia são considerados essenciais para a salvação.

— O batismo é visto como necessário para a salvação, pois remove o pecado original e concede a graça inicial.

— A eucaristia, que na visão católica contém a presença real de Cristo nos elementos do pão e do vinho, é considerada meio de graça e manutenção da salvação.

Os reformados reconhecem o valor dos sacramentos como meios de graça, mas rejeitam a ideia de que são necessários para a salvação ou que comunicam a graça de maneira automática, independente da fé do indivíduo.

## 3. Primado e infalibilidade papal

O romanismo sustenta que o papa é o supremo líder da Igreja, sendo o sucessor de Pedro e o Vigário de Cristo. A doutrina da infalibilidade papal, estabelecida no Primeiro Concílio do Vaticano, afirma que, quando o papa fala *ex cathedra* sobre questões de fé e moral, ele o faz sem erro.

Os protestantes rejeitam essa doutrina com base na *sola Scriptura* (2 Timóteo 3:16-17), argumentando que a autoridade final está somente na Escritura e não nas declarações de um líder eclesiástico.

Além disso, os cristãos reformados destacam que, no Novo Testamento, a liderança da igreja não estava concentrada em um único indivíduo, mas compartilhada entre os apóstolos e anciãos (Atos 15:1-21).

O romanismo baseia sua doutrina da sucessão papal em Mateus 16:18, onde Jesus declara a Pedro: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja."

— A maioria dos reformados interpretam essa passagem como uma afirmação da confissão de Pedro sobre Cristo, e não como a instituição de uma sucessão papal.

— A Escritura consistentemente apresenta Cristo como o fundamento da Igreja (1 Coríntios 3:11; Efésios 2:20).

— O Novo Testamento não sugere que Pedro tenha recebido autoridade suprema sobre os demais apóstolos, e a igreja primitiva era liderada coletivamente (Atos 15:1-21).

## 4. A doutrina do purgatório e das indulgências

A Igreja Católica ensina que o purgatório é um estado intermediário no qual os crentes que ainda não expiaram completamente a pena temporal dos seus pecados passam por purificação antes de entrarem no céu.

— O conceito de indulgências está ligado a essa doutrina, permitindo a redução da pena temporal por meio de obras piedosas, orações e a aplicação dos méritos de Cristo e dos santos.

— Durante a Reforma, Martinho Lutero denunciou a venda de indulgências, que era praticada na época, afirmando que essa doutrina enfraquecia a suficiência da obra de Cristo na cruz (Hebreus 10:14; 1 João 1:7).

Os reformados rejeitam tanto o purgatório quanto as indulgências, afirmando que a obra expiatória de Cristo é suficiente para a plena remissão dos pecados.

### 5. A veneração dos santos e de Maria

O catolicismo ensina que os crentes podem venerar os santos e pedir sua intercessão. Maria, em particular, é exaltada como **Mediadora de todas as Graças** e **Co-Redentora**, tendo um papel especial na intercessão pelos fiéis.

— Os reformados rejeitam essa prática, baseando-se em 1 Timóteo 2:5, que declara que há um só mediador entre Deus e os homens: Jesus Cristo.

— A veneração dos santos e orações a Maria são vistas como uma distração da suficiência de Cristo e da relação direta que os crentes podem ter com Deus.

## O papel dos sacerdotes

Na teologia católica, os sacerdotes são intermediários que ministram os sacramentos, ouvem confissões e realizam a eucaristia. No entanto, o Novo Testamento apresenta Cristo como o único e supremo Sumo Sacerdote (Hebreus 4:14-16), que intercede diretamente por Seu povo.

— No cristianismo reformado, todos os crentes são sacerdotes (sacerdócio universal), tendo acesso direto a Deus sem necessidade de mediadores humanos (1 Pedro 2:9).

— A ênfase no sacerdócio humano dentro do catolicismo é vista como uma diminuição da obra de Cristo e da plenitude de Sua intercessão.

## O papel da Tradição e a proibição da leitura da Bíblia

Ao longo da história, a Igreja Romana elevou a tradição eclesiástica ao mesmo nível da Escritura, obscurecendo a autoridade final da Palavra de Deus.

Esse desvio teológico resultou em séculos de ignorância bíblica, nos quais multidões nasceram, viveram e morreram sem jamais ter acesso ao evangelho. O apóstolo Paulo advertiu que **"a fé vem pelo ouvir, e o ouvir pela Palavra de Cristo"** (Rm 10:17).

No entanto, por meio de decretos e restrições, Roma fechou as Escrituras ao povo, tornando-as inacessíveis e sujeitas apenas à interpretação clerical.

Para compreendermos melhor como a tradição foi se sobrepondo à Escritura, vejamos um resumo da linha do tempo dos principais dogmas e práticas acrescentadas ao cristianismo ao longo dos séculos:

- Século IV (320 d.C.) – Uso de velas nos cultos.
- Século V (431 d.C.) – Maria é proclamada "Mãe de Deus".
- Século VI (593 d.C.) – O Purgatório começa a ser ensinado.
- Século VIII (789 d.C.) – Introdução do culto às imagens e relíquias.
- Século X (998 d.C.) – Estabelecimento do Dia de Finados.
- Século XIII (1229 d.C.) – Proibição da leitura da Bíblia pelos leigos.
- Século XIX (1870 d.C.) – Declaração da infalibilidade papal.
- Século XX (1950 d.C.) – Dogma da Assunção de Maria.

Essa é apenas uma visão geral do longo processo de paganização da doutrina cristã.

Para um estudo mais detalhado sobre cada um desses eventos e sua contextualização histórica, consulte o capítulo VIII: A paganização do cristianismo.

Desde a Idade Média, a hierarquia eclesiástica impôs severas barreiras à leitura e à circulação da Bíblia. Um dos momentos mais

marcantes dessa proibição ocorreu no **Concílio de Tolosa** (1229), quando o clero determinou que os leigos não poderiam possuir ou ler as Escrituras.

Esse ato não foi um incidente isolado, mas parte de uma estratégia deliberada para manter a autoridade e o controle doutrinário nas mãos da instituição.

Durante esse período, a Bíblia era um livro inacessível para a maioria, acorrentada em igrejas e mosteiros e disponível apenas em latim, um idioma compreendido por poucos. Com o objetivo de limitar ainda mais o acesso das pessoas às Escrituras, as **Constituições de Oxford** (1408) proibiram explicitamente a tradução e a leitura da Bíblia em inglês sem a permissão da Igreja. O decreto afirmava:

> ”Nós decretamos e ordenamos que ninguém, por sua própria autoridade, traduza qualquer texto da Escritura Sagrada para a língua inglesa ou para qualquer outro idioma, ao invés do latim, quer seja em forma de livro, folheto ou tratado; e que ninguém leia em público ou em privado qualquer tipo de livro, folheto ou tratado assim composto em tempos recentes, em parte ou no todo, sob pena maior de excomunhão, até que a referida tradução seja aprovada pela autoridade dos ordinários locais, ou, se necessário, da Sé Apostólica.”

Essas restrições asseguravam que o povo comum permanecesse dependente do clero para o entendimento das Escrituras. Enquanto isso, as pessoas eram encorajadas a buscar a salvação por meio de relíquias, cerimônias e indulgências—aquisições que sustentavam as finanças da Igreja, mas que afastavam os fiéis da verdade do evangelho.

Por séculos, as missas foram conduzidas exclusivamente em latim, tornando a compreensão das Escrituras ainda mais inacessível à maioria dos fiéis.

Além disso, propagou-se a absurda crença de que a leitura da "Bíblia de capa preta"poderia levar à loucura. Essa alegação não apenas carecia de fundamento, mas contradizia frontalmente o ensino das Escrituras. O próprio Senhor Jesus repreendeu os líderes religiosos de Seu tempo, dizendo:

> **"Errais, não conhecendo as Escrituras, nem o poder de Deus"** (Mt 22:29).

E ainda:

> **"Examinai as Escrituras, porque vós julgais ter nelas a vida eterna, e são elas que de mim testificam"** (Jo 5:39).

A proibição da leitura da Bíblia foi, sem dúvida, uma estratégia das trevas, uma iniciativa que não poderia ter outra origem senão o próprio inferno. O diabo sempre buscou impedir que os homens tenham acesso à verdade, pois sabe que a Palavra de Deus é viva e eficaz, capaz de libertar os pecadores da escravidão do erro.

## Conclusão

As tentativas da Igreja Romana de restringir o acesso à Bíblia serviram apenas para evidenciar uma realidade inegável: **a verdade de Deus não pode ser silenciada**. Leia com atenção as palavras do profeta Isaías:

> **"Seca-se a erva, e caem as flores, mas a palavra do nosso Deus subsiste eternamente"** (Is 40:8).

Nenhum decreto conciliar, nenhuma proibição eclesiástica e nenhum argumento humano poderá impedir a Palavra de Deus de cumprir seu propósito. Foi assim nos dias da Reforma, quando as Escrituras foram traduzidas e espalhadas entre os povos, e continua sendo assim até hoje, quando vidas são transformadas ao simples contato com a verdade revelada.

Os homens podem tentar trancafiar a Bíblia, queimá-la, censurá-la, mas jamais poderão deter seu poder.

## Guia de estudo

- Como a concepção romana de graça e salvação se relaciona com a ideia de méritos, sacramentos e cooperação humana?
- O capítulo mostra que muitos dos dogmas romanistas foram desenvolvidos ao longo dos séculos. Por que é importante distinguir entre a fé cristã original e as tradições acumuladas posteriormente?
- Como o conceito de autoridade — entre Escritura, tradição e magistério — molda a forma como diferentes grupos cristãos vivem e anunciam o Evangelho?
- Em sua análise, como a Doutrina do Purgatório e das Indulgência afeta a segurança da salvação?
- A acusação de semi-pelagianismo feita pelos reformados à teologia católica é central neste capítulo. Você concorda com essa análise? Por quê?
- Como a doutrina da infalibilidade papal e o papel da Tradição moldam a autoridade religiosa no romanismo? Compare com a perspectiva reformada da *Sola Scriptura*.

***Voltar ao Índice***

# Capítulo IV

# Não há conciliação entre a Igreja e Roma

Martinho Lutero[1]

Atualmente, o mundo discute sagazmente como resolver as controvérsias e disputas sobre doutrina e fé, buscando um meio-termo entre a Igreja e o Papado. Diz-se que os sábios e eruditos, os bispos, o imperador e os príncipes devem arbitrar a questão. Ambos os lados poderiam ceder em alguns pontos, e seria melhor fazer concessões interpretáveis conforme a visão de cada

[1]O seguinte artigo foi extraído do volume VIII de *The Sermons of Martin Luther*, publicado pela Baker Book House (Grand Rapids, MI). Trata-se de um trecho de um sermão baseado em Colossenses 1:3-14, intitulado "O Conhecimento da Vontade de Deus e Seus Frutos"(seções 26-30). O sermão foi posteriormente publicado em inglês em 1905 pela The Luther Press (Minneapolis, MN), na coletânea *Precious and Sacred Writings of Martin Luther*, volume 14, sendo mais tarde republicado pela Baker Books em *Sermons of Martin Luther*, volume 5. Esta versão digital foi escaneada e editada por Shane Rosenthal para a Reformation Ink. Está em domínio público e pode ser copiada e distribuída sem restrições. Traduzido por Isaias Lobão em 15 de março de 2025. O artigo pode ser encontrado em: No Compromise Between The Church and Rome. Acesso em: 15 de março de 2025.

um, do que permitir tanta perseguição, derramamento de sangue, guerra e destruição interminável.

Aqui, porém, falta entendimento, pois a Palavra de Deus demonstra que tais remendos não estão de acordo com Sua vontade. Doutrina, fé e culto devem ser preservados puros e sem adulteração; não pode haver qualquer mistura com disparates humanos, opiniões ou sabedoria terrena.

A Escritura nos dá a regra: **"Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens"** (Atos 5:29).

Portanto, não devemos nos guiar nem seguir os conselhos da sabedoria humana, mas manter sempre diante de nós a vontade de Deus, conforme revelada em Sua Palavra. Devemos permanecer firmes nela, seja para a vida ou para a morte, seja para o bem ou para o mal. Se da nossa doutrina resultarem guerra ou calamidade, reclamemos Àquele que nos ordena ensinar e crer conforme Sua Palavra.

A calamidade não é obra nossa; não fomos nós que a originamos. E não nos cabe argumentar se a vontade de Deus está certa ou deve ser obedecida. Se Ele permitir perseguições e outros males como consequência da nossa pregação, para testar e fortalecer os verdadeiros cristãos, bem como para punir os ingratos, que venham! Se, por outro lado, Ele quiser evitar tais desastres, certamente Sua mão é forte o suficiente para defender e preservar Sua causa, de modo que todos saibam que os eventos estão sob Seu controle.

E assim, louvado seja Seu nome, Ele tem feito em nosso caso. Deus nos sustentou contra os desejos ardentes de nossos adversários. Se tivéssemos cedido e os obedecido, teríamos sido arrastados para seus erros e destruição. Mas Deus continuará nos sustentando, desde que lidemos com essas questões com retidão e fidelidade, honrando e promovendo a Sua Palavra, sem ingratidão ou desvio para ensinamentos falsos.

Isso nos ajuda a compreender o que Paulo quer dizer com sabedoria e entendimento para conhecer a vontade de Deus, e a necessidade de possuirmos ambos.

Não basta ensinar a doutrina que nos transmite sabedoria; também precisamos de exortação e advertência para desenvolver o entendimento que nos permite preservá-la, especialmente quando enfrentamos disputas e conflitos.

Sem esse discernimento, seríamos enganados por uma falsa sabedoria e ilusões vãs, confundindo brilho e aparência com ouro puro — como aconteceu muitas vezes na história da Igreja.

Os gálatas haviam recebido de Paulo a sabedoria da justificação diante de Deus pela fé em Cristo somente. No entanto, apesar desse conhecimento, foram enganados pelos falsos mestres que alegavam que a Lei dada por Deus ainda precisava ser observada. Se Paulo não tivesse despertado neles o entendimento correto, eles teriam perdido essa sabedoria completamente.

Os coríntios, por sua vez, haviam sido ensinados sobre a liberdade cristã e sabiam que os ídolos nada eram. Contudo, falharam no entendimento ao fazer mau uso de sua liberdade, de maneira carnal e ofensiva aos irmãos. Por isso, Paulo precisou adverti-los sobre seu desvio da verdadeira doutrina.

A Escritura nos dá muitos exemplos de falhas por falta de entendimento. Um caso notável está registrado em 1 Reis 13. Um homem de Deus, vindo do reino de Judá, denunciou publicamente a idolatria do rei Jeroboão e confirmou sua profecia com um milagre. Deus lhe ordenara expressamente que, ao cumprir sua missão, não deveria permanecer naquela terra, nem comer ou beber ali, devendo retornar por outro caminho.

No entanto, ao voltar, ele foi persuadido por outro profeta, que falsamente afirmou ter recebido uma revelação de um anjo ordenando que o convidasse para comer e beber em sua casa. O homem de Deus, confiando na palavra desse outro profeta, desobedeceu à ordem divina.

Enquanto estavam à mesa, veio a Palavra do Senhor ao profeta que o havia enganado, declarando que o homem de Deus não chegaria vivo ao seu destino. E, de fato, ao partir, foi morto por um leão no caminho. O leão, no entanto, permaneceu ao lado do corpo e do jumento que ele montava, sem atacá-los, até que o outro profeta veio buscar o corpo e o sepultou, determinando que, após sua morte, fosse enterrado no mesmo túmulo.

Essa foi a punição divina pelo fato de o profeta ter se deixado enganar e desobedecido à ordem expressa de Deus. No entanto, sua alma não sofreu dano, como Deus demonstrou ao preservar seu corpo intacto.

O que faltou ao profeta? Não foi sabedoria, pois ele possuía a Palavra de Deus. O que lhe faltou foi entendimento, pois se deixou enganar quando o outro homem alegou ser profeta e ter recebido instruções de um anjo. O homem de Deus deveria ter permanecido fiel à palavra que lhe foi diretamente revelada e respondido ao outro:

> ”Você pode ser um profeta, mas Deus me ordenou expressamente que fizesse esta coisa. Disso tenho plena certeza, e é nisso que me guio. Não darei ouvidos a qualquer outra ordem, ainda que seja em nome de um anjo ou do próprio Deus.”

Esse relato bíblico nos ensina que a verdadeira obediência a Deus não se baseia em palavras de terceiros ou em novas revelações, mas na fidelidade inabalável ao que Ele já nos revelou. Assim como o profeta deveria ter permanecido firme na ordem recebida, também nós devemos nos apegar à Palavra de Deus, sem nos deixar desviar por falsas promessas ou interpretações humanas.

## Guia de estudo

- Quais são, segundo Lutero, os pontos que tornam impossível a reconciliação entre a fé evangélica e a doutrina de Roma?
- Como o texto de Colossenses 1:3–14 fundamenta a distinção entre a verdadeira Igreja e o sistema religioso romano, na visão de Lutero?
- Lutero afirma que a fidelidade a Cristo exige separação doutrinária. Como aplicar esse princípio hoje, sem cair no sectarismo?
- Em que sentido o chamado à pureza do Evangelho continua relevante para a Igreja contemporânea? Há concessões atuais que colocam esse compromisso em risco?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo V

# Porque você nunca deve participar da Missa

Jordan Standridge[1].

Uma das perguntas mais frequentes que recebo nos últimos anos é algo assim:

> *Meu amigo me convidou para um serviço religioso católico romano (funeral, casamento, missa). Haverá um padre que oferecerá a Eucaristia. Devo participar ou me abster?*

Receber essa pergunta me encoraja porque sei que a pessoa que a faz está em conflito pelos motivos certos. Ela reconhece que os católicos romanos têm uma compreensão diferente da Ceia do Senhor, mas ao mesmo tempo ama o Evangelho e deseja evitar ofender seus entes queridos desnecessariamente, para não fechar uma porta para futuras conversas sobre o Evangelho.

[1]Pastor da *Chiesa Evangelica Emmanuel* (Igreja Evangélica Emmanuel) em Roma, Itália. Formado pelo *The Master's Seminary*. Traduzido por Isaias Lobão em 13 de março de 2025. O artigo original pode ser encontrado em: Why You Should Never Take the Mass. Acesso em: 13 de março de 2025

## A questão é: isso é um ponto inegociável?

Eu diria, de forma enfática, que sim, e acredito sinceramente que essa é uma questão de extrema importância. Quero apresentar três razões pelas quais você nunca, jamais, deve participar da missa!

## 1. A missa é uma celebração blasfema

O Catecismo da Igreja Católica, no artigo 3, parágrafo 1367, declara:

> O sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são um único sacrifício: A vítima é uma só e a mesma: o mesmo que então se ofereceu na cruz, oferece-se agora pelo ministério dos sacerdotes; só o modo de oferecer é diferente. E uma vez que neste divino sacrifício que se realiza na Missa, esse mesmo Cristo que se ofereceu a si mesmo de forma sangrenta no altar da cruz está contido e é oferecido de maneira incruenta... este sacrifício é verdadeiramente propiciatório.

A Igreja Católica ensina, de forma inequívoca, que a morte de Jesus na cruz **não foi suficiente** para remover os pecados de Seu povo. Segundo essa doutrina, Jesus precisa morrer repetidamente e, sem esse sacrifício contínuo, não haveria expiação pelos pecados.

No entanto, na cruz, Jesus declarou: "Está consumado!" (João 19:30). Ele afirmou, naquele exato momento, que estava cumprindo tudo o que era necessário para trazer paz entre Deus e os homens.

O autor de Hebreus explica isso de maneira definitiva no capítulo 10:

> *Ora, todo sacerdote se apresenta, dia após dia, para exercer o serviço sagrado e oferecer muitas vezes os mesmos sacrifícios, que nunca jamais podem remover pecados. Jesus, porém, tendo oferecido, para sempre, um único sacrifício pelos pecados, assentou-se à direita de Deus, aguardando, daí em diante, até que os seus inimigos sejam postos por estrado dos seus pés. Porque, com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre os que estão sendo santificados... **Ora, onde há remissão de pecados, não existe mais necessidade de sacrifício pelo pecado.***
>
> **(Hebreus 10:11-14)**

A mensagem é claríssima! No Antigo Testamento, os sacerdotes precisavam sacrificar incontáveis cordeiros para prover expiação, mas Jesus, o Cordeiro perfeito de Deus, precisou se oferecer uma única vez. Com esse único ato, Ele satisfez completamente a ira de Deus para todos aqueles que crerem n'Ele.

Afirmar que Ele precisa continuar morrendo é blasfemo. Isso rebaixa Cristo, tornando-O incapaz de cumprir o que Ele mesmo declarou ter realizado.

Certa vez, perguntei a um padre por que Jesus precisava continuar morrendo.

Ele respondeu que, ao tomar a comunhão, os pecados futuros não são apagados. Se alguém participa da missa no domingo, pecará na segunda-feira, então precisará participar novamente para que seus futuros pecados sejam expiados.

Esse padre foi honesto em sua compreensão da salvação. Para ele, de acordo com a doutrina católica, a salvação não é um evento

único, mas algo que deve ser repetido diversas vezes ao longo da vida — e até no purgatório.

## 2. A missa nega as doutrinas da regeneração, justificação e santificação

Ao participar da missa, você está, na prática, dizendo a Jesus que Sua morte na cruz foi insuficiente e que Ele precisa continuar morrendo para garantir sua salvação contínua.

Mesmo que você não creia nisso, as pessoas ao seu redor acreditam, e ao tomar parte no ritual, você está implicitamente apoiando e endossando essa compreensão errônea da Ceia do Senhor.

## 3. Nossos irmãos na fé morreram por se recusar a participar da missa

Muitos cristãos ao longo da história tiveram a chance de salvar suas vidas simplesmente participando da Eucaristia católica. No entanto, por amor ao verdadeiro Evangelho, eles recusaram e pagaram o preço com suas vidas.

David Platt, em um sermão na conferência *Together for the Gospel*, disse:

> A questão era: eles acreditavam ou não que o corpo e o sangue de Cristo estavam corporalmente, literalmente e materialmente presentes sob as formas de pão e vinho após as palavras de consagração? Se não admitissem isso, seriam queimados.

John Rogers, um dos primeiros mártires protestantes sob o reinado de Maria I da Inglaterra, descreveu seu interrogatório:

> Perguntaram-me se eu acreditava que o sacramento era realmente o corpo e o sangue de nosso Salvador Cristo, que nasceu da virgem Maria e foi pendurado na cruz, real e substancialmente? Respondi: Acho isso falso. Não posso entender realmente e substancialmente como algo diferente de corporalmente. Mas corporalmente Cristo está apenas no céu, então Ele não pode estar corporalmente no sacramento.

Por essa resposta, Rogers foi queimado vivo diante de milhares de espectadores. Ele viu seu filho recém-nascido pela primeira vez enquanto marchava para sua execução.

Hugh Latimer, Nicholas Ridley, Anne Wright, Joan Soale e centenas de outros homens e mulheres morreram por sua firmeza contra a missa católica.

O que diremos a eles? Para nós, recusar a missa pode nos custar um momento de desconforto com familiares e amigos. Para eles, custou-lhes a vida!

Se você aceitar a missa, estará dizendo a esses mártires que morreram em vão, que poderiam ter simplesmente se conformado e participado para evitar a dor e o sofrimento.

## 4. Fazer concessões na doutrina não é um caminho legítimo para o Evangelho.

Vivemos em tempos onde é comum comprometer doutrinas para atrair mais pessoas ao Evangelho. Vemos isso no movimento *Seeker-Sensitive*[2], onde palavras como inferno e pecado são evitadas para não ofender ouvintes.

[2]O Seeker-Sensitive Movement (Movimento Sensível ao Buscador) é uma abordagem adotada por algumas igrejas para atrair não cristãos (seekers, ou "buscadores"). Esse movimento enfatiza um ambiente acolhedor e mensagens

É verdade que devemos ser sábios em nossa abordagem evangelística, mas não podemos comprometer a verdade.

Muitos argumentam que devemos evitar ofender descrentes para ganhar oportunidades futuras de compartilhar o Evangelho. Mas há uma diferença entre prudência e concessão pecaminosa.

O apóstolo Paulo, em 1 Coríntios, evitava perguntar se a carne vendida no mercado havia sido sacrificada a ídolos porque nem toda carne era sacrificada. No entanto, na missa católica, o significado é sempre o mesmo.

Sempre que um padre oferece a Eucaristia, ele está realizando um sacrifício a um ídolo.

Sabemos com certeza que isso é errado todas as vezes.

Portanto, não devemos desonrar o Senhor apenas para poupar alguém do desconforto.

## Conclusão

Obviamente, este texto é firme e direto. Escrevo para cristãos que já entendem o Evangelho e que provavelmente já estavam inclinados a se abster da missa.

Se você é católico e leu até aqui, agradeço sua disposição de considerar essas palavras. Sei que é difícil ter sua fé desafiada, e convido você a buscar um relacionamento com Cristo baseado somente na Sua graça e no sacrifício perfeito realizado uma única vez na cruz.

Que Deus nos conceda sabedoria para andar com discernimento entre os de fora (Colossenses 4:5), sem ofender desnecessariamente, mas pregando o Evangelho com ousadia, sempre buscando agradar a Cristo acima de tudo!

---

mais leves, evitando temas difíceis como pecado, inferno e julgamento. O objetivo é tornar a experiência religiosa mais acessível para quem não está familiarizado com o cristianismo, mas críticos argumentam que isso pode resultar na diluição do Evangelho e na omissão de verdades essenciais. *Nota do tradutor*

## Guia de estudo

- O que a Missa representa na teologia católica romana, e por que os reformadores consideraram essa prática incompatível com o Evangelho bíblico?
- Como a visão reformada sobre o sacrifício único e suficiente de Cristo se contrapõe à ideia de um "sacrifício repetido" na Eucaristia católica?
- Que riscos espirituais o autor associa à participação na Missa? Você concorda com essa avaliação? Por quê?
- Como é possível dialogar com católicos sobre esse tema de forma bíblica, respeitosa e fiel à verdade do Evangelho?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo VI

# Como começou o papado?

A.B. Carrero[1]

Durante os séculos IV e V, a palavra papa, que significa "pai", era utilizada para designar todos os bispos ou pastores das igrejas, especialmente no Ocidente. No Oriente, apenas o bispo de Alexandria reivindicava esse título. Ainda hoje, os ministros ou pastores das igrejas da Rússia e da Grécia são chamados de "papas".

O bispo de Roma, por estar à frente da igreja mais renomada e situado na capital do mundo, assumiu pouco a pouco uma certa superioridade sobre seus colegas, reivindicando uma ascendência que incomodava os demais. No entanto, ao longo dos anos, esses acabaram cedendo, seja por conveniência própria, seja por amor à paz e à harmonia, ou ainda porque percebiam que os imperadores de Roma – que governavam o mundo – apoiavam as pretensões dos bispos, desejando que Roma se destacasse e dominasse em tudo.

[1]Publicado na revista *El Faro*, 21 de setembro de 1917. Traduzido por Isaias Lobão em 12 de março de 2025. o artigo pode ser encontrado em: Como comenzó el papado. Acesso em: 12/03/2025.

Até então, os bispos de Roma eram iguais aos demais. Lino, o primeiro deles, foi apenas um servo da igreja. O mesmo ocorreu com seus sucessores: Clemente, que se autodenominava "o menino judeu" e que, assim como Lino, foi companheiro dos apóstolos (2Tm 4.21); Telésforo, a quem se atribui a instituição da celebração da Quaresma; Sotero, famoso por sua caridade para com os pobres e perseguidos de outras igrejas; Vítor, que, por sua fragilidade, tentou exercer domínio sobre os demais pastores, plantando as primeiras sementes da ideia de superioridade e buscando ser reconhecido como chefe da igreja visível; Zeferino, que enfrentou dificuldades ao tentar unificar as diversas seitas em que a igreja romana estava dividida; Urbano, o primeiro a aceitar doações de terras e bens de cristãos ricos; e Antero, que introduziu na igreja a prática da veneração aos mártires.

Enquanto isso, os outros bispos em Milão, Alexandria e Ásia Menor continuavam atuando como simples pastores evangélicos, dedicados ao ministério da Palavra de Deus. Observavam com preocupação o crescente orgulho dos bispos de Roma, que introduziam reformas que comprometiam a simplicidade do culto e deturpavam a pureza da fé cristã. No entanto, em vez de protestar, intensificavam seu zelo nas igrejas locais, na tentativa de neutralizar a influência perniciosa dos romanos.

Os romanos avançaram rapidamente em sua busca pela grandeza e, não demorou muito, começaram a inventar fábulas para justificar suas ambições. Sua degeneração foi gradual e bem disfarçada, como todos os artifícios diabólicos, para não despertar alarme entre os fiéis.

Quando elegeram Fabião como bispo, disseram que tiveram muita dificuldade em encontrar um candidato adequado. Durante a votação, enquanto membros das igrejas – tanto clérigos quanto leigos – mencionavam nomes de diversos candidatos, ninguém havia pensado em Fabião, um simples crente, até que, segundo

eles, uma "grande surpresa" ocorreu: uma pomba branca desceu sobre ele e pousou em seus ombros.

Por essa época, a perseguição de Diocleciano purificou a igreja e enfraqueceu as pretensões dos bispos de Roma. Durante dois anos, não houve um bispo na cidade. Quando a tranquilidade foi restaurada, dois candidatos, Cornélio e Novaciano, disputaram o posto. Nos anos seguintes, outros bispos foram eleitos, incluindo homens piedosos que serviram a igreja com sinceridade e amor.

No entanto, continuaram alimentando o desejo de exercer domínio sobre todas as igrejas conhecidas. Essa tendência foi evidente em bispos como Lúcio, Estêvão, Sisto II e, especialmente, o velho Silvestre, eleito no século IV.

O imperador Constantino fez tudo o que pôde para sustentar e engrandecer Silvestre. Ele promulgou a famosa "Doação de Constantino", defendida com fervor por Adriano e outros papas a partir do século VIII, para justificar seu domínio temporal e sua pretensão de serem a cabeça da Igreja e os vigários de Cristo.

Essa "doação" foi supostamente concedida pelo imperador Constantino quatro dias antes de seu batismo, na primavera de 324 d.C. Segundo a versão romana, Silvestre teria sido acometido de lepra devido a seus pecados, e os judeus o aconselharam a se purificar banhando-se no sangue de crianças.

No entanto, antes de tentar esse cruel experimento, ele teria recebido uma visão celestial que o orientou a buscar o imperador e persuadi-lo a receber o batismo cristão. Após ser batizado, Constantino teria sido curado de sua lepra e, em gratidão, concedido a Silvestre e seus sucessores o domínio sobre Roma, a Itália e todo o Império do Ocidente.

A partir dessa declaração, Constantino se retirou para a Grécia, deixando a Itália sob o controle do papa. Foi então que o título de papa passou a ser usado exclusivamente para o bispo de Roma, que se autoproclamou o único pai da igreja. A partir daí, os papas seguiram um caminho cada vez mais ousado, chegando à

pretensão de serem adorados, terem os pés beijados e se intitularem representantes de Deus na terra, com poder no céu, na terra e no inferno.

## As concessões da Doação de Constantino

A suposta doação incluía as seguintes concessões:

1. Constantino desejava exaltar a Sé de Pedro acima do Império, concedendo-lhe honra e autoridade.
2. A Sé de Pedro teria autoridade sobre as sés patriarcais de Alexandria, Antioquia, Jerusalém e Constantinopla, bem como sobre todas as igrejas do mundo.
3. O papa seria juiz de todas as questões relacionadas ao serviço a Deus e à fé cristã.
4. Em vez da diadema imperial, Constantino concedeu ao papa e seus sucessores a tiara, o colar imperial e vestes esplendorosas.
5. Todas essas e outras concessões foram feitas de maneira perpétua ao papa Silvestre e seus sucessores.

A partir dessa data, a audácia dos bispos de Roma não conheceu limites. Por meio de intrigas, impuseram seus desígnios sobre as deliberações dos concílios e, finalmente, se declararam superiores a todos os reis da terra, reivindicando para si a autoridade de coroar e depor príncipes e governar o mundo. Assim, afastaram-se para sempre do espírito do evangelho e da palavra de Cristo, que disse:

> "Meu reino não é deste mundo." (João 18.36)

## A corrupção do papado ao longo dos séculos

Com o passar dos séculos, os papas introduziram doutrinas e práticas como: indulgências, culto aos mortos, confissão auricular, adoração a santos e, mais recentemente, os dogmas da imaculada conceição e da infalibilidade papal.

A voz de Lutero no século XVI nada mais foi do que o eco de uma voz fiel, abafada por séculos de opressão, tolerância e servilismo. Mas, por fim, essa voz rompeu o silêncio e desafiou a autoridade papal, clamando por mais pureza, simplicidade e fidelidade às Escrituras. Assim, a Reforma ganhou força.

Apesar de todas as ameaças, o papado sofreu um golpe fatal. Os cristãos avançaram com fé e coragem, e a máscara de Roma foi arrancada, expondo o falso profeta que usurpou o lugar de Deus e tentou roubar a glória que a Ele pertence.

Nos dias atuais, o papado é apenas um sistema religioso que carrega o peso da culpa por enganos, pelo atraso e ignorância dos povos que dominou, e que hoje se manifesta como uma instituição enfraquecida, sem forças, sem caráter espiritual e sem propósito no mundo.

## Guia de estudo

- De que maneira o título "papa", originalmente aplicado a vários líderes cristãos, passou a ser exclusivo do bispo de Roma?

- Quais eventos históricos e decisões políticas mais contribuíram para o surgimento do papado como instituição com autoridade suprema?

- Como os cristãos do Oriente (como os ortodoxos) responderam à ascensão da autoridade papal? O que isso revela sobre diferentes visões de governo eclesiástico?
- Quais são as implicações teológicas e práticas de se aceitar ou rejeitar o papado à luz do Novo Testamento?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo VII

# A verdade sobre a Virgem Maria

Aníbal Pereira dos Reis [1]

Os evangélicos se conduzem por uma fé consciente, esclarecida e racional.

Deus Se nos revelou nas SAGRADAS ESCRITURAS para que nós as estudássemos. Por isso, os evangélicos examinam e estudam a BÍBLIA, a nossa ÚNICA REGRA DE FÉ, a ÚNICA FONTE DE REVELAÇÃO DIVINA.[2]

[1] Aníbal Pereira dos Reis (1924–1991) foi um ex-padre que se tornou um dos mais conhecidos críticos do catolicismo no país após sua conversão ao protestantismo. Ordenado sacerdote em 1950, abandonou a Igreja Católica em 1965 e passou a dedicar-se à pregação evangélica, especialmente no meio batista. Autor de diversas obras polêmicas, como **Pedro nunca foi papa**, **O Vaticano e a Bíblia**, **A senhora Aparecida**, **A virgem Maria**, entre outros. Sua postura combativa e estilo direto geraram controvérsias, sendo amplamente criticado por apologistas católicos, mas também influenciando muitas conversões ao protestantismo no Brasil. Estes artigos podem ser encontrados em: **REIS, Aníbal Pereira.** *A Virgem Maria*. Edições Cristãs, 1975.

[2] Os termos em maiúsculas fazem parte do original, refletindo o estilo característico da escrita dos livros do Dr. Aníbal. Procurei manter esse estilo.

Ao outorgar-nos a BÍBLIA, o Senhor quer que rejeitemos a fé cega. A fé dos crentes evangélicos não é cega. É, sim, esclarecida e consciente porque eles estudam as SANTAS ESCRITURAS, insista-se. Eles confiam em Deus e em Jesus Cristo, SABENDO porque confiam. Eles cultuam a Deus e praticam certos exercícios espirituais convictos do que estão fazendo e não sob a desculpa da tradição ou do: "porque minha mãe me ensinou assim".

Aliás, Deus, que é a suma e suprema VERDADE quer ser adorado em espírito e em verdade (João 4.23-24). E ninguém adora a Deus em verdade se não estiver convencido da verdade.

É sob esta fé racional, enraizada nas SAGRADAS ESCRITURAS, que os crentes evangélicos vêem MARIA, a santa mãe de Jesus Cristo. Nessa conformidade, e porque a respeitam sobremodo, repelem todas e quaisquer mentiras assacadas contra ela.

Divulgou-se o boato maldoso de que os evangélicos desonram Maria. É, contudo, bem o contrário! Ninguém mais do que o povo evangélico respeita e honra o nome de Maria, rejeitando mistificações e embustes que, contra ela, falsos sacerdotes impingem à massa ignara ao rir-se da simplicidade. Tributam-lhe a verdadeira glória que a PALAVRA DE DEUS lhe dá, e não a falsa que os homens mentirosos lhe querem impingir.

## Os crentes evangélicos e Maria

Os sacerdotes da idolatria raptaram dos crentes evangélicos a sua bem-aventurada irmã no Senhor.

Cercaram-na de um culto improcedente à luz da Bíblia e da razão. Atribuíram-lhe fantásticos poderes miraculosos. Engendraram mirabolantes estórias de suas "aparições". Erigiram-lhe faraônicos santuários onde instalaram suas imagens, objeto e motivo de seguidas romarias.

E o marianismo se tornou na maior fonte de arrecadação a acrescentar, numa constância ininterrupta, riquezas sobre as fabulosíssimas riquezas do clero católico romano.

Os crentes evangélicos se insurgem contra tão nefando crime. Querem libertar a preciosa irmã na fé dos títulos pagãos que lhe atribuíram, dos ridículos apelidos que lhe imputaram como se fosse ela uma atriz de cinema ou de novela de tevê.

Querem eles, com a Verdade e em nome da Verdade, arrancar Maria das garras dessa quadrilha internacional de falsários e especuladores.

E querem que o imenso tesouro acumulado durante tantos séculos de ignóbil exploração do nome honrado da esposa de José seja confiscado e devolvido ao pobre povo que essa súcia ludibriou.

Os bispos católicos romanos, de tempos a esta parte, insistem nos países subdesenvolvidos da América Latina, e de modo particular no Brasil, que sejam pelos governantes reformadas suas estruturas sócioeconômicas.

Garanto uma coisa! Se eles devolvessem ao povo brasileiro o que lhe exploraram com o embuste marianista, os problemas econômicos dos brasileiros pobres estariam resolvidos.

Nós, os crentes evangélicos, em nome da Verdade, queremos Justiça para nossa bendita irmã na fé porque a honramos de verdade e na Verdade.

E que se faça Justiça em favor do povo há tantos séculos ludibriado e extorquido sob falsas promessas pelos especuladores marianistas.

## Origem do dogma

Insurgem-se os crentes contra a insensatez da afirmativa de haver Maria sido concebida sem o pecado original.

1) Aliás, o dogma da Imaculada Conceição, como é denominada essa doutrina característica do catolicismo romano, é muito recente. Proclamou-o o papa Pio IX em 08 de Dezembro de 1854.

O fato de ser essa doutrina recente demonstra ser ela uma das muitas inovações do romanismo. Se o seu enunciado fosse verdadeiro devia pelo menos ser tão velho quanto o Cristianismo.

Até 8 de Dezembro de 1854 quem descresse dessa afirmação permaneceria em comunhão com o catolicismo. O próprio Tomás de Aquino, considerado o maior teólogo católico, a combateu. E se ele tivesse vivido em nossos dias estaria excomungado, a menos que se curvasse ao novo dogma.

2) A Bíblia, a Palavra de Deus, é muito clara também quanto à universalidade do pecado. Dele a ninguém isenta. Em Romanos 11.32, Paulo apóstolo é além de explícito: "Porque Deus encerrou a todos debaixo da desobediência, para com todos usar de misericórdia". E em Romanos 3.23 o apóstolo assegura: "Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus".

A TODOS incluiu Deus na desobediência porque TODOS são pecadores. Inclusive Maria!

TODOS! As Sagradas Escrituras não abrem exceção para ninguém. Nem para os patriarcas do Velho Testamento, incluindo-se Abraão, o pai dos crentes. Nem para Davi, o varão segundo o coração de Deus (Atos 13.22). Nem para Enoque, que andou com Deus (Gênesis 5.24), e nem a Elias, o grande profeta, ambos trasladados sem a triste experiência da morte. Nem para Moisés, o chefe máximo do povo hebreu. Nem para as santas mulheres. Nem para João Batista, o maior dos nascidos de mulher (Mateus 11.11). Nem para nenhum dos profetas. Nem para os apóstolos de Cristo.

Em nenhuma passagem bíblica se vislumbra, nem de longe, qualquer leve indício de exceção para Maria. Só Um foi isento do pecado. Do pecado de origem e do pecado pessoal: Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador! "Porque não temos um sumo sacerdote que não possa comparecer-se das nossas fraquezas; porém Um

que, como nós, em tudo foi tentado, mas SEM PECADO" (Hebreus 4.15).

Jesus é Deus e, como Deus, em decorrência lógica de Sua Divindade, Ele está isento do pecado. A Bíblia é claríssima ao anunciar essa exceção. "Porque nos convinha tal Sumo Sacerdote [Jesus Cristo], Santo, Inocente, IMACULADO" (Hebreus 7.26). Em tudo Ele Se assemelhou a nós outros para se condoer das nossas fragilidades (Hebreus 2.17).

A consequência dolorosa do pecado é a morte. "Pelo que, como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens por isso que todos pecaram" (Romanos 5.12). Só Jesus Cristo morreu inocente e IMACULADO. Morreu, qual Cordeiro IMACULADO (1ª Pedro 1.19), pelo pecados dos outros a fim de resgatar os que nEle confiam. "Deus prova o Seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores" (Romanos 5.8)

Maria, como qualquer ser humano, morreu. E se ela morreu, o pecado passou-lhe pela alma. Negar esta verdade é negar a Palavra de Deus.

3) Quando o anjo Gabriel anunciou-lhe a concepção de Jesus, Maria muito se turbou. "Disse-lhe então o anjo: Maria, não temas, porque ACHASTE GRAÇA diante de Deus" (Lucas 1.30). Só o pecador acha graça diante do Senhor, pois, antes de encontrá-la não a tem. Só acha alguma coisa quem não tem esta coisa. Se Maria achou graça é porque antes a não tinha.

4) Maria, como qualquer outra criatura humana, foi concebida por geração normal. Não foi ela concebida por obra e graça do Espírito Santo, como aconteceu com Jesus Cristo. Nesse caso, como poderia ela ser concebida imaculadamente e nascer sem o pecado original?

É evidente que Deus não podia, consoante sua Santidade infinita ultrajada pelo pecado, dispensar a raça de Adão, a humanidade do primeiro homem, da participação do pecado de origem.

Se o fizesse faltaria à Sua Justiça. Se Lhe fosse possível eximir a humanidade desse labéu, tê-lo-ia feito a fim de livrá-la de tantos sofrimentos e a Seu Filho Amado da ignomínia da cruz.

Mais ainda! E isto é sumamente importante! Se Ele pudesse deixar de imputar à raça humana o pecado de Adão, o cabeça da humanidade, o sacrifício de Cristo não seria uma necessidade de Justiça Divina, como na realidade ocorre.

Ora, se Ele livrasse um só descendente de Adão dessa mácula original, poderia livrar dois, cinco, cem, mil; enfim, todos os homens e todas as mulheres. Logo, a Sua Santidade e a Sua Justiça, que O impedem de isentar a todos, impedem-nO de livrar um.

5) Os sacerdotes católicos ensinam aos seus fiéis que Maria é imaculada em sua conceição, ou seja, que ela não herdou o pecado de origem. E, na pretensão de dar uma prova das Sagradas Escrituras, citam as palavras do anjo Gabriel pronunciadas quando do anúncio a Maria da geração de Jesus Cristo: "Ave, CHEIA DE GRAÇA" (Lucas 1.28).

São os malabarismos da exegese católica, feita de adulterações da Palavra de Deus. Os sacerdotes montaram um trapézio em bases falsas como, de resto, sempre fazem quando arrolam textos bíblicos mal interpretados ou mal traduzidos no intento de dar arremedos de provas das Escrituras para seus erros.

Traduzem mal o vocábulo original grego "kecharitoméne" (o grego é a língua em que foi escrito originalmente o Novo Testamento). Traduzem-no erradamente por "cheia de Graça". Kecharitoméne é o particípio do verbo charitoô, cujos significados são: "fazer aceitável, distingir com algum favor, aceitar, receber bondosamente, favorecer, estimar".

João Ferreira de Almeida, o tradutor da Bíblia usada pelos evangélicos no Brasil, foi correto e fiel ao traduzir "kecharitoméne" por "agraciada". A locução "cheia de graça", portanto, ao invés de tradução, é uma adulteração, uma corrupção da Palavra de Deus. E esse verbo "charitoô" é encontrado outra vez no novo

Testamento, em Efésios 1.6, que Jerônimo, na sua Vulgata latina, traduziu certo por "gratificavit" (isto é, "tornou agradáveis").

E João Ferreira de Almeida verteu para o nosso idioma assim: "fez agradáveis". Os teólogos romanistas agiram de má fé, a menos que todos hajam estudado com chineses analfabetos. Acresce, outrossim, uma observação importantíssima: o próprio Gabriel, o anjo anunciador, destrói a ambição dos sacerdotes no interesse de encontrarem base para a imaculada conceição de Maria naquele mal traduzido: "cheia de graça".

Com efeito, diante da perturbação de Maria, "disse-lhe o anjo: Maria, não temas, porque ACHASTE GRAÇA diante de Deus" (Lucas 1.30). Se achou graça é porque antes não a tinha, como já analisamos no tópico 3 deste estudo.

6) Poderia ainda algum empedernido devotíssimo mariano engendrar esta explicação: "Bem, Deus abomina o pecado. Está certo! Portanto, para que Maria lhe fosse altamente agradável ou abundantemente favorecida (aceitando-se como certa a tradução do verbo grego charitoô), era necessário, indispensável, que ela fosse puríssima. É claro, ainda, que ela não seria puríssima se houvesse sido concebida com o pecado original".

À primeira vista parece-nos que a explicação do mariano devoto é razoável. Acontece, todavia, que, se fosse razoável, iríamos encontrar nas Escrituras muitas imaculadas conceições. O próprio anjo Gabriel, quinhentos e tanto anos antes de anunciar a Maria, fora enviado ao profeta Daniel. Declarou-lhe haver sido enviado por Deus em resposta às suas súplicas: "Porque és mui amado" (Daniel 9.23).

Ora, para que fosse mui amado era preciso que fosse altamente agradável. Então, também concebido sem pecado, a admitir-se o argumento do mariano devoto. Dever-se-ia crer também na imaculada conceição de Enoque que "andou com Deus" e foi-Lhe tão altamente agradável, fez-se de tal maneira aceito, foi tão favore-

cido, que o Senhor o levou para o Céu sem ter de passar pela morte (Gênesis 5.24).

Admitir-se-ia, para se ser coerente, a imaculada conceição de Moisés, tão favorecido, tão agradável a Deus, que "falava o Senhor a Moisés cara a cara, como qualquer fala com seu amigo" (Êxodo 33.11).

Incluir-se-ia entre tantas imaculadas conceições a de Davi, que era tão agradável ao Senhor e dEle tão favorecido a ponto de ser considerado o varão segundo o coração de Deus (Atos 13.22). Enfim, a aceitar-se o argumento do mariano devotíssimo, todos nós gozaríamos da imaculada conceição, porquanto o próprio Jesus Cristo diz que "Deus AMOU o mundo de tal maneira que deu Seu Filho unigênito..." (João 3.16). E Paulo apóstolo: "Mas, não é assim o DOM GRATUITO como a ofensa. Porque, se pela ofensa de um morreram muitos, muito mas a graça de Deus e o DOM PELA GRAÇA, que é dum só homem, Jesus Cristo, ABUNDOU SOBRE MUITOS. Veio, porém, a Lei para que a ofensa abundasse; mas, onde o pecado abundou, SUPERABUNDOU A GRAÇA. Porque, se pela ofensa de um só, a morte reinou por esse, muito mais os que recebem a ABUNDÂNCIA DA GRAÇA, E DO DOM DA JUSTIÇA, reinarão em vida por um só, Jesus Cristo" (Romanos 5.15, 20, 17).

Os destaques servem para demonstrar que, se aceitarmos a explicação do devotíssimo mariano, todos teríamos sido concebidos sem pecado de origem.

Os crentes em Jesus Cristo, então de maneira especial, poderiam apregoar a sua imaculada conceição à luz da declaração de Paulo Apóstolo e sua Epístola endereçada aos crentes de Éfeso: "E nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para Si mesmo, segundo o beneplácito de Sua Vontade, para louvor e glória da Sua graça, pela qual nos FEZ AGRADÁVEIS a Si no Amado" (Efésios 1.5,6).

Releva notar-se que o apóstolo emprega aqui o verbo grego "charitoô", que é traduzido "fazer agradável". Em conclusão e para se fugir ao absurdo de tantas imaculadas conceições, a lógica e o bom senso nos levam a reconhecer que um descendente de Adão, como Maria, muito bem pode ser altamente agradável a Deus, abundantemente favorecido e até cheio de graça, como quer a tradução errada dos sacerdotes, sem ter sido concebido isento do pecado de origem.

Sem gozar da imaculada conceição, o pecador salvo por Jesus Cristo pode ser altamente agradável a Deus e abundantemente favorecido.

7) Enoque, Moisés, Daniel, Davi e todos os crentes em Cristo são altamente agradáveis ao Senhor e por Ele abundantemente favorecidos.

Destaca-se nos Evangelhos, outrossim, a presença ímpar do precursor de Jesus Cristo, João Batista, não simples profeta mas, sim, "muito mais que profeta", de quem o próprio Senhor disse: "Em verdade vos digo que, dentre os que de mulher têm nascido, não apareceu alguém maior do que João Batista" (Mateus 11.9,11).

Pois bem, esse João Batista, o maior dentre todas as criaturas humanas, portanto maior de que Maria!, esse João Batista foi "cheio do Espírito Santo" desde o ventre materno (Lucas 1.15).

CHEIO DO ESPÍRITO SANTO! CHEIO DE GRAÇA‼!

É de se querer maior graça do que o Espírito Santo? E terá, por esse motivo, sido João Batista concebido sem o pecado original?

É claro que não!

8) Os sacerdotes católicos firmam-se em outro texto das Escrituras por julgá-lo inexpugnável. É Gênesis 3.15: "E porei inimizade entre ti e mulher e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar".

Encontram-se, na realidade, essas palavras no texto assinalado. Proferiu-as o Senhor Deus à serpente após haver induzido ao pecado os nossos primeiros pais. Os sacerdotes afirmam ser

aquela mulher aludida na Escritura acima a virgem Maria que, pelas suas virtudes, pureza e imaculada conceição, triunfou de Satanás, esmagando-lhe a cabeça. Se nela houvesse o labéu do pecado original, a promessa de Deus não teria se cumprido, porque, nesse caso, o diabo teria levantado a sua cabeça contra ele.

Portanto, para que Maria esmagasse a cabeça da serpente, de Satanás, torna-se indispensável fosse ela concebida isenta da mácula de origem, ensinam os clérigos marianistas.

Divulgam-se, por isso, tantas imagens e quadros de Maria a esmagar sob seus pés a serpente. Eis aí o ensino dos sacerdotes romanos no seu afã de propagar a devoção e culto a Maria.

Pretender-se extrair dessa passagem das Escrituras o dogma da imaculada conceição significa pretender-se uma prodigiosa alquimia. Poucas observações espatifarão as suas milagrosas retortas!

a) O texto não diz que a "mulher" feriria a cabeça da serpente. Em absoluto, não diz! Diz, sim, que a "semente", a posteridade, a descendência da mulher ferirá a cabeça da serpente.

b) No original hebraico e na versão grega dos Setenta, a palavra traduzida, "ela" (ferirá) não pode referir-se à "mulher" por ser aquela palavra no grego (que traduz legitimamente o hebraico) do gênero neutro. "Ela" se refere, portanto, a "semente", que também é do gênero neutro.

c) O padre Antônio Pereira Figueiredo, em sua tradução portuguesa da Bíblia, comenta sobre este versículo:

"É, porém, de notar que, onde nossa Vulgata diz IPSA (= ela), referindo para a mulher, trazem os Setenta IPSA (= ele), referindo para o filho da mulher". O que faz mais evidente que esta passagem é uma profecia da vinda do Salvador.

d) Com efeito, na cruz do Calvário, Cristo esmagou a cabeça da serpente, o poder de Satanás, embora este Lhe haja ferido os pés. O Novo Testamento é claro no ensino desta verdade (Hebreus 2.14; Colossenses 2.14-15).

9) Invoquemos o depoimento da própria Maria. É ela mesma quem, ao responder a saudação de sua prima Isabel, reconhece em Deus, o seu Salvador, quando proclama "a minha alma engrandece ao Senhor e o meu espírito se alegra em Deus meu Salvador" (Lucas 1.46-47).

Se estivesse sem pecado, é evidente que não poderia admitir Deus como seu Salvador. Se assim o fizesse, mentiria. E, se mentisse, já incorreria em pecado. Com os seus próprios lábios, por conseguinte, Maria contradiz a crendice popular de haver sido ela sem pecado.

Sua alma se alegrou em extremo no seu Salvador. Ora, Jesus declara que "não necessitam de médicos os sãos, mas sim os doentes". Afirma ainda: "Eu não vim para chamar os justos, mas os pecadores ao arrependimento" (Mateus 9.12,13).

Ora, ao chamá-lo Maria – e o faz com profunda gratidão – de seu Salvador é porque se reconhece participante da herança universal do pecado de nossos primeiros pais.

10) Reconhecendo-se batidos pelas Sagradas Escrituras, os sacerdotes romanistas, no propósito de conservar seus fiéis presos ao marianismo, recorrem a arrazoados e desarrazoados.

Asseguram: O ventre que trouxe o Senhor Jesus Cristo durante nove meses devia ser puríssimo. É petulância ultrajante arvorarem-se os sacerdotes em conselheiros de Deus, sugerindo-Lhe o que deveria fazer.

O que devia ser é o que é! O que Deus fez está feito por ser o que deveria ser feito‼! Jesus Cristo, como Filho imaculado de Deus, bem pôde habitar durante o processo da gestão de Suas carnes nas entranhas manchadas pelo pecado original. Com isso, Ele não Se contaminou.

Ele habitou 33 anos neste mundo de pecados sem Se contaminar. E não poderia, pois, habitar nove meses no seio de uma herdeira de Adão, sem Se manchar?

O Espírito Santo, Terceira Pessoa da Trindade Santíssima, habitou nos profetas, em João Batista e habita no corpo de todos os crentes evangélicos, que é o Seu templo (1ª Coríntios 6.19) e não Se contamina.

Ocorre, outrossim, que o pecado original não se localiza nas entranhas de ninguém e não consiste em bacilos venenosos disseminados pelo sangue. O pecado original tem como sede a alma e não o seio e o sangue de Maria.

## A Medianeira

Se alguém chegasse junto de uma pessoa e a chamasse de médico, de grande presidente da república, de famoso engenheiro construtor da Via dos Imigrantes ou da Ponte Rio-Niterói, sem que essa pessoa nada disso fosse, ou nada disso houvesse construído, é certo que a ofenderia e mereceria por isso uma advertência.

Se Maria soubesse do que se diz a seu respeito e pudesse se manifestar, garanto que recriminaria a todos quantos a consideram mãe de Deus, concebida sem pecado e medianeira de todas as graças. Ela tomaria tudo isso como insulto, zombaria ou "gozação".

Ela não é nem mãe de Deus, nem imaculada em sua conceição e nem medianeira.

1) Com efeito, para alguém precisar trocar uma lâmpada instalada no alto forro de sua sala, por não ter estatura suficiente, há de se valer de uma escada. A escada faz, no caso, o papel de medianeira porque as suas extremidades contactam com o chão e com a altura de três metros.

Só Jesus Cristo tem condições de ser mediador entre Deus e os homens e entre estes e Deus, porquanto é Ele o Único Personagem a desfrutar da circunstância de poder tocar simultaneamente na humanidade e na Divindade.

Como Homem, Ele contacta com a humanidade, e como Deus, com a Divindade. É o personagem ímpar: Deus e Homem.

2) É nesse sentido que a preciosa Palavra ensina: "Porque há um só Deus e UM SÓ MEDIADOR entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem, o Qual Se deu a Si mesmo em preço de redenção por todos, para servir de testemunho a seu tempo" (1ª Timóteo 2.5-6).

Ao tempo de sacerdote, quando espremido por alguém a me apresentar este versículo, tentava desvencilhar-me dele com a seguinte explicação absurda: aquele "UM SÓ" quer dizer principal.

Nesse caso, o verso deveria ser entendido assim: Jesus é o principal Mediador a admitir mediadores secundários e a Ele subalternos. Jesus é o Mediador e Maria é a medianeira entre os homens e Jesus Cristo. E lá me saía com o aforisma latino: "AD JESUM PER MARIAM", que, em português, quer dizer: "A JESUS POR MARIA".

Esta explicação nada explica e só serve para enganar os ingênuos.

O texto das Escrituras é muito claro e de uma lógica meridiana. Assim como há UM SÓ DEUS e não pode haver além de um Deus, assim também há UM SÓ MEDIADOR: Jesus Cristo. Ele não é o principal dentre outros. ELE É O ÚNICO!!!

3) Há, ainda, a considerar-se outro aspecto importantíssimo do assunto. Só pode se desincumbir da tarefa mediatória quem conhece os assuntos a ela atinentes. Do contrário será um simples portador de recado.

Maria é impossibilitada de conhecer todas as coisas. Aliás, quando viveu nesta terra, ignorava tantos fatos. E fatos importantíssimos relacionados com Jesus.

Quando o anjo Gabriel, ao saudá-la, lhe anunciou a concepção de Cristo, "turbou-se muito com aquelas palavras, e considerava que saudação seria esta" (Lucas 1.29). E, por desconhecer o plano de Deus para a encarnação do Verbo, ela indaga a Gabriel: "Como

se fará isto, visto que não conheço varão?" (Lucas 1.34). Se perguntou foi por ignorar. Ignorando, pediu explicações.

Noutra oportunidade ainda revelou ela o seu desconhecimento. E foi numa circunstância sobremaneira importante. Quando Jesus estava com doze anos de idade foi por José e Maria levado a Jerusalém para uma festa religiosa. Ao regressarem, "ficou o menino Jesus em Jerusalém, e não o souberam seu pais" (Lucas 2.43)

Note-se: Maria, por ser limitada, como qualquer outra mãe, ignorava a permanência do seu próprio filho lá no templo. "Pensando, porém, eles [Maria e José] que viria de companhia pelo caminho de um dia, e procuravam-nO entre os parentes e conhecidos; e, como O não encontrassem, voltaram a Jerusalém em busca dEle" (Lucas 2.44-45).

Maria ficou na suposição por desconhecer o paradeiro certo do menino. Procurou-O e O procurou, decerto, com extrema aflição durante três dias. Ela se demonstrou ignorante da estada de Jesus no Templo, tanto quanto o seu esposo José. Esta ocorrência demonstra a limitação humana de ambos.

Se Maria procurou Jesus é porque desconhecia o Seu paradeiro, tanto quanto José o ignorava. Ao encontrá-lO manifestou outra vez a sua ignorância: "Filho, porque fizeste assim conosco?" (Lucas 2.48). Por desconhecer o motivo de semelhante procedimento por parte de Jesus, perguntou-Lhe.

Se, enquanto viveu neste mundo, ignorava coisas tão importantes relativas ao seu próprio Filho segundo a carne, como há de agora, quando não mais se encontra na terra, saber das rezas que lhe dirigem, ao mesmo tempo, de tantas partes do globo? Para saber de tantas súplicas e tantas devoções deveria ela estar presente ao mesmo tempo em todos os lugares e, simultaneamente, saber todas as coisas.

Só Deus, contudo, é Onipresente e Onisciente. Só Deus, por ser Deus, sabe, ao mesmo tempo, de todas as coisas passadas, pre-

sentes e futuras. Só Ele está, ao mesmo tempo, em todo os lugares. Supor-se Maria medianeira é admiti-la uma deusa. Em conseqüência, seria negar Deus.

Não crê no Deus verdadeiro quem crê na medianeira. Porque, em sendo medianeira, Maria é deusa. Então, o deus dos devotos da medianeira não é Deus ÚNICO. Se não é ÚNICO não é verdadeiro.

4) É um engodo de porta de boteco pretender basear-se a cobiçada mediação de Maria no fato de haver Deus Se servido dela para nos enviar Jesus Cristo, Seu Filho unigênito, na forma humana.

Deus sempre Se valeu de homens para a Sua causa atribuindo-lhes tarefas específicas. Através de Moisés, deu a Lei ao Seu povo e, a ser-se coerente, então deve-se atribuir-lhe uma função mediatória também agora, depois de haver partido deste mundo.

Seria ainda o caso de Davi, de Elias, de João Batista (que recebeu o Espírito Santo já no seio materno) e de Paulo apóstolo, dentre tantos outros. Seria o caso de atribuir-se esse poder a todos os crentes em Jesus Cristo, cujos corpos são templos do Espírito Santo (1ª Coríntios 6.19-20).

Um barco transportou Jesus pelo mar da Galileia e um burrico quando de Sua entrada solene em Jerusalém. Na hipótese absurda de Maria medianeira por haver sido o instrumento para a encarnação do Verbo, dever-se-ia levar também em conta aquele feliz barco e o pacato burrico.

5) Se, porventura, houvesse Deus concedido a Maria poder e autoridade para influir na vontade de Jesus, como os sacerdotes romanos ensinam, encontraríamos nas Escrituras frequentes alusões a essa capacidade mediatória.

Os profetas, decerto, teriam predito a excelência da mãe quando anunciaram a vinda do Salvador. E em o Novo Testamento as evidências seriam abundantes da sua tarefa de medianeira.

Seria, no caso, natural que, na ocasião do nascimento de Jesus Cristo, os anjos prestassem à Sua mãe homenagem de culto e Zacarias, Simeão e Ana lhe manifestassem devoção.

Nos relatos evangélicos alusivos a Maria ela jamais aparece a oferecer os seus préstimos como mediadora. Jamais a encontramos a levar a Jesus Cristo quem quer que seja.

6) A ninguém encontramos em o Novo Testamento à procura da eficácia de Maria. Dentre os milhares de pessoas que procuraram Jesus a nenhuma ocorreu semelhante idéia.

Nem Pedro, quando se arrependeu de haver negado o Mestre, foi procurá-la a pedir-lhe o valimento de sua intercessão.

A "mulher da cidade, uma pecadora" cujos pecados eram muitos (Lucas 7.37-48) não julgou ser-lhe necessária a mediação de Maria. De igual modo, se houve aquela outra mulher vítima durante 12 anos de fluxo de sangue (Lucas 8.43-48)

Marta e Maria de Betânia, aflitíssimas, na ocasião da enfermidade de seu irmão Lázaro, não se valeram da mãe de Jesus, embora, por certo, nutrissem, com ela relação de intimidade (João 11.1-45).

Nenhum pecador, por mais depravado, buscou o valimento mediatório de Maria. Lembramo-nos daquela prostituta da Samaria com quem Jesus, à beira do poço de Jacó conversou (João 4.3-30). Nem os próprios discípulos ali se encontravam naquele instante. "Se tu conheceras o dom de Deus", disse-lhe Jesus, "e Quem é o que te diz: Dá-Me de beber, tu LHE PEDIRIAS, e ELE TE DARIA água viva" (João 4.10).

Na hipótese de constituir Maria medianeira, certamente Jesus Cristo não omitiria instruir acerca do assunto aquela mulher nesta ocasião.

7) Avalie-se, outrossim, a suposta influência e o poder de Maria sobre seu Filho, segundo a carne, nas três oportunidades em que ela teve de se comunicar com Ele.

A primeira ocorreu quando Jesus, aos doze anos de idade, encontrava-Se sob tutela de seus pais. Maria demonstrou-Lhe sua

aflição e a palavra de seu Filho revela toda e qualquer impossibilidade de poder exercer ela qualquer leve influência sobre Ele: "Por que é que Me procuráveis? Não sabeis que Me convém tratar dos negócios de Meu Pai?" (Lucas 2.49).

Por certo esta resposta franca de Jesus Cristo suscitou à mãe de Suas carnes a necessidade de acautelar-se para se esquivar de qualquer interferência na vontade de Jesus.

A segunda aconteceu quando das bodas de Caná da Galiléia. Notando a falta de vinho, elemento indispensável naquelas festas de então, limitou-se à informação dessa falta: "Não têm vinho" (João 2.3). Ela nada pediu a Jesus.

Recorde-se do pormenor importante de que semelhantes festejos naquele tempo lá na Palestina duravam dias e dias. É evidente, pois, que Jesus não fez o milagre de transformar a água em vinho logo após a informação de sua mãe. Tanto assim que lhe retrucou: "Mulher, que tenho Eu contigo? Ainda não é chegada a Minha hora" (João 2.4).

E a terceira oportunidade ocorreu quando Jesus, em plenas atividades ministeriais, Se afadigava com Suas pregações a ponto de faltar-lhe tempo para repousar e alimentar-Se (Marcos 3.20). Vencida pelo carinho materno e inquieta acerca da Sua saúde, ousou interrompê-lO.

"Chegaram então Seus irmãos e Sua mãe; e, estando fora, mandaram-nO chamar. E a multidão estava assentada ao redor dEle, e disseram-Lhe: Eis que a Tua mãe e Teus irmãos Te procuram, e estão lá fora. E Ele lhes respondeu, dizendo: Quem é Minha mãe e Meus irmãos? E, olhando em redor para os que estavam assentados junto dEle, disse: Eis aqui Minha mãe e Meus irmãos. Porquanto qualquer que fizer a vontade de Deus esse é Meu irmão, e Minha irmã e Minha mãe" (Marcos 3.31-35).

Reconheceu-se destituída de qualquer influência sobre Jesus, que se valeu de alguém que lhe transmitisse o recado.

As palavras de Cristo, outrossim, são de clareza meridiana. Nem atendeu o pedido de Maria, deixando a multidão de ouvintes para ir falar-lhe. Jamais afirmou: "A vontade de Minha mãe é lei para Mim". Ao contrário, Suas respostas a Maria sempre foram em termos desabridos, aliás, nunca usados para os que Lhe solicitavam a Sua graça e a Sua bênção. Essas palavras terminantes, demonstram-nos haver Ele, por ser Deus, previsto para os séculos vindouros as fabulosas excrescências do evangelho adulterado com as devoções marianas.

8) Uma única vez, após a Ascensão, o nome de Maria é mencionado. Quando Lucas relata o recolhimento dos discípulos no cenáculo, informa: "Todos estes perseveravam unanimemente em oração e súplicas, com as mulheres, e Maria, mãe de Jesus, e com Seus irmãos" (Atos 1.14). Seu nome aparece misturado entre o de tantas pessoas. Ausentes dos Atos dos Apóstolos, da História do Cristianismo primitivo dos tempos apostólicos, e das Epístolas quaisquer leves indícios de que alguém, homem ou mulher, fosse a ela com o intuito de se beneficiar com as suas orações de medianeira. O próprio João, em cuja casa recolheu Maria, a pedido de Jesus, em suas Cartas nenhuma referência faz acerca da suposta mediação mariana. Nem mesmo menciona uma vez sequer o nome dela.

9) Jesus, o ÚNICO MEDIADOR (1ª Timóteo 2.5-6), a todos convida à confiança nEle: "VINDE A MIM todos os que estais cansados e oprimidos, e Eu vos aliviarei" (Mateus 11.28). O Seu Trono é um Trono de Misericórdia e Graça! Assemelhá-lO aos poderosos do mundo, dos quais se obtém a satisfação dos nossos interesses com o valimento de terceiros, os "pistolões", é amesquinhá-lO. Jesus Cristo é Onipotente e Onipresente, enquanto os chefes de Estado são sempre limitados pela sua própria contingência humana e impossibilitados de atender a todos. "Visto que temos um grande Sumo Sacerdote, Jesus, Filho de Deus, que penetrou nos céus, retenhamos firmemente a nossa confissão. Cheguemos, pois, com

confiança ao Trono da Graça para que possamos alcançar misericórdia e achar graça, a fim de sermos ajudados em tempo oportuno" (Hebreus 4.14,16).

## Guia de estudo

- Quais são as principais doutrinas católicas relacionadas à Virgem Maria analisadas no capítulo? Como elas diferem do ensino bíblico?
- De que forma a exaltação de Maria como "Mãe de Deus", "Imaculada", "Co-Redentora" e "Mediadora" afeta a centralidade de Cristo no evangelho?
- O que as Escrituras realmente ensinam sobre Maria? Como devemos honrá-la sem cair na idolatria ou na falsa doutrina?
- Por que é importante distinguir entre respeito legítimo à figura de Maria e a prática da veneração? Como essa distinção pode ser explicada com clareza a um católico?
- Que papel a tradição teve na construção da mariologia romana? Há evidências dessas doutrinas nos escritos dos primeiros séculos?
- Como a devoção mariana influencia a espiritualidade de milhões de católicos? Como abordar essa realidade com verdade e compaixão?
- Após a leitura do capítulo, como você explicaria a importância de manter Cristo como o único Mediador entre Deus e os homens?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo VIII

# A paganização do romanismo

Desde os tempos apostólicos, a Igreja Cristã seguia estritamente a doutrina de Cristo e dos apóstolos. Porém, ao longo dos séculos, a Igreja Romana incorporou doutrinas e práticas que não encontram respaldo na Escritura Sagrada.

Infelizmente, esse processo de paganização começou cedo. Influenciadas por fatores políticos, culturais e filosóficos, essas inovações gradualmente distorceram a fé apostólica original e se estabeleceram como dogmas inquestionáveis.

A visão comumente aceita é que a Reforma Protestante teria sido uma ruptura radical com os ensinos dos primeiros Pais da Igreja. Pelo contrário, conforme você está vendo longo desse livro. Os reformadores buscavam restaurar a fidelidade aos ensinos apostólicos conforme preservados nas Escrituras e nas tradições patrísticas mais antigas.[1]

Neste capítulo, apresento cronologicamente as inovações introduzidas pela igreja romana. Com base em fontes patrísticas e

[1] A esse respeito, indico o excelente livro: Collete, Carlos H. *Inovações da Igreja Católica Romana*. São José dos Campos: Fiel, 2024.

históricas, afirmo que muitas doutrinas e práticas romanistas foram desenvolvidas ao longo dos séculos sem respaldo nas Escrituras ou nos escritos dos primeiros cristãos.

A Reforma Protestante não foi uma revolta arbitrária contra a tradição cristã. Pelo contrário, a preocupação dos reformadores era a restauração da pureza doutrinária do cristianismo primitivo.

Segundo Stanley N. Gundry e Alan F. Jonhson, o que está por trás desse fenômeno é a concepção romanista que a teologia está em constante evolução em seu entendimento da fé cristã. Esse conceito sustenta que a doutrina não é estática, mas desenvolve-se gradualmente ao longo do tempo, adaptando-se a novas circunstâncias e desafios. [2]

Dois princípios fundamentais ilustram essa perspectiva dentro da tradição católica romana: o PRINCÍPIO INACIANO DA ACOMODAÇÃO e o PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO DOUTRINÁRIO, proposto por John Henry Newman.

O primeiro, formulado por Inácio de Loyola, enfatiza a necessidade de adaptar a mensagem cristã às culturas e aos contextos históricos, justificando, muitas vezes, a absorção de práticas e crenças locais dentro da estrutura eclesiástica. O segundo, articulado por Newman no século XIX, argumenta que a doutrina cristã passa por um processo legítimo de amadurecimento e aprofundamento, no qual verdades implícitas tornam-se explícitas ao longo dos séculos.

Essa concepção de um desenvolvimento progressivo da doutrina está diretamente ligada à visão da Igreja Romana sobre a autoridade eclesiástica.

No romanismo, a TRADIÇÃO tem peso igual à ESCRITURA, e o MAGISTÉRIO da Igreja — isto é, a interpretação oficial das doutrinas pelo Papa e pelos concílios — possui autoridade para definir ou reinterpretar questões teológicas conforme necessário.

[2]Tensions in Contemporary Theology [Tensões na Teologia Contemporânea], eds. Stanley N. Gundry e Alan F. Johnson (Chicago: Moody Press, 1976).

Dessa forma, a introdução de novos dogmas e práticas pode ser justificada como um aprofundamento natural da fé, e não como uma inovação ou distorção.

Veja bem como o erro se insinua, sutil como a serpente no Éden! A doutrina do progresso teológico, tal como concebida pela Igreja de Roma, não é senão um artifício engenhoso para subordinar a autoridade divina da Escritura ao juízo falível dos homens. Esse acréscimo de dogmas e práticas não edifica a fé, mas a corrompe em sua essência, lançando um véu sobre a pureza do evangelho.

Fico me perguntando, onde está a ordenança divina para tais inovações? Onde, nas Escrituras, encontramos permissão para ir além do que Deus revelou? Não está escrito que "toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra"(2Tm 3:16-17)? Se assim é, que necessidade há de novos decretos que não sejam oriundos da Palavra viva do Senhor?

A autoridade última reside exclusivamente nas Escrituras Sagradas, que contêm toda a revelação necessária para a fé e a prática cristã (sola Scriptura). A Escritura, e não os decretos de concílios, não as determinações do magistério e nem os pronunciamentos do papa, é a regra suprema e suficiente para a fé e a vida do cristão. Qualquer ensino que não brote das páginas sagradas deve ser lançado fora como escória impura, que não resiste ao fogo refinador da verdade divina.

Assim, qualquer acréscimo doutrinário sem fundamento bíblico não é um avanço da fé, mas uma corrupção da fé apostólica. E é aqui, nesta questão vital, que encontramos o grande divisor entre o catolicismo romano e o protestantismo. Não se trata de uma mera diferença de ênfase teológica, mas de uma questão de autoridade suprema e final.

## As inovações do romanismo

No século IV, por volta do ano 320 d.C., o uso de velas nos cultos foi introduzido, refletindo uma herança de rituais pagãos. Pouco depois, em 380 d.C., surgiram as orações pelos mortos e o sinal da cruz feito no altar, além do início da veneração mariana, que seria institucionalizada ao longo dos séculos. Em 394 d.C., a missa diária tornou-se uma prática fixa, consolidando uma estrutura litúrgica que não era parte dos cultos cristãos primitivos.

A partir do século V, novas transformações aprofundaram esse distanciamento da fé apostólica. Em 431 d.C., no Concílio de Éfeso, Maria foi declarada a mãe de Deus assim como a mãe de Jesus Cristo, no sentido de que 0 Filho que ela deu à luz era ao mesmo tempo Deus e homem. Infelizmente, isso foi distorcido e deu-se início a sua exaltação. Em 500 d.C., os sacerdotes passaram a se vestir de maneira diferente dos leigos, reforçando a separação entre clero e povo. Pouco depois, em 526 d.C., foi instituído o rito da extrema unção, consolidando a crença em ritos sacramentais para os moribundos.

Ao longo dos séculos, novos dogmas foram se acumulando. No ano 535 d.C., as procissões foram introduzidas como parte do culto público. Três anos depois, em 538 d.C., determinou-se que a missa deveria ser celebrada de costas para o povo, distanciando ainda mais os fiéis da compreensão do culto. A doutrina do Purgatório foi estabelecida por Gregório Magno em 593 d.C., reforçando a ideia de uma purificação pós-morte antes da entrada no céu.

Já no Concílio de Latrão, em 600 d.C., oficializou-se o latim como língua litúrgica exclusiva, tornando a compreensão das Escrituras inacessível ao povo. Poucos anos depois, em 609 d.C., o Papa Bonifácio IV converteu o Panteão de Roma em um templo cristão e instituiu oficialmente o culto aos santos e

MÁRTIRES, estabelecendo a intercessão dos santos como doutrina aceita.

Os séculos seguintes testemunharam novas mudanças. No ano 750 d.C., os papas passaram a exercer PODER TEMPORAL, tornando-se governantes políticos além de líderes espirituais. Em 786 d.C., a adoração de cruzes, imagens e relíquias foi incentivada, oficializando a prática de VENERAÇÃO DE ÍCONES. Esse movimento culminou, em 789 d.C., na instituição do culto às imagens e relíquias como parte essencial da fé católica.

No século IX, o culto mariano se expandiu ainda mais. Em 819 d.C., estabeleceu-se a FESTA DA ASSUNÇÃO DE MARIA, apesar da ausência de qualquer referência bíblica ao evento. Em 884 d.C., começou a prática da CANONIZAÇÃO DE SANTOS, seguida, em 885 d.C., pela adoração formal da "Virgem Maria". No século seguinte, a doutrina do PURGATÓRIO foi reforçada com a criação do Dia de Finados, em 998 d.C., incentivando a intercessão pelos mortos.

O século XI trouxe mudanças significativas. Em 1059 d.C., a Igreja aceitou oficialmente a DOUTRINA DA TRANSUBSTANCIAÇÃO, estabelecendo que o pão e o vinho da Eucaristia se transformam literalmente no corpo e sangue de Cristo. Já em 1074 d.C., o Papa Gregório VII decretou a proibição do casamento para os sacerdotes, instituindo o CELIBATO CLERICAL OBRIGATÓRIO. Em 1115 d.C., a CONFISSÃO AURICULAR tornou-se um dogma oficial, exigindo que os pecados fossem confessados a um sacerdote e não diretamente a Deus.

Nos séculos seguintes, essa tendência de acréscimos doutrinários se manteve. Em 1160 d.C., a Igreja declarou que os SETE SACRAMENTOS eram necessários para a salvação, conferindo-lhe o monopólio dos meios de graça. Em 1186 d.C., foi criada a INQUISIÇÃO, um tribunal destinado a perseguir supostos hereges. Em 1190 d.C., a Igreja passou a vender indulgências, permitindo que os fiéis comprassem "perdão"para seus pecados.

O século XIII trouxe a consolidação de dogmas centrais. Em 1215 d.C., no Concílio de Latrão IV, a transubstanciação foi declarada um dogma oficial. Poucos anos depois, em 1220 d.C., a ADORAÇÃO DA HÓSTIA passou a ser incentivada, seguida, em 1226 d.C., pela elevação da hóstia durante a missa. Em 1229 d.C., PROIBIU-SE A LEITURA DA BÍBLIA pelos leigos, restringindo o acesso direto à Palavra de Deus e reforçando a autoridade exclusiva da Igreja.

Em 1303 d.C., o Papa Bonifácio VIII declarou que a IGREJA CATÓLICA ROMANA ERA A ÚNICA VERDADEIRA E NECESSÁRIA PARA A SALVAÇÃO. No século XV, em 1439 d.C., os sete sacramentos e o purgatório foram oficialmente RECONHECIDOS COMO DOGMAS no Concílio de Florença. Pouco depois, em 1546 d.C., o Concílio de Trento determinou que a TRADIÇÃO TERIA A MESMA AUTORIDADE DA BÍBLIA, negando a doutrina da suficiência das Escrituras.

Esse processo culminou no século XIX, com a proclamação do DOGMA DA INFALIBILIDADE PAPAL, em 1870 d.C., declarando que o Papa, ao falar *ex cathedra* sobre fé e moral, não pode errar. Finalmente, em 1950 d.C., o Papa Pio XII estabeleceu o dogma da ASSUNÇÃO DE MARIA, afirmando que Maria foi elevada ao céu de corpo e alma, mesmo sem qualquer base bíblica para tal crença.

Ao longo dos séculos, esses acréscimos transformaram profundamente a fé cristã, afastando-a dos fundamentos bíblicos e impondo um sistema de crenças baseado na tradição humana. Como disse Jesus aos fariseus:

> **"Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens"** (Mateus 15:9).

O que tenho ensinado neste livro é que a verdadeira fé cristã deve ser baseada unicamente na Palavra de Deus, sem acréscimos ou deturpações.

## Guia de estudo

- Quais são os principais elementos da "paganização" identificados no capítulo? Como eles foram incorporados à prática religiosa romana?
- O que levou a Igreja Romana a adotar costumes e rituais estranhos à fé apostólica? Houve influência direta de culturas pagãs?
- De que maneira a mistura entre fé cristã e práticas pagãs compromete a autoridade das Escrituras e a centralidade de Cristo?
- Como distinguir entre tradição legítima e tradição antibíblica? Qual é o papel da Reforma nesse discernimento?
- De que modo a introdução de relíquias, imagens, indulgências e superstições afetou a espiritualidade popular e a mensagem do evangelho?
- Que lições podemos tirar desse processo histórico para a Igreja de hoje? Há riscos de novas "paganizações" mesmo em contextos evangélicos?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo IX

# A questão dos santos e padroeiros

O Concílio Vaticano II, em sua constituição dogmática, declara que se deve "observar religiosamente o que foi decretado sobre o culto das imagens de Cristo, da Bem-aventurada Virgem e dos Santos"(Item 67).

Essa prática, porém, levanta sérias questões teológicas e escriturísticas. Devemos perguntar: qual é a base bíblica para tal veneração? E mais importante, qual é a resposta de Deus a essa prática?

## A prece aos santos e padroeiros é um erro fatal

Alguns argumentam que ter uma imagem de santo é como guardar a fotografia de um ente querido. Mas você já viu alguém ajoelhar-se diante de uma foto de um parente falecido ou fazer-lhe orações? A Bíblia condena o uso de figuras de homens para propósitos de adoração (Dt 4.16).

A Escritura é clara e intransigente ao tratar do contato com os mortos. Em Deuteronômio 18.10-14, Deus condena a consulta aos mortos como uma abominação. Quando se ora a um santo, implicitamente se acredita que ele pode ouvir e interceder. Mas como isso seria possível? A Escritura ensina que os mortos aguardam a ressurreição (Jo 5.28-29; Hb 9.27). Logo, essa prática se aproxima mais do espiritismo do que do cristianismo bíblico. Ademais, há um único mediador entre Deus e os homens: Jesus Cristo (1Tm 2.5).

A história revela que a prática da canonização foi estabelecida tardiamente. Alguns apontam Ulbarico, bispo de Augsburgo, como o primeiro santo canonizado (933 d.C.), enquanto outros creditam essa distinção a Leão III (804 d.C.). Mas de onde vem essa prática?

Provavelmente tem origem no conceito de "apoteose", a elevação de um homem ao status de divindade, era comum nas religiões pagãs da Grécia e de Roma.

Nomes como Ishtar, Castor e Pólux, Mercúrio e Júpiter foram adorados em tempos passados e encontram paralelos em figuras veneradas no catolicismo: Maria, Cosme e Damião, Santo Antônio e São Pedro.

A Bíblia, entretanto, define santidade não como uma condição atribuída pós-morte por um concílio eclesiástico, mas como um status conferido a todos os que estão em Cristo (Rm 16.2; 1Co 1.2; Ef 3.8).

A Escritura é clara ao ensinar que é Deus quem envia seus anjos para proteger os seus filhos (Sl 34.7; 91.11). Contudo, qual lógica há em atribuir a um santo a capacidade de proteger os vivos?

Afinal, os santos foram humanos e, durante sua vida, também necessitaram da proteção de Deus. Se orar a um santo fosse bíblico, por que não encontramos na Escritura são Moisés, são Elias ou são Abraão sendo invocados?

Ao longo dos séculos, muitas histórias de santos foram distorcidas e envoltas em mitos e fábulas. Dois exemplos clássicos: São Jorge e São Nicolau.

Jorge da Capadócia foi um soldado romano cuja história real foi completamente transformada em uma lenda fantasiosa sobre um guerreiro que derrotou um dragão.

O que se sabe é que, historicamente, ele teria sido um soldado romano nascido por volta do século III na região da Capadócia (atual Turquia). Segundo alguns relatos, Jorge era um oficial do exército do imperador Diocleciano e, por sua fé cristã, teria sido martirizado por se recusar a prestar culto aos deuses pagãos. Essa é, em essência, a base histórica da sua existência.

No entanto, ao longo dos séculos, a figura de Jorge foi sendo adornada com narrativas lendárias. A mais famosa delas, popularizada na Idade Média, é a história do dragão. De acordo com essa lenda, uma cidade estaria sendo aterrorizada por um dragão feroz que exigia sacrifícios humanos para ser apaziguado. Quando a filha do rei foi escolhida como a próxima vítima, Jorge apareceu, enfrentou a criatura e a matou com sua lança, libertando o povo da opressão. Como resultado, o rei e os habitantes da cidade teriam se convertido ao cristianismo.

Esta narrativa, embora popular, carece de qualquer fundamento histórico verificável e encontra paralelos notáveis em mitos pagãos que precedem o cristianismo. A imagem de um herói enfrentando uma criatura monstruosa não é exclusiva da tradição cristã, mas aparece com frequência em mitologias antigas — como o episódio de Perseu resgatando Andrômeda das garras de um monstro marinho na mitologia grega.

A inserção do dragão na lenda de São Jorge é um exemplo claro de sincretismo religioso — uma tentativa de fundir a fé cristã com elementos do folclore pagão europeu, onde dragões, cavaleiros e donzelas em perigo eram figuras recorrentes. É importante compreender que tal amalgama não representa o verdadeiro cristi-

anismo bíblico, mas sim uma distorção moldada por culturas que adotaram o nome de Cristo sem conhecer a autoridade das Escrituras.

Ainda mais preocupante é a confusão que se faz entre essa figura lendária e a batalha descrita no livro do Apocalipse, onde Miguel, o arcanjo de Deus, derrota o dragão — que é claramente identificado como Satanás (Apocalipse 12:9).

Além da construção lendária em torno da figura de Jorge, sua veneração como "santo" se espalhou por vastas regiões do mundo cristão, especialmente entre as igrejas orientais e segmentos da Igreja Católica Romana. Com o passar do tempo, Jorge foi adotado como padroeiro de diversas nações e territórios — entre eles, Inglaterra, Portugal, Geórgia e a região da Catalunha. Sua imagem foi entronizada, celebrada e envolta em elementos devocionais que nada têm a ver com o ensino apostólico das Escrituras.

No Brasil, esse desvio tomou contornos ainda mais graves, sendo a figura de São Jorge sincretizada com divindades do panteão afro-brasileiro — como Ogum, nas práticas do candomblé e da umbanda. Aqui temos um exemplo explícito de sincretismo religioso: a fusão entre símbolos cristãos e elementos do paganismo africano.

Historicamente, porém, há um problema significativo: não existem registros contemporâneos de Jorge da Capadócia nos relatos romanos sobre perseguições aos cristãos. A primeira menção documentada de sua existência surge apenas séculos após sua suposta morte, levando alguns estudiosos a questionarem se ele realmente existiu ou se foi uma figura construída a partir de várias narrativas martirológicas da época.

Em resumo, Jorge pode ter sido um mártir cristão real, mas a lenda que se formou ao seu redor, especialmente a do dragão, é uma construção tardia, sem fundamento histórico. Isso ilustra um fenômeno comum dentro da tradição dos santos: a fusão de histórias e mitos pagãos com a devoção cristã, resultando em figuras

que muitas vezes pouco têm a ver com o personagem histórico original.

Outro caso emblemático é o de Nicolau, bispo de Mira, cuja figura histórica foi transfigurada no lendário Papai Noel. O bispo Nicolau, que viveu no século IV, era conhecido por sua generosidade e defesa da fé, ajudando os necessitados e protegendo os perseguidos.

Outro exemplo preocupante de como tradições lendárias foram elevadas ao status de virtude espiritual pode ser visto na figura de Nicolau de Mira — mais tarde transformado em São Nicolau e, por fim, no folclórico Papai Noel.

Nicolau de Mira foi um bispo cristão do século IV, que viveu na região da Lícia, atual Turquia. Pouco se sabe com certeza sobre sua vida, mas relatos antigos o descrevem como um homem piedoso, conhecido por sua generosidade para com os pobres e por defender a fé cristã em tempos difíceis, especialmente durante as perseguições romanas.

Com o tempo, sua figura foi envolvida em lendas — como a história de que teria salvado três meninas da prostituição ao jogar bolsas de ouro pela janela de sua casa durante a noite.

Outro relato tardio e não comprovado é o episódio no Primeiro Concílio de Niceia, em 325 d.C., onde, segundo a tradição, Nicolau teria esbofeteado Ário — o herege que negava a plena divindade de Jesus Cristo.

A história prossegue dizendo que, por esse ato impulsivo, Nicolau teria sido temporariamente preso pelos outros bispos, mas que teria sido milagrosamente libertado por uma intervenção divina. A tradição, então, o apresenta como um paladino da ortodoxia, um herói da fé que agiu em defesa da divindade de Cristo.

Ainda que a intenção apologética por trás da narrativa pareça honrá-lo como um defensor ardente da ortodoxia, o conteúdo da história levanta sérias questões. Primeiro, não há qualquer evidência histórica confiável nos registros oficiais do concílio que

comprove tal incidente. A história surgiu séculos depois, cercada de elementos miraculosos e pietismo popular.

Com o tempo, contudo, a tradição transformou esse personagem em um velhinho de barbas brancas que viaja em um trenó mágico e distribui presentes, algo completamente alheio à sua história real. Essa mudança foi impulsionada por uma mistura de lendas medievais, tradições folclóricas europeias e, posteriormente, pelo marketing moderno, especialmente nos séculos XIX e XX.

O Papai Noel que conhecemos hoje deriva de figuras como o holandês Sinterklaas, cuja celebração foi levada para os Estados Unidos e adaptada à cultura americana.

A imagem do bom velhinho rechonchudo, vestido de vermelho e acompanhado de renas, foi popularizada por ilustrações do século XIX e consolidada por campanhas publicitárias do século XX, tornando-se uma das figuras mais icônicas do Natal contemporâneo, dissociada de qualquer conotação cristã.

## Os supostos milagres atribuídos aos santos é uma fraude espiritual

Muitos crêem que Maria e outros santos realizam milagres. Mas a Escritura é enfática: Deus não divide sua glória com imagens de santos (Is 42.8). Todos os milagres bíblicos visavam glorificar a Deus e não criaturas humanas (Ex 3.20; 34.10; At 8.6,13). Adicionalmente, a Bíblia nos adverte de que Satanás também opera sinais e prodígios para enganar (2Ts 2.9-10; 2Co 11.13-15).

A veneração dos Santos é idolatria

João Batista, quando questionado, deixou claro que sua missão era apontar para Cristo, e não tomar seu lugar como mediador (Jo 1.15-30; 3.30). Se ele, sendo chamado o maior dos nascidos de mulher (Mt 11.11), rejeitou tal posição, como atribuir essa função

a qualquer outro ser humano? A intercessão é um papel exclusivo de Cristo, porque Ele é Deus e homem (1Tm 2.5; Jo 1.18).

Em procissões e festas religiosas, as imagens dos santos são levadas em andores e veneradas. Algo similar foi tentado com Paulo, mas ele rejeitou veementemente tal honra, chamando-a de idolatria (At 14.15). Pedro, ao ver Cornélio se ajoelhar diante dele, imediatamente o repreendeu: "Levanta-te, eu também sou apenas um homem"(At 10.25-26). Se o próprio Pedro rejeitou adoração, por que então ajoelhar-se diante de sua imagem?

## Conclusão

A prática de orar e venerar santos é uma deturpação da verdade bíblica. A adoração pertence exclusivamente a Deus (Ex 34.14). Como os reformadores afirmaram corretamente: "A glória pertence somente a Deus".

Cristo é nosso único mediador, nosso único intercessor, e nossa única esperança de salvação. "Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e a humanidade: o homem Cristo Jesus"(1Tm 2.5).

## Guia de estudo

- Qual é a base teológica apresentada pelo romanismo para a veneração dos santos e padroeiros? O capítulo menciona alguma crítica a essa base?

- Como a prática do culto aos santos (e a invocação de suas intercessões) se contrapõe à doutrina reformada da mediação única de Cristo?

- O que diz a Escritura sobre os que morreram em Cristo? Há evidência bíblica para que eles atuem como intercessores?

- Qual o impacto espiritual da devoção aos santos na vida do católico comum? Essa prática aproxima ou afasta o fiel de um relacionamento direto com Deus?
- De que maneira podemos abordar esse tema com católicos sinceros, de forma bíblica e pastoral, sem desrespeito ou hostilidade?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo X

# Apócrifos: A fonte oculta da tradição

O termo "apócrifo"vem do grego *apókryphos*, que significa "oculto"ou "escondido". No contexto cristão, refere-se a escritos religiosos de origem incerta ou contestada, que não foram reconhecidos como inspirados, e, portanto, não deveriam ser recebidos no Cânon.

Como Geisler e Nix afirmam: "Alguns dos primeiros pais, como, por exemplo, Irineu e Jerônimo, estavam entre os primeiros a aplicar a palavra Apocrypha à lista de livros não-canônicos".[1]

Esses textos, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, frequentemente apresentam narrativas lendárias, ensinamentos esotéricos e doutrinas divergentes da revelação bíblica. Muitos foram escritos sob pseudônimos para conferir-lhes autoridade, enquanto outros tentavam preencher lacunas deixadas pelas Escrituras canônicas, acrescentando detalhes fictícios a eventos bíblicos.

[1]Norman Geisler e William Nix, Introdução Geral à Bíblia: uma análise abrangente da inspiração, canonização, transmissão e tradução (São Paulo: Vida Nova, 2023), p. 385.

Nos debates entre evangélicos e católicos – como é o propósito deste livro –, a discussão sobre apócrifos geralmente se concentra nos livros não-canônicos do Antigo Testamento. No entanto, ignorar os apócrifos do Novo Testamento seria um erro, pois sua influência na tradição romanista é inegável.

Embora excluídos do cânon, esses textos moldaram tradições e crenças que, com o tempo, foram assimiladas à doutrina católica, muitas vezes sem qualquer respaldo bíblico.

A tradição romanista incorporou diversos elementos oriundos desses escritos, que se difundiram entre os cristãos primitivos e passaram a influenciar práticas devocionais, hinos e festividades litúrgicas. A influência dos apócrifos não se restringiu a aspectos periféricos da fé católica, mas atingiu o cerne de sua doutrina, concedendo à tradição um peso equivalente – e por vezes superior – ao das Escrituras.

Como demonstro ao longo deste livro, grande parte da teologia romanista não se sustenta na revelação divina, mas em uma construção doutrinária fundamentada em textos espúrios e interpretações extrabíblicas. A autoridade dessa tradição, portanto, não repousa sobre a Palavra de Deus, mas sobre uma base incerta e teologicamente questionável.

Quem primeiro me chamou a atenção para essa influência foi meu professor no mestrado, Dr. Flávio Schmidt. Ele observou que muitos dos pilares da fé católica romana não derivam das Escrituras, mas dos apócrifos do Novo Testamento.

Um exemplo claro disso é a veneração mariana e diversas narrativas da infância de Jesus, cujos detalhes biográficos têm origem em fontes não canônicas.

Essa dependência da tradição se consolidou historicamente. O Concílio de Trento (1545-1563) oficializou a paridade entre a tradição oral e os ensinamentos da Igreja com a autoridade da Bíblia, reforçando a primazia de uma doutrina construída não apenas sobre a revelação, mas sobre narrativas extrabíblicas.

Dessa forma, o romanismo baseia-se não na suficiência das Escrituras, mas em inovações doutrinárias contraditórias que distorcem a narrativa bíblica, adicionando elementos especulativos que carecem de fundamentação.

## Os apócrifos como fonte da tradição romanista

A Bíblia Sagrada não registra detalhes sobre a história de Maria antes do nascimento de Cristo, nem menciona os nomes de seus pais. Entretanto, é amplamente aceito na tradição católica que seus pais foram Joaquim e Ana.

Essa informação não provém das Escrituras canônicas, mas sim de escritos apócrifos, como o Protoevangelho de Tiago, um texto do século II que apresenta uma narrativa detalhada sobre o nascimento e a infância de Maria.

Os apócrifos influenciaram a tradição sobre Maria, além de contribuir para a formulação de outras doutrinas que não encontram respaldo nas Escrituras canônicas.

Entre elas estão:

A Assunção de Maria: Não há nenhum relato bíblico que descreva a ascensão corporal de Maria ao céu. Essa crença tem suas raízes em escritos apócrifos, como o *Transitus Mariae* (Trânsito de Maria), um texto que surgiu entre os séculos IV e V.

Os próprios romanistas reconhecem que, nos três primeiros séculos do cristianismo, não havia uma devoção específica a Maria. Nesse período, a atenção dos fiéis estava voltada principalmente para os mártires, que, segundo a crença popular, já desfrutavam da glória eterna junto a Deus. Como resultado, o culto era direcionado a esses santos, enquanto Maria, por não ter sido

martirizada, não recebia tal honraria nem era objeto de veneração formal na Igreja primitiva.[2]

Seu papel na devoção e na teologia cristã só começaria a ganhar destaque nos séculos posteriores, à medida que elementos extrabíblicos e tradições desenvolvidas foram incorporados ao pensamento religioso.

Entretanto, ao longo dos séculos, essa tradição foi gradualmente aceita e se desenvolveu teologicamente, culminando na definição dogmática da Assunção pelo Papa Pio XII, em 1950, por meio da constituição apostólica *Munificentissimus Deus*.

Na audiência geral de 2 de julho de 1997, o Papa João Paulo II reafirmou a doutrina da Assunção de Maria, destacando que, embora o Novo Testamento não apresente um relato explícito desse evento, a tradição da Igreja baseia-se na íntima união de Maria com Cristo e na crença de que ela não sofreu a corrupção do túmulo.

O Papa reconhece que os primeiros testemunhos dessa crença se encontram em escritos apócrifos, como o *Transitus Mariae*, surgido entre os séculos II e III, que descreve a elevação de Maria ao céu. João Paulo II enfatiza que a Assunção é coerente com a dignidade singular de Maria e com sua participação única na obra redentora de Cristo.[3]

O *Transitus Mariae* também narra como os apóstolos testemunharam seu "sono" e sua assunção. Surge daí o conceito da Dormição de Maria refere-se à crença tradicional de que Maria, mãe de Jesus, ao final de sua vida terrena, não passou pela morte da mesma forma que os outros seres humanos, mas sim adormeceu (*dormitio*) e foi levada ao céu em corpo e alma.

---

[2]Elizabeth A. Johnson, Nossa verdadeira irmã: teologia de Maria na comunhão dos santos (São Paulo: Loyola, 2006), p. 153.

[3]João Paulo II, "A Assunção de Maria é um privilégio concedido à Mãe de Deus,"Audiência Geral, 2 de julho de 1997, disponível em Vatican.va. Acesso em: 13/03/2025. Pode ser encontrado em: A Assunção de Maria, verdade de fé.

Esse termo é mais comumente usado na tradição ortodoxa oriental e em algumas vertentes do catolicismo oriental, enquanto a Igreja Católica Romana enfatiza a Assunção de Maria, sem definir dogmaticamente se ela morreu antes de ser elevada ao céu.

A partir do século VI, a Igreja Oriental começou a celebrar a Festa da Dormição, que se tornou uma de suas maiores solenidades marianas.

Note que existe uma diferença. **Dormição**: Ênfase na ideia de que Maria teria ”adormecido”pacificamente antes de ser levada ao céu. Enfatizada pela tradição oriental. **Assunção**: Dogma romanista que afirma que Maria foi elevada ao céu em corpo e alma, mas sem definir se ela morreu antes.

A Dormição de Maria reflete a crença de que, por sua santidade e por estar isenta do pecado original, Maria não experimentou a corrupção do corpo após a morte. Essa visão reforça sua participação especial na redenção operada por Cristo, sendo uma antecipação da ressurreição prometida a todos os fiéis, mas ambas apontam para a glorificação de Maria e sua união plena com Deus.

Se você já teve a oportunidade de ler o capítulo sobre Maria escrito pelo Dr. Aníbal Pereira dos Reis, perceberá o quão absurda é essa doutrina. Sua argumentação expõe, com clareza e rigor histórico, como essa crença não apenas carece de fundamento bíblico, mas também se distancia das verdades reveladas na Escritura.

Trata-se de um ensino que, ao atribuir a Maria um papel que excede os limites do que a Bíblia ensina, compromete a centralidade de Cristo na fé cristã. Além disso, ao colocar Maria como mediadora ou corredentora, esse ensino incorre em uma grave deturpação teológica, desviando a glória que pertence exclusivamente a Deus.

Essa exaltação mariana, portanto, não apenas se sustenta em tradições extrabíblicas, mas também se configura como uma

afronta ao princípio da suficiência e singularidade da mediação de Cristo.

Outro exemplo significativo da influência dos apócrifos está nas narrativas do nascimento de Jesus e na tradição ligada aos reis magos. Os Evangelhos canônicos fornecem poucos detalhes sobre a infância de Cristo, um silêncio que levou à proliferação de escritos apócrifos tentando preencher essa lacuna.

Como tenho afirmado, os apócrifos não fornecem relatos confiáveis, mas sim composições lendárias sem qualquer base documental sólida. Esses textos foram escritos séculos após os eventos que alegam descrever, tornando-se fontes tardias e desprovidas de evidência histórica digna de crédito, especialmente no que concerne a Jesus e sua infância.

Além disso, muitos desses escritos apresentam conteúdos que contradizem diretamente a teologia bíblica e o caráter de Cristo conforme revelado nos evangelhos inspirados. Por exemplo, algumas narrativas apócrifas descrevem um Jesus menino realizando milagres arbitrários ou vingando-se de outras crianças por motivos triviais — algo incompatível com a santidade, a justiça e o amor de Cristo conforme atestados nas Escrituras.

Tal discrepância reforça a distinção entre os evangelhos canônicos, historicamente atestados e teologicamente coerentes, e os apócrifos, cuja natureza tardia e fantasiosa os desqualifica como fontes confiáveis sobre a vida de Jesus.

O documento conhecido como A Revelação dos Magos se apresenta como um relato de primeira mão da jornada dos Reis do Oriente para homenagear o Filho de Deus. No entanto, trata-se de um manuscrito tardio, datado do século VIII, cuja alegada origem em um texto mais antigo permanece sem qualquer evidência documental confiável.

O documento não limita o número de magos a três; ao contrário, sugere que poderiam ter sido mais de doze, oriundos de Shir — uma região que, na atualidade, se situa no território da China, mas

que na antiguidade possuía um significado mítico. Além disso, o texto os apresenta como descendentes de Sete, o terceiro filho de Adão.

Outro elemento problemático da narrativa apócrifa é a descrição da Estrela de Belém como uma entidade que se personificaria, assumindo forma humana como o próprio Jesus. Segundo essa tradição, Cristo e a estrela seriam a mesma coisa, pois teria o poder de se transformar em qualquer forma. A estrela, então, teria conduzido os magos até Belém, onde, ao chegarem à gruta, teria se manifestado como uma pequena criança, instruindo-os a partir e a proclamar o evangelho.

Com o passar do tempo, tradições tardias foram se acumulando, muitas vezes entrando em contradição não apenas com o relato bíblico, mas também entre si. Enquanto os evangelhos inspirados fornecem um testemunho historicamente verificável e teologicamente coerente, os apócrifos e as tradições extrabíblicas apresentam elaborações especulativas, frequentemente sem qualquer base documental confiável.

O Apócrifo Armênio da Infância, por exemplo, descreve os magos como irmãos, atribuindo a Melquior o domínio sobre os persas, a Baltasar o reinado sobre os indianos e a Gaspar a soberania entre os árabes. No entanto, essa tradição não tem qualquer fundamento nos evangelhos canônicos, que não mencionam o número, os nomes nem as origens dos magos. A ideia de que seriam três reis provém de tradições tardias baseadas na tríplice oferta de ouro, incenso e mirra (Mt 2:11), mas o texto bíblico não estabelece tal limitação.

A tradição romanista associa a visita dos magos à festa da Epifania do Senhor, celebrada em 6 de janeiro, sugerindo que sua chegada a Belém teria ocorrido treze dias após o nascimento de Jesus. No entanto, essa cronologia não se sustenta biblicamente, pois Mateus descreve os magos encontrando o menino em uma

casa, e não mais na manjedoura (Mt 2:11), o que indica que a visita ocorreu algum tempo depois do nascimento.

No Brasil, o Dia de Reis é celebrado com variações regionais, envolvendo comidas típicas, músicas e danças. Na América Latina e na Espanha, a data tem forte caráter festivo, sendo considerada o momento tradicional para a distribuição de presentes. Em cidades espanholas, na tarde de 5 de janeiro, ocorrem as chamadas "Cavalgadas de Reis", onde doces são lançados à multidão a partir de carros alegóricos.

Outra figura que ajudou a popularizar lendas sobre os magos foi Beda, o Venerável (673–735), monge beneditino inglês. No século XIX, ele foi proclamado Doutor da Igreja pelo papa Leão XIII.

De acordo com uma tradição posterior, Beda teria recolhido relatos transmitidos oralmente desde os tempos apostólicos, compilando-os em escritos que contribuíram para a fixação da tradição dos três reis magos.

Em seu tratado *Excerpta et Collectanea*, ele descreveu Melquior como um ancião de setenta anos, vindo de Ur dos Caldeus; Gaspar como um jovem de vinte anos, originário de uma região montanhosa próxima ao Mar Cáspio; e Baltasar como um homem de quarenta anos, de pele escura e barba cerrada, vindo do Golfo Pérsico. Além disso, associou cada um deles a uma das três grandes raças humanas conhecidas na Antiguidade, atribuindo-lhes idades distintas para representar diferentes fases da vida.

Essa mesma tradição conferiu um simbolismo adicional aos presentes oferecidos a Cristo. O ouro, dado por Melquior, representaria a realeza; o incenso, trazido por Gaspar, simbolizaria a divindade; e a mirra, oferecida por Baltasar, apontaria para a humanidade de Jesus e anteciparia seus sofrimentos redentores.

Os romanistas ainda sustentam que os restos mortais dos magos estariam depositados na Catedral de Colônia, na Alemanha, dentro de um túmulo ornamentado em ouro.

Essa crença se baseia em relatos de São João Crisóstomo, arcebispo de Constantinopla no século IV, que teria afirmado que, após visitarem Jesus, os magos foram batizados pelo apóstolo Tomé e ajudaram a expandir a fé cristã. Entretanto, tais alegações não possuem qualquer fundamentação histórica sólida e fazem parte da tradição tardia acumulada ao longo dos séculos.

Outros escritos apócrifos também contribuíram para o desenvolvimento de mitos sobre os magos. O Evangelho Árabe da Infância, dos séculos V–VI, retrata os magos como discípulos de Zoroastro, fundador do masdeísmo iraniano (século VII a.C.), e inclui um episódio lendário no qual Maria lhes dá uma das faixas que envolviam o menino Jesus. Segundo essa narrativa, ao retornarem à sua terra, os magos lançaram a faixa ao fogo sagrado em um ritual, mas ela permaneceu intacta, sendo posteriormente venerada.

## Conclusão

Os apócrifos do Novo Testamento exerceram uma influência significativa sobre a tradição da Igreja Romana, introduzindo elementos que não apenas estão ausentes das Escrituras inspiradas, mas frequentemente entram em contradição com elas.

O desenvolvimento dessas lendas ao longo dos séculos evidencia a necessidade de distinguir entre a verdade revelada nas Escrituras e as invenções tardias da tradição. Enquanto os evangelhos inspirados fornecem um testemunho historicamente confiável e teologicamente coerente, as tradições acumuladas frequentemente distorcem a narrativa bíblica, adicionando elementos especulativos que carecem de fundamentação.

Somente o relato das Escrituras preserva a pureza da revelação divina contra as adulterações da tradição humana.

## Guia de estudo

- O que são os livros apócrifos? Qual sua origem histórica e por que não foram incluídos no cânon hebraico ou protestante?
- Segundo o capitulo, que doutrinas papistas encontram apoio nos apócrifos?
- Qual o perigo de se construir doutrinas sobre textos cuja inspiração é contestada? Como discernir entre tradição legítima e invenção teológica?
- Como abordar com clareza e respeito essa diferença de cânon ao dialogar com católicos sinceros que valorizam esses escritos?
- Qual foi o papel do Concílio de Trento na canonização dos apócrifos? Por que essa decisão foi considerada controversa?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo XI

# O Concílio de Trento

William Cunningham[1]

O Concílio de Trento marca uma era muito importante na história da igreja, pois, como frequentemente se observa, sua conclusão — que ocorreu no ano de 1563, um ano antes da morte de Calvino — assinala virtualmente o fim do progresso da Reforma e o início da revitalização da eficiência do Papado, que desde então conseguiu reter tudo o que lhe restava naquele momento e até mesmo fazer alguns avanços sobre o que a Reforma havia tomado dele. Até que ponto esse resultado pode ser atribuído direta ou indiretamente ao Concílio de Trento, e de que maneira, se é que de alguma forma, ele esteve ligado às deliberações do concílio, são questões muito interessantes para o estudioso filosófico da história. No entanto, a importância do Concílio de Trento, do ponto de vista estritamente teológico, reside no fato de que seus registros contêm a decisão solene, formal e oficial

[1]O Rev. William Cunningham foi Diretor e Professor de Divindade e História da Igreja no New College, Edimburgo. Este artigo foi originalmente publicado no livro *The Reformers and the Theology of the Reformation* (West Linn, OR: Monergism Books, 2022). Traduzido por Isaias Lobão em 15 de março de 2025. O artigo pode ser encontrado em: Council of Trent. Acesso em: 15/03/2025.

da Igreja de Roma — que reivindica ser a única, santa e católica Igreja de Cristo — sobre todas as principais doutrinas ensinadas pelos Reformadores. Seus decretos sobre pontos doutrinários são aceitos por todos os romanistas como possuindo autoridade infalível, e todo sacerdote papista é obrigado, sob juramento, a aceitar, professar e manter tudo o que foi definido e declarado pelo concílio.

Foi do agrado de Deus, por meio da instrumentalidade dos Reformadores, restaurar as verdades reveladas em Sua palavra sobre os assuntos mais importantes de todos, que haviam sido obscurecidos e deturpados por muito tempo. Essas verdades foram então plenamente reveladas e colocadas diante da atenção dos homens, e os decretos e cânones do Concílio de Trento nos mostram como a Igreja de Roma as recebeu e lidou com elas. Após um longo período de deliberação e discussão preparatória, a igreja emitiu uma decisão solene sobre todas essas questões importantes — uma decisão à qual, por seus próprios princípios fundamentais, ela deve aderir inalteravelmente, até que sua história notável e cheia de eventos chegue ao seu desfecho na destruição, até que ela afunde como uma grande pedra de moinho e não seja mais encontrada.

Não se deve, contudo, supor que as decisões do Concílio de Trento constituam o único padrão das doutrinas às quais a Igreja de Roma está vinculada, pois este foi apenas o último de dezoito concílios gerais, cujas decisões são todas consideradas infalíveis pelos romanistas — embora nem mesmo haja consenso entre eles sobre quais são exatamente esses dezoito concílios que exigem essa submissão absoluta. Ainda assim, os Reformadores expuseram integralmente tudo o que consideravam censurável nas doutrinas e práticas prevalecentes na Igreja de Roma. E, sobre a maioria desses tópicos, a igreja pronunciou seu julgamento no Concílio de Trento.

Havia, entretanto, algumas questões — e não de pouca importância — sobre as quais o Concílio de Trento teve receio ou não

foi autorizado a deliberar. Uma dessas questões era a verdadeira natureza e extensão da supremacia papal — um tema sobre o qual, apesar de Bellarmino afirmar que toda a cristandade depende dele, ainda hoje é quase impossível determinar com precisão qual é a doutrina oficial da Igreja de Roma. A Cúria Romana conseguiu, em geral, conduzir os trabalhos do concílio conforme seus interesses, mas, para alcançar esse objetivo, teve de enfrentar consideráveis dificuldades, recorrendo a subornos, intimidações e diversas formas de fraude e manobras políticas. Mesmo com tudo isso, em várias ocasiões não havia plena certeza sobre os resultados das discussões em relação a alguns pontos que afetavam seus interesses.

Por essa razão, os papas temiam permitir que o tema da sua própria supremacia fosse trazido para debate. Assim, aqueles — sejam protestantes ou papistas — que desejam conhecer a posição da Igreja de Roma sobre esse assunto crucial devem recorrer aos Concílios de Constança e Florença, interpretando e conciliando suas decisões da melhor maneira que puderem.

## O Concílio de Trento e a doutrina da igreja de Roma

[2]

A Igreja de Roma, evidentemente, jamais poderá escapar da responsabilidade pelo que foi decretado e decidido em Trento; no entanto, pode ter incorrido em novas e adicionais responsabilidades por meio de decisões posteriores, mesmo não tendo havido desde então nenhum concílio ecumênico. Além disso, há decisões adicionais sobre alguns pontos doutrinários discutidos no Concílio de Trento, que, segundo princípios anteriormente explicados,

[2] Os títulos e a organização do texto não fazem parte do original, tendo sido estruturados por mim para esta edição.

são obrigatórias para a Igreja de Roma e devem ser levadas em conta para compreender plenamente suas doutrinas sobre certas questões. Refiro-me aqui, em particular, às bulas dos Papas Pio V e Gregório XIII, que condenaram as doutrinas de Baius, o precursor de Jansênio; à bula do Papa Inocêncio X, que condenou as cinco proposições de Jansênio; e à bula Unigenitus, do Papa Clemente XI, que condenou as doutrinas jansenistas ou agostinianas de Quesnel. Esses documentos fornecem evidências mais explícitas do pelagianismo (no sentido histórico) da Igreja de Roma do que qualquer decreto emitido pelo Concílio de Trento. A aceitação da bula Unigenitus como vinculante para a Igreja de Roma é geralmente admitida e pode ser considerada certa; e a obrigatoriedade da condenação das doutrinas de Baius e Jansênio repousa sobre os mesmos fundamentos. Hoje, isso é amplamente reconhecido pelos romanistas, embora, na época da publicação dessas bulas, houvesse quem negasse sua autoridade e se recusasse a submeter-se a elas.

Vale a pena mencionar, como prova disso, um episódio envolvendo Moehler, o mais hábil e refinado defensor do papado no século XIX. Nas primeiras edições de seu livro Simbolismo, ele mencionou uma determinada opinião sobre a constituição moral do homem antes da queda como geralmente aceita pelos doutores romanos, mas não como um artigo de fé, ou seja, um dogma obrigatório para a Igreja. No entanto, mais tarde, descobriu — como, na verdade, já poderia ter visto em Belarmino — que a negação dessa opinião havia sido condenada pelos Papas Pio e Gregório em suas bulas contra Baius. Diante disso, ele retratou seu erro e passou a afirmar que essa opinião, com base nessa condenação papal, deveria ser aceita como um artigo de fé vinculativo.

Embora esse incidente seja, em si mesmo, insignificante, ele tem uma importância relativa, pois não apenas confirma que a condenação das doutrinas de Baius é considerada obrigatória para a Igreja de Roma, mas também ilustra a dificuldade de determinar

quais são, de fato, as doutrinas reconhecidas e autorizadas por essa igreja. Se até mesmo Moehler — que havia sido professor de teologia por nove anos em uma renomada universidade alemã antes de publicar seu Simbolismo — cometeu um erro desse tipo, fica evidente o desafio de estabelecer com precisão a doutrina oficial romana.

Ainda que seja certo que, para obter uma visão completa e abrangente das doutrinas da Igreja de Roma — doutrinas às quais essa igreja, com todas as suas reivindicações de infalibilidade, está comprometida e pelas quais pode ser responsabilizada —, seja necessário tanto recuar a períodos anteriores quanto considerar decisões posteriores ao Concílio de Trento, permanece o fato de que os decretos e cânones desse concílio fornecem o meio mais acessível e autêntico para determinar, em grande parte, quais são as doutrinas oficialmente reconhecidas pela Igreja de Roma. Além disso, eles representam a totalidade da resposta que essa igreja deu às principais doutrinas bíblicas restauradas pelos Reformadores. Essa consideração conferiu, e continuará a conferir, ao Concílio de Trento um papel de suma importância na história da teologia.

Os romanistas, naturalmente, exigem que todos os que se professam cristãos — isto é, todos os batizados, pois acreditam que o batismo, mesmo quando realizado por hereges ou protestantes, submete todos os que o receberam à autoridade do Papa, como cabeça da igreja — aceitem todos os decretos do Concílio de Trento como infalivelmente verdadeiros, sob o argumento de que, assim como qualquer outro concílio ecumênico, ele foi guiado de maneira infalível pelo Espírito Santo.

O título adotado pelo concílio em seus decretos era: "O Santo (ou Sacrossanto) Concílio Ecumênico e Geral de Trento, legitimamente congregado no Espírito Santo e presidido pelos legados da Sé Apostólica." O nome oficial do concílio foi objeto de intensas discussões e controvérsias entre os próprios membros do concí-

lio. Alguns deles se esforçaram arduamente para incluir na designação oficial a expressão "representando a Igreja Universal." Isso parecia bastante razoável e coerente, pois é somente com base no princípio de que os concílios gerais representam a Igreja Universal que se sustenta a reivindicação da Igreja de Roma de que esses concílios possuem infalibilidade, fundamentada nas promessas bíblicas da presença de Cristo e de Seu Espírito.

Entretanto, essa expressão era particularmente desagradável para os Papas e seus legados, pois lhes trazia à memória, de maneira bastante incômoda, os acontecimentos dos Concílios de Constança e Basileia, ocorridos no século anterior. Esses concílios, com base no princípio de que representavam a Igreja Universal, estabeleceram o grande dogma da superioridade de um concílio sobre o Papa e do direito de um concílio exercer jurisdição sobre ele. Com grande esforço, e não sem dificuldades, o partido papal conseguiu excluir essa expressão da designação oficial do Concílio de Trento.

## O Concílio de Trento: Composição, decisões e influências

Teria sido, de fato, um passo ousado, embora coerente, se os membros do Concílio de Trento tivessem assumido a designação de "representantes da Igreja Universal", pois eram poucos em número, e uma grande parte deles pertencia à Itália — sendo, na verdade, meros agentes e criados dos Papas, com alguns tendo sido nomeados bispos de dioceses meramente titulares, apenas para serem enviados a Trento e votarem conforme as instruções papais. Na quarta sessão, quando o concílio promulgou seus decretos sobre a regra de fé — comprometendo a Igreja, pela primeira vez, com certas posições, algumas das quais muitos eruditos romanistas posteri-

ormente sentiram vergonha, ainda que não ousassem se opor a elas abertamente — foram estabelecidos os seguintes pontos:

1. As tradições não escritas têm autoridade igual à da Palavra escrita;

2. Os livros apócrifos do Antigo Testamento são canônicos;

3. A Igreja tem a prerrogativa de interpretar as Escrituras, devendo fazê-lo segundo o consenso unânime dos Pais da Igreja;

4. A Vulgata Latina deve ser considerada autêntica em todas as controvérsias.

Nesse momento, estavam presentes apenas cerca de cinquenta bispos, e uma minoria deles se opôs a algumas dessas decisões. Durante a maior parte das sessões do concílio, havia menos de duzentos bispos presentes, e quase todos eram italianos, com apenas alguns alemães e espanhóis. Nas últimas sessões, sob o Papa Pio IV, quando o concílio teve a maior participação de toda a sua duração — em parte pela presença de alguns bispos franceses —, o número total de participantes chegou a duzentos e setenta, dos quais cento e oitenta e sete eram italianos, trinta e um espanhóis, vinte e seis franceses e apenas vinte e seis de toda a Igreja Universal.

Se todos os concílios ecumênicos são infalíveis e se o Concílio de Trento foi ecumênico — e se tudo isso pode ser demonstrado *a priori* —, então, evidentemente, estaríamos obrigados a submeternos implicitamente a todas as suas decisões. No entanto, os protestantes geralmente sustentam que não havia nada no Concílio de Trento que pudesse fornecer qualquer base razoável para a convicção de que fosse ecumênico ou infalível. Certamente, em termos numéricos, ele foi um representante muito inadequado da Igreja

Universal. Os homens que o compunham, de modo geral, não possuíam características que, segundo os critérios normais de julgamento, conferissem grande respeito ou autoridade às suas decisões. As influências que moldaram os procedimentos do concílio e a maneira como foram conduzidos não eram tais que inspirassem muita confiança na solidez das conclusões alcançadas.

Em resumo, a história do Concílio de Trento é um reflexo, em miniatura, da própria história da Igreja de Roma. Ela revela, tanto por parte dos Papas e seus seguidores imediatos quanto do próprio concílio — pois os Papas, em essência, conseguiram dirigir seus trabalhos conforme desejavam, embora nem sempre sem dificuldades —, uma oposição obstinada à vontade revelada de Deus e aos interesses da verdade e da piedade. Além disso, exibe uma busca implacável e inescrupulosa por objetivos egoístas e indignos, sendo uma perfeita ilustração da "obstinação da iniquidade" — uma das características bíblicas do chamado "mistério da iniquidade".

Há um trecho notável no excelente tratado de Calvino, *De Necessitate Reformandae Ecclesiae* (Sobre a Necessidade da Reforma da Igreja), publicado em 1544 — um ano antes da primeira sessão do concílio —, no qual ele descreve antecipadamente, com notável precisão, o que o concílio faria caso fosse permitido que se reunisse, como seus trabalhos seriam conduzidos e quais seriam os resultados de suas deliberações. Não é fácil encontrar um exemplo de previsão meramente humana que tenha se cumprido de maneira tão exata. Existem amplos documentos que comprovam a precisão dessa previsão, encontrados não apenas nos escritos do Padre Paulo (*Sarpi*), mas até mesmo na obra de Pallavicino e em outras fontes confiáveis da própria Igreja Romana.

O historiador Hallam, em sua obra História da Literatura da Europa durante os Séculos XVI e XVII, expressou, com grande candura, algumas opiniões sobre o Concílio de Trento que os papistas frequentemente citam como concessões vindas de uma

"eminente autoridade protestante" — ainda que, na verdade, não se saiba se Hallam tinha algum motivo para ser chamado de protestante, além do fato de não ser romanista. Ele afirma:

> "Nenhum concílio geral jamais reuniu tantas pessoas de eminente aprendizado e capacidade como o de Trento; tampouco há razão para crer que qualquer outro concílio tenha examinado as questões diante dele com tanta paciência, perspicácia, temperança e desejo de verdade... Aqueles que têm uma opinião diferente devem se perguntar se leram Sarpi com atenção, especialmente no que diz respeito às sessões do Concílio de Trento que ocorreram antes de sua suspensão em 1547."

Hallam dá a entender que sua visão é diametralmente oposta às representações normalmente feitas pelos protestantes sobre o concílio.

Sobre essa afirmação, é necessário fazer duas observações:

1. Há boas razões para acreditar que Hallam retrata o concílio de forma excessivamente favorável.

2. No entanto, no fundo, não há muito em sua declaração que tenha sido geralmente contestado pelos protestantes ou que lhes interesse contestar.

É verdade, sem dúvida, que o Concílio de Trento contou com alguns homens de grande aprendizado e habilidade — e isso nunca foi questionado. A Igreja de Roma quase sempre teve estudiosos eruditos e competentes para defender sua causa. O fato de que o Concílio de Trento tenha reunido tantos homens de saber e capacidade quanto qualquer um dos concílios gerais anteriores também pode ser aceito como altamente provável, considerando que

muitos desses concílios ocorreram em épocas em que tais qualificações não eram particularmente abundantes.

No entanto, não há motivo para acreditar, como Hallam sugere, que o Concílio de Trento tenha sido composto por muitos homens desse tipo. Há boas razões para crer que o aprendizado e a capacidade estavam muito mais concentrados entre os teólogos e os generais das ordens monásticas, que participaram apenas como assessores, do que entre os bispos, que eram os únicos juízes oficiais das questões apresentadas ao concílio. De fato, toda a história do Padre Paulo demonstra que, embora houvesse muitas disputas no concílio sobre uma grande variedade de tópicos, elas estavam limitadas a um pequeno número de indivíduos — sendo que apenas poucos estavam realmente qualificados para participar dos debates.

Muito poucos dos homens que compunham o Concílio de Trento são lembrados posteriormente por qualquer outro feito além de terem sido membros desse concílio. Pouquíssimos alcançaram qualquer reputação distinta ou duradoura na literatura teológica.

Ainda assim, é inegável que havia no concílio homens bem versados nos escritos dos Pais da Igreja e dos escolásticos, e que foram capazes de debater as questões apresentadas com habilidade e perspicácia. A obra do Padre Paulo confirma isso plenamente, e nenhum protestante, tanto quanto se saiba, jamais contestou esse ponto, ao contrário do que Hallam parece sugerir.

Quanto à alegada paciência, temperança e desejo de verdade que teriam caracterizado as discussões do concílio, é verdade que a história do Padre Paulo não contém muitas evidências que refutem explicitamente essa alegação, pelo menos no que diz respeito aos teólogos que participaram ativamente dos debates. Isso deve ser visto como um indicativo de que o Padre Paulo não se esforçou deliberadamente para difamar o concílio, ao contrário do que alegam os romanistas. De fato, é curioso que Pallavicino, um de-

fensor confesso do concílio, mencione alguns episódios não relatados pelo Padre Paulo que lançam uma luz nada favorável sobre a paciência e temperança de alguns membros do concílio — como o caso de um bispo que, no meio de uma discussão, agarrou outro pelo pescoço e arrancou-lhe a barba; ou a troca de insultos violentos entre o legado papal e um cardeal opositor dos interesses do Papa.

Quanto ao alegado desejo de verdade do concílio, embora seja inegável que seus teólogos honestamente acreditavam que suas decisões doutrinárias eram verdadeiras, não há qualquer evidência de que tenham tido maior disposição para aceitar evidências escriturísticas ou para buscar a verdade com mais sinceridade do que antes.

## A perspectiva protestante sobre o Concílio de Trento

Os protestantes, portanto, não contestam que o Concílio de Trento contou com alguns homens de grande erudição e capacidade; que suas decisões doutrinárias estavam de acordo com aquilo que a maioria de seus membros realmente acreditava ser verdadeiro; e que houve um esforço considerável para apresentar suas doutrinas da forma mais plausível e menos contestável possível. A afirmação geral que os protestantes costumam fazer a respeito do Concílio de Trento, no que se refere a esse aspecto, pode ser resumida da seguinte forma: não há nada no concílio que confira às suas decisões qualquer grande respeito ou deferência.

As principais razões pelas quais sustentam essa convicção são as seguintes:

1. O número de membros presentes era pequeno para um concílio que pretendia representar a Igreja Universal.

2. No geral, esses membros não eram homens notáveis por sua piedade, erudição e capacidade teológica. Pelo contrário, a maioria era flagrantemente deficiente nessas qualidades.

3. Uma grande parte deles era composta por meros aliados do Papa, dispostos a votar conforme suas ordens.

4. A condução geral do concílio foi manipulada pela Cúria Romana, sempre em benefício dos interesses papais.

5. Quando surgiam dificuldades em questões que afetavam esses interesses, todos os meios possíveis — lícitos ou ilícitos — eram empregados para proteger a posição do Papa.

6. A habilidade daqueles que presidiam o concílio em nome do Papa, aliada ao caráter e às motivações da maioria dos participantes, assegurava que essas manobras quase sempre alcançassem o sucesso.

Tudo isso foi comprovado pelas evidências históricas mais sólidas. Diante dessa realidade, a conclusão inevitável é que as decisões de um concílio composto por tais membros, conduzido nessas circunstâncias e sujeito a tais influências, não merecem grande respeito. Não há, portanto, qualquer forte presunção inicial de que suas resoluções sejam corretas. Assim, suas decisões podem ser examinadas e testadas com total liberdade, sem qualquer receio de que se esteja pisando em terreno sagrado.

## Os objetivos do Concílio de Trento

O concílio foi convocado oficialmente com dois propósitos principais:

1. Decidir sobre as questões teológicas levantadas pelos Reformadores.

2. Reformar as corrupções e abusos práticos que, reconhecidamente, existiam na própria Igreja de Roma.

Os registros de suas deliberações estão divididos nessas duas categorias: doutrina e reforma, sendo que esta última ocupa a maior parte dos documentos oficiais do concílio.

Foi principalmente nas questões relacionadas à reforma da Igreja que a influência do Papa se fez mais presente, pois era nesses pontos que seus interesses estavam em jogo. Foram, sobretudo, as decisões tomadas nessas matérias que revelaram o verdadeiro caráter dos membros do concílio e as forças que de fato dirigiam seus trabalhos.

Os Papas não estavam excessivamente preocupados com os pronunciamentos doutrinários do concílio, a menos que esses tivessem impacto direto sobre a autoridade e o governo da Igreja. Quanto às demais questões doutrinárias, bastava-lhes a certeza de que, dados os posicionamentos previamente conhecidos dos membros do concílio, suas decisões se oporiam a todos os princípios fundamentais defendidos pelos Reformadores e estariam alinhadas com as concepções teológicas predominantes na Igreja de Roma naquele momento.

Uma vez satisfeitos quanto a isso, e não se importando muito com o restante do debate, os Papas deixaram que os teólogos do concílio seguissem em grande medida suas próprias convicções e impressões nas discussões puramente doutrinárias. Isso conferiu a esses debates um certo grau de liberdade e independência — algo que certamente teria sido restringido caso houvesse algum interesse direto da Cúria Romana envolvido.

## Guia de estudo

- Qual foi o contexto histórico do Concílio de Trento? Por que ele é considerado uma resposta direta à Reforma Protestante?
- Quais doutrinas protestantes foram condenadas oficialmente no concílio? Que impacto isso teve na relação entre Roma e os reformadores?
- Como o concílio reafirmou a autoridade da tradição e dos sacramentos? Essas decisões estão em conformidade com a Bíblia?
- Que papel os livros apócrifos tiveram nas deliberações do Concílio de Trento? Como essa inclusão reforça a tradição romana?
- O que o capítulo revela sobre a visão do concílio a respeito da justificação, da graça e da cooperação humana na salvação?
- Como as decisões do Concílio de Trento ainda afetam o romanismo contemporâneo? Podemos ver influência dessas definições nos debates teológicos atuais?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo XII

# Três princípios do protestantismo

James E. McGoldrick [1].

A fé protestante se originou em um tempo de escândalo quando Johann Tetzel, um monge dominicano apareceu na Alemanha e foi por todos os lugares vendendo certificados de indulgências. Era outono de 1517 quando o escândalo começou. Tetzel prometeu aos seus ouvintes que eles poderiam obter a remissão dos pecados das pessoas queridas que já haviam morrido e ido para o purgatório.

Consequentemente, pessoas piedosas juntaram seus bens e correram para Tetzel para comprar estes documentos, pois isto parecia ser o requisito de caridade cristã - para que os entes queridos fossem libertos dos tormentos do purgatório e tivessem a

[1]Dr. James McGoldrick é professor de História no Cedarville College, em Ohio, Estados Unidos. Ele é um dedicado estudioso da História da Reforma. Este artigo foi originalmente publicado na revista The Banner of Truth, Nº. 232, em Janeiro de 1983 e aqui transcrito do jornal "Os Puritanos"Nº.4 de Julho/Agosto de 1994. Traduzido por Débora M. G. Gomes. O artigo pode ser encontrado em: https://www.monergismo.com/textos/cinco_solas/tres_principios.htm. Acesso em: 12 de março de 2025

entrada no céu assegurada. De fato, Tetzel levou pessoas a crerem que podiam obter o perdão meramente ao colocarem suas moedas no seu cofre-caixa e levando em troca os certificados oferecidos por ele.

Para tornar sua campanha mais popular, Tetzel recitava o seguinte *jingle*: "Assim que a moeda no cofre tilintar, a alma do purgatório irá saltar". As pessoas pareciam vir de todos os lugares, procurando libertar seus queridos das chamas da punição. O purgatório, no ensino da igreja medieval, era retratado como um lugar de punição temporal pelos pecados; O tempo que a pessoa deveria passar lá seria determinado pelo número e gravidade das ofensas. Quando uma pessoa havia sido completamente purgada, ela estaria liberada para ir para o céu.

Informações a respeito das atividades de Tetzel logo chegaram à Universidade de Wittenberg onde o Doutor *Martin Luther*(Martinho Lutero) Professor de Teologia, as recebeu com consternação. Ao invés de reagir com uma esperança feliz que caracterizava a reação das pessoas que estavam comprando os documentos de Tetzel, Lutero ficou enfurecido. Ele falou vigorosamente contra estas atividades e denunciava todo negócio como um escândalo de imensas proporções e defendia que a igreja tinha que ser salva deste terrível tráfico de indulgências.

Lutero foi para frente da porta da igreja do castelo de Wittenberg, com um documento em uma mão, um martelo na outra e afixou na porta uma lista com noventa e cinco protestos contra a venda das indulgências. Ele também disse ao povo que estava sobre os seus cuidados que eles haviam sido cruelmente enganados. Os certificados de indulgências não prometiam a remissão de pecados e não podia garantir a salvação deles ou dos seus parentes mortos. O povo humilde alemão e a população comum das cidades não sabiam ler latim e os certificados estavam impressos em latim. Tetzel havia apostado na ignorância do povo quando

os incentivava a acreditar que haviam obtido benefícios que não sequer escritos nos tais documentos.

De acordo com os ensinamentos da igreja católica, a igreja tem a custódia do Tesouro dos Méritos que são adquiridos pelos grandes santos que haviam excedido as boas obras necessárias para sua salvação. Este excesso de méritos se tornava uma fonte da qual a igreja poderiam distribuir méritos aos que estavam deficientes, e a indulgência se tornou o meio pelo qual os pecadores necessitados poderiam obter méritos desta tesouraria. Nos anos entre 1460-1470, o Papa Sixtus IV declarou que os benefícios obtidos através das indulgências poderiam ser transferidos para os crentes que há haviam ido para o purgatório.

Lutero, inflamado de indignação, desafiou a venda de indulgências e exigiu que toda esta questão fosse discutida pelos estudiosos da Universidade. Ele convidou alguns colegas acadêmicos para um debate público a respeito das 95 teses ou objeções, que ele havia escrito sobre a venda de indulgências. Lutero assim iniciou um protesto que atraiu muitos seguidores, e logo, os que se uniram ao protesto ficaram conhecidos como os ”Protestantes”.

A palavra ”Protestante”, de acordo com a definição do dicionário, é ”um membro de algumas igrejas cristãs que terminaram se separando da igreja católico romana desde o século XVI: Batistas, Presbiterianos, Metodistas e muitos outros”; ou ”uma pessoa que protesta”.

Foi no dia 31 de outubro de 1517 quando Martinho Lutero afixou os seus protestos na porta da igreja do castelo. Ele protestava contra os abusos e as corrupções ligadas a venda de indulgências e denunciava o ensino de que o perdão dos pecados poderia ser obtido através de ”contrição, confissão e contribuição”. Nesta época a igreja ensinava que o perdão dos pecados vinha através do sacramento da penitência quando o padre, representando Jesus Cristo, absolvia o pecador que confessava seus pecados, expressava arrependimento e contrição e dava uma contribuição à igreja, como

penitência. Lutero falou com coragem contra as indulgências e a crença de que o perdão seria realizado através delas ou de contrição, confirmação e contribuição.

A tese de número 32 das 95 escritas por Lutero diz o seguinte: "Aqueles que crêem que podem garantir a salvação por terem cartas de indulgências serão condenados eternamente juntamente com seus professores". Através deste gesto dramático, Lutero começou uma tentativa de reformar a igreja, de trazê-la de volta às origens bíblicas e à salvação ensinadas nas Escrituras, para restaurar a pureza da fé do Novo Testamento. Ele, é claro, não tinha a intenção de se tornar o fundador de uma igreja separada protestante.

De fato, Lutero, naquele ponto, acreditava que o papa ficaria agradecido por um dos seus monges ter tido a coragem de se levantar para defender a igreja contra este abuso escandaloso. Lutero não sabia que esta corrupção já havia permeado a cúpula em Roma. Nem tão pouco que o para Leão X e Albrecht, o arcebispo de Mainz, haviam organizado a venda de indulgências e apontado Tetzel como seu representante. Ao contrário de gratidão, Leão X estava totalmente enfurecido com as ações de Lutero.

O protesto de Lutero não era de todo negativo, e a palavra "protestante"realmente não é um termo pejorativo. A expressão se deriva do latim, da preposição PRO, que significa "para", e o infinito TESTARE, "testemunho". Um protestante, então, é um que testemunha - um protestante é uma testemunha de Jesus Cristo e da Palavra de Deus. O protestantismo, então, não é meramente o protesto contra a corrupção eclesiástica e o falso ensinamento; é o reavivamento, o renascer da fé bíblica, um renascer do cristianismo do Novo Testamento, com uma ênfase positiva sobre as doutrinas das Escrituras, Graça e Fé. Dito no belo latim do século XVI, o Protestantismo proclama SOLA SCRIPTURA, SOLA GRATIA, SOLA FIDE. Estes são os três princípios do protestantismo.

# SOLA SCRIPTURA

Onde a Bíblia afirma ser a Palavra de Deus, o verdadeiro Protestantismo aceita esta declaração como a verdade. Os protestantes acreditam, como Paulo, que toda a Escritura é "inspirado por Deus", que a Bíblia é o guia para a salvação e que é através da Palavra escrita de Deus que o crente se torna "perfeitamente habilitado para toda boa obra".(II Tm.3:17) Os protestantes atribuem à Bíblia exatamente a mesma autoridade que Jesus Cristo atribuíra à Bíblia da sua época. Disse Jesus: "Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas: não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i ou til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra".(Mt.5:17-18)

Por ficar ao lado de Jesus nesta questão da autoridade da Bíblia, o Protestantismo renuncia a autoridade das tradições humana. Quando Jesus debateu com os fariseus, ele respondeu às suas críticas com a seguinte acusação: "... E assim invalidastes a Palavra de Deus, por causa da vossa tradição".(Mt.15:6) Jesus muitas vezes contradizia as tradições dos homens, mas ele cumpria, mantinha e defendia a Palavra de Deus. No Sermão do Monte Jesus expôs a confiança dos judeus na tradição rabínica quando disse: "Ouvistes o que foi dito aos antigos... Eu, porém, vos digo...".(Mt.5:21-22) Desta maneira Jesus contradizia os ensinamentos tradicionais dos rabinos que haviam pervertido a Palavra de Deus através de falsas interpretações. Jesus disse, em outras palavras: "Esqueçam o que os rabinos lhes ensinaram e ouçam o que eu digo, pois a minha palavra é a Palavra de Deus". Quando comparada ao Velho Testamento, as palavras de Jesus são, realmente, a Palavra de Deus.

Lutero combateu a venda de indulgências e das outras superstições da igreja medieval porque ele percebeu que estas coisas não estavam baseadas na Bíblia. No entanto, ele se tornou a figura central de uma controvérsia intensa. O papa e o imperador se tornaram contra Lutero violentamente, e os príncipes da Alemanha

receberam ordens para avançarem contra ele. O papa exigiu que Lutero se apresentasse em Roma para responder às acusações que pesavam contra ele. Lutero, no entanto, tinha um protetor, Frederico o Sábio, Príncipe da Saxônia. Frederico sabia que Lutero não receberia uma chance justa em um tribunal em Roma. Se ele teria de ser julgado, teria que ser em um tribunal na Alemanha. Finalmente, tudo foi organizado, e em abril de 1521, o "santo imperador romano", Carlos V foi à pequena cidade de Worms, na Alemanha, onde ele havia convocado uma assembleia imperial.

Lá em Worms, estavam unidos os bispos, arcebispo, príncipes do Império, representantes das cidades livres e bem no alto, acima de todos esta o augusto Carlos V, Rei da Espanha e "santo imperador de Roma".

Diante daquela assembleia imponente esta o humilde monge Agostiniano, Martinho Lutero, vestido com seu capuz de monge, de pé diante de uma mesa onde estavam folhetos e tratados escritos e publicados por ele. Johaun Von Eck, assistente do Arcebispo de Trier, que serviu como interrogador, mandou Lutero reconhecer o material como sendo seu mesmo, e Lutero assumiu a autoria de todo o material. Eck também perguntou se o teólogo iria se retratar das "heresias"que havia publicado. Percebendo a importância da sua postura, Lutero pediu um tempo para escrever uma resposta formal.

Foram-lhe concedidas 24 horas para preparar a sua resposta e no dia seguinte ele estava diante da Assembleia e pronunciou o discurso que mudou o curso da História e modificou a Igreja para sempre. O mundo e a Igreja jamais voltaram a ser os mesmo depois que Lutero fez a sua declaração arrebatadora.

Um simples monge e um teólogo obscuro, sem fortuna ou poder, Lutero ficou diante dos governantes da Alemanha e disse: "Desde que vossa serena majestade e vossas senhorias buscam uma resposta simples, eu a darei assim, sem chifres nem dentes. A menos que seja convencido pelo testemunho das Escrituras ou

por mera razão (pois não confio nem no papa nem nos concílios somente, pois é bem sabido que eles frequentemente erram e se contradizem), eu estou atado pelas Escrituras que já citei, e a minha consciência é escrava da Palavra de Deus. Eu não posso e não irei me retratar de nada, já que não é seguro nem correto agir contra a consciência".

Lutero talvez estivesse ali tremendo, pois ele sabia que havia arriscado sua vida por Jesus Cristo. Outros que haviam tomado este tipo de atitude antes de Lutero haviam sido queimados como traidores. De fato, o reformador John Hus havia sido queimado por ordem do Concílio de Constança 100 anos antes, e entre os crimes que o levaram a morte, foi ter protestado contra a venda de indulgências!

Ao defender o seu ponto de vista diante daquela Assembleia, Lutero sabia que a sua vida corria um grande risco. O imperador, em favor de Lutero, manteve a sua palavra de que Lutero poderia ir até Worms e sair de lá em segurança, mas a partir daquele momento seria considerado herege diante da Igreja e um fora-da-lei aos olhos do imperador. Lutero havia proclamado o princípio que estava destinado a ecoar através dos tempos, o princípio de SOLA SCRIPTURA. Aqueles que acreditam como ele, anda defendem só as Escrituras e, como Lutero, as suas consciências estão "presas à Palavra de Deus".

Pouco depois do protesto de Lutero e de ter iniciado a Reforma da Igreja na Alemanha, outros, em várias partes do mundo cristão, também se voltaram para a Bíblia e nela descobriram as verdades que haviam ficado obscuras através dos séculos de tradições eclesiásticas. Nas montanhas da Suíça, João Calvino surgiu como um líder da Reforma. Ele, como Lutero, se tornou um fervoroso estudante da Bíblia, e para ele, também, a Escritura era a autoridade suprema. Calvino, falando a respeito do Livro Sagrado, disse: "Os profetas não falavam por vontade própria, eles eram instrumentos do Espírito Santo usados para dizer apenas o que era enviado dos

céus". Os protestantes suíços, como seus irmãos alemães, eram protestantes verdadeiros pois sempre exigiam que cada assunto fosse testado pela autoridade de SOLA SCRIPTURA.

Eles também não confiavam nos papas nem nos concílios, pois as suas consciências estavam cativas ou presas à Palavra de Deus. O Protestantismo genuíno em qualquer lugar declara que a Bíblia, unicamente a Bíblia, é a autoridade da fé cristã e de prática de vida, pois esta é a fé dos nossos pais, "a fé que uma vez por todas foi entregue aos santos". (Jd.3)

Entre as declarações protestantes de confiança na verdade e na confiabilidade das Escrituras, a da confissão de Fé de New Hampshire é majestosa e inequívoca. Aquela afirmação batista diz: "Nós cremos que a Bíblia Sagrada foi escrita por homens divinamente inspirados, e que é um perfeito tesouro de instrução celestial; que Deus é o seu autor, a salvação o seu propósito, e a verdade, sem qualquer mistura de erro em sua essência revela os princípios pelos quais Deus irá julgar-nos, e então é, e irá permanecer até o fim do mundo, o verdadeiro centro da união cristã, e o padrão supremo pelo qual toda a conduta humana, credos e opiniões devem ser testadas".

Com esta afirmação retumbante de SOLA SCRIPTURA todos os verdadeiros cristãos irão concordar. SOLA SCRIPTURA é o fundamento indispensável da fé cristã. Se a Igreja do século XX não for fiel em proclamar SOLA SCRIPTURA, chegou a hora de outro protesto, um protesto contra os projetos humanos e a favor da Palavra de Deus.

## SOLA GRATIA

O Protestantismo, já que é baseado nas Escrituras, ensina que o homem pecador não tem qualquer esperança de salvação através de seu próprio esforço, pois os protestantes sabem que a Bíblia diz claramente: "Pela graça sois salvos, por meio da fé - isto não vem

de vós, é Dom de Deus - não de obras, para que ninguém se glorie"(Ef. 2:8-9). O Protestantismo, assim, nega todos os esquemas de salvação que promovem o homem e suas atividades e cerimônias religiosas como meio de vida eterna e perdão. Insiste ainda que a salvação vem através do puro e imerecido favor de Deus, pela graça somente. SOLA GRATIA é um ensinamento cardeal da fé protestante. Os protestantes sabem que o homem é deficiente tanto no querer quanto na habilidade de agradar a Deus e de ganhar ou conquistar a salvação. Lutero descreveu o estado pecaminoso do homem como sendo a condição de arbítrio escravo (escravidão da vontade).

O homem, em sua insensatez, pensa que é livre, mas ele está realmente escravizado pelo pecado e por Satanás. Jesus disse: "... Todo o que comete pecado é escravo do pecado"(Jo.8:34). O homem possui um tipo de liberdade, é claro. De fato, ele é livre para fazer o que quer, mas o que ele quer é pecar! Os desejos pecaminosos o levam cada vez mais a pecar e cada vez mais para longe de Deus, vivendo em pecado, amando o pecado, e se não for pela misericórdia de Deus, morrendo em pecado. A escravidão do homem é tão completa que ele fica alegremente desapercebido da sua condição de escravo.

Lutero refletia a respeito da trágica condição do homem caído e a descrevia desta maneira: "Eu creio que não posso por minha própria razão ou força, acreditar em Jesus Cristo meu Senhor, ou buscá-lo; mas o Espírito santo me chamou através do Evangelho, me iluminou pelos Seus dons, e me santificou e preservou na verdadeira fé; da mesma maneira Ele chama, reúne, ilumina e santifica toda a Igreja cristã da terra, e preserva a sua união com Jesus Cristo na verdadeira fé ..."

Este é o evangelho da SOLA GRATIA! Este é o ensinamento que, aos pecadores sem esperança e incapazes, aos quais Deus não deve nada, e Ele sente piedade e derrama o seu favor de graça. Pecadores que não merecem nada além da ira de Deus, ganham o

inestimável privilégio de gozar do seu favor, pois Deus, da bondade do Seu ser, escolheu ser gracioso para com pessoas que só mereciam o Seu julgamento.

O verdadeiro protestantismo tira a sua doutrina da salvação diretamente da Bíblia e assim declara que a salvação é um presente de Deus, espontâneo, imerecido, dado a pessoas indignas, "... a graça de Deus se manifestou salvadora ..."(Tito 2:11), e assim, o verdadeiro Protestantismo declara SOLA GRATIA ao mundo inteiro. O que o homem não pode fazer por si mesmo, Deus já fez por ele através da Sua graça em Cristo Jesus. Se a Igreja do século vinte está negligenciando declarar o Evangelho da SOLA GRATIA, é chegada a hora de um novo protesto! Os protestantes agora, como no século dezesseis, devem insistir que a questão da salvação seja resolvida nas Escrituras, que proclamam que é um presente, não uma recompensa por qualquer esforço humano.

## SOLA FIDE

O Protestantismo afirma que a Bíblia é a única autoridade e que a graça é o único meio de salvação. Isto, no entanto, deixa uma pergunta ainda sem resposta. Como é que uma pessoa pode receber a salvação? Ou, dito de outra maneira, como é que uma pessoa pode estar com Deus? Esta foi a pergunta que deixou Lutero perplexo e o levou quase ao desespero.

Lutero não se tornou monge por opção. Enquanto ainda era um jovem estudante, preparando-se para a carreira de advogado, Lutero estava viajando por uma floresta na Alemanha quando de repente caiu uma terrível tempestade. Os trovões estrondeavam sobre sua cabeça e os raios atingiam as árvores. O jovem temeu ser consumido por um raio e na sua angústia ele orou.

Lutero orou, mas não a Deus; ele implorou a ajuda de santa Ana, a santa padroeira dos mineiros. O pai de Lutero havia trabalhado nas minas, então Lutero se lembrou da infância quando

o pai dava instruções que o ensinavam a buscar a ajuda de santa Ana como mediadora para falar com Deus. Ele prometeu a santa Ana que se tornaria um monge se a sua vida viesse a ser poupada. Ele sobreviveu àquele tenebroso temporal, e foi fiel a sua promessa entrando no monastério da ordem Agostiniana em Emfurt. Como ele se tornou um padre, e, enquanto estava no monastério, se dedicou às responsabilidades da vida em comunidade, com um vigor incomum. Passava noites sem dormir, em jejuns e orações. Procurava confessar os seus pecados todos os dias, em sua busca de acertar com Deus.

O padre Johan Stauptz, superior monástico de Lutero, percebeu que este monge era um homem com uma consciência notavelmente sensível. Lutero se sentia tão oprimido com a sensação de pecado e de culpa que ele não podia confessar o suficiente, e finalmente Stauptz disse que Lutero saísse do confessionário e só voltasse quando tivesse realmente pecado para confessar! Lutero estava vasculhando a sua consciência no esforço de conseguir aliviar o terrível peso da culpa e da vergonha, mas a confissão a um padre não o ajudou em nada.

Apesar da Igreja medieval incentivar as pessoas a adotarem uma vida monástica como a melhor forma de ganhar o favor de Deus, a experiência no monastério, no caso de Lutero, não o ensinou a amar a Deus. Lutero mesmo admitiu que se tornou mais alienado e distante do seu Criador ao mesmo tempo em que buscava servir mais fielmente. Como ele mesmo colocou: "Eu… estava sendo atormentado perpetuamente".

Os estudos de Lutero no monastério e na universidade, como também na infância, o ensinaram a considerar Deus como um severo juiz, então ele ficava aterrorizado com a possibilidade de não estar entre os escolhidos de Deus. Ele confessou suas dúvidas ao padre Stauptz, e o sábio conselheiro o incentivou a parar de estudar e meditar na ira de Deus e na Sua justiça, e começar a meditar no amor e misericórdia de Deus. Stauptz mandou Lutero olhar

as chagas de Cristo e acreditar que Ele foi crucificado por ele, e assim o monge encontraria a certeza do amor de Deus e do Seu favor. Lutero levou este conselho a sério, mas as dúvidas ainda o atacavam, pois ele não podia livrar-se da imagem de Deus como um juiz irado.

O estudo da Bíblia foi uma das responsabilidades de Lutero como padre e teólogo, mas mesmo este sagrado exercício, a princípio, parecia aumentar o senso de que era um miserável. Quando encontrava a ênfase bíblica da justiça de Deus, Lutero percebia que a justiça perfeita de Deus exige a perfeição do homem. Mas, não importava o seu esforço, pois Lutero não conseguia atingir a retidão exigida pelo Criador; o monge atribulado continuava a afundar em uma miséria mental e espiritual por não conseguir apaziguar a ira de Deus contra quem havia pecado. O Deus justo que Lutero encontrou na Bíblia permanecia na sua mente como um juiz de acusação, cujas leis haviam sido quebradas.

Na universidade de Wittenberg, Martinho Lutero recebeu a responsabilidade de fazer estudos de passagens bíblicas, e, em 1515, dois anos antes de Ter afixado suas 95 teses, ele iniciou uma série de palestras na epístola aos Romanos. Neste grande tratado de Paulo, Lutero descobriu o coração do Evangelho no capítulo 1, versos 16 e 17: "Pois não me envergonho do Evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego; visto que a justiça de Deus se revela no Evangelho, de fé em fé, como está escrito: O justo viverá por fé".

A retidão que Lutero precisava, mas que não tinha poder de produzir, ele encontrou no evangelho de Cristo. Ele descobriu que é uma retidão que vem de Deus! A retidão que Deus exige, é a retidão que Ele mesmo fornece, através da fé no Seu Filho. Aí está o coração da fé cristã - o homem pecador é justificado, isto é, obtém uma vida reta diante de Deus, SOLA FIDE, através da fé somente.

Quando Lutero fez a descoberta da justificação através unicamente da é, ele exclamou: "Eu senti que havia realmente nascido novamente e que havia entrado no próprio paraíso através dos portões abertos. Ali uma face totalmente diferente das Escrituras tornou-se clara para mim".

Sim, um milagre havia acontecido no coração e na alma de Martinho Lutero. Enquanto ele estudava a palavra de Deus, o Espírito de Deus lhe concedeu a vida espiritual, o regenerou e lhe deu a fé para crer e compreender a justificação, a retidão que ele necessitava tão desesperadamente; havia-lhe sido dada pelo Filho de Deus. O Protestantismo proclama que a fé, somente a fé justifica o pecador, isto é, o declara justificado diante de Deus.

O catecismo de Heidelberg é uma das grandes declarações da Reforma Protestante, e a sua definição de fé salvadora é especialmente pertinente: "A verdadeira fé não é meramente o conhecimento de que eu declaro saber ser a verdade tudo o que Deus revelou através da Bíblia, mas também é a firme confiança de que o Espírito Santo trabalha no meu coração pelo Evangelho; que não só para os outros, mas para mim também, a remissão dos pecados, a justificação eterna e a salvação são gratuitamente dadas por Deus meramente pela graça, só pelo méritos de Jesus Cristo".

Aí está! O pecador, sem qualquer mérito próprio apresenta diante de Deus os perfeitos méritos de Jesus Cristo que é a suprema benevolência do céu descendo para alcançar os pecadores que não podem alcançar a deus,. Como Jesus colocou isso: "Porque o Filho do Homem veio buscar e salvar o perdido"(Lc. 19:10). Ele veio buscar homens que, por natureza, jamais O buscariam. Ele amava tanto os pecadores perdidos que Ele os perseguia ao fugirem dEle, alcançou-os durante a fuga, e pelo toque suave da sua graça os transformou e guiou para o céu. Paulo descreve essa salvação de forma belíssima: "Quando, porém, se manifestar a benignidade de Deus, nosso Salvador, e o Seu amor para com todos os homens não por obra de justiça praticada por nós, mas segundo a Sua miseri-

córdia Ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo, que ele derramou sobre nós ricamente por meio de Jesus Cristo nosso Salvador"(Tt. 3:4-6).

Martinho Lutero sabia que havia recebido o presente preciosos de Deus, a fé justificadora em Jesus Cristo. E quanto a nós? Ao considerarmos os três grandes princípios do Protestantismo cremos na Bíblia? Estamos firmados na SOLA SCRIPTURA, só na Palavra de Deus? Temos abandonado todos os esforços de nos salvar por nós mesmos? Podemos nós apresentar-nos diante de Deus salvos por Cristo, SOLA GRATIA? Já confessamos os nossos pecados e sabemos da nossa condição de pecadores perdidos? Sentimo-nos sem esperança e incapazes como Lutero? Cremos que, pela fé, Cristo morreu por nossos pecados e ressuscitou? Se respondemos afirmativamente, nós também nascemos de novo; nós também, encontramos os portões abertos do paraíso; nós também, temos recebido a justificação que vem de Deus, que é "do primeiro ao último através da fé", pois nós "que através da fé fomos justificados, viveremos!".

Na última década deste século, mais de quinhentos anos depois do nascimento de Lutero em 1483, a Igreja contemporânea deve proclamar o Evangelho de SOLA FIDE. Se a Igreja da nossa geração não estiver fazendo isto, chegou a hora, novamente, de protestar! Vamos transformar a nossa Igreja em realmente Protestante novamente. Vamos testemunhar de Cristo e pela Palavra de Deus. Vamos protestar contra os desígnios humanos e as falsas tradições. Nós precisamos de um reavivamento do genuíno testemunho Protestante, pois estes princípios estão sendo descartados, apesar de virem da Bíblia e terem sido escritos com sangue dos mártires.

Vamos protestar, antes que o verdadeiro Protestantismo se perca por omissão e negligência. Aqui está a fé dos nossos pais, a fé pela qual viveram e pela qual morreram. Esta é a fé que permitiu que Lutero ficasse de pé diante da igreja e do império e declarar:

"A minha consciência está presa à Palavra de Deus". Esta é a fé que sustentou o mártir protestante inglês Thomas Cranmer, arcebispo de Cantebury, que morreu queimado durante o reinado de Maria a Sangüinária. Que em momento anterior de fraqueza, havia negado a sua fé para salvar a sua vida, mais que recuperou a sua coragem e pagou o preço pela lealdade ao Senhor. Quando o fogo foi colocado aos seus pés, Thomas Cranmer colocou sua mão direita dentro das chamas e clamou: "Porque a minha mão ofendeu ao escrever o contrário do que dizia meu coração, ela será queimada primeiro".

Como Lutero, Cranmer e outros mártires creram nos três princípios do Protestantismo e sabiam que não podiam negá-los sem negar o próprio Jesus Cristo. Que Deus nos dê coragem de viver pela mesma fé e de morrer nela.

*Eterno Deus e Pai do Nosso Senhor Jesus Cristo, dá-nos o Teu Espírito Santo que escreve a Palavra pregada em nossos corações. Que nós possamos receber e crer no Teu Espírito para sermos regozijados e confortados por Ele na eternidade. Glorifica a Tua palavra em nossos corações e faz com que ela seja tão brilhante e quente que nós possamos achar prazer nela, através do Teu Espírito Santo, pensar o que é certo, e pelo Teu poder cumprir a Tua Palavra por amor de Jesus Cristo, Teu Filho, Nosso Senhor. Amém!*

**(Martinho Lutero)**

.

## Guia de Estudo

- Quais são os três princípios centrais do protestantismo apresentados no capítulo? Por que eles foram tão revolucionários no contexto do século XVI-XVII?
- Como esses princípios se opõem diretamente aos fundamentos da teologia católico-romana?
- O capítulo menciona a venda de indulgências como o estopim da Reforma. Que relação há entre essa prática e a negação da suficiência da obra de Cristo?
- Como os princípios protestantes apresentados moldam a forma como o crente lê a Bíblia, ora e se relaciona com Deus?
- Esses princípios ainda são relevantes no século XXI? Que ameaças modernas podem enfraquecer sua aplicação na vida da Igreja?
- Após estudar esse capítulo, como você resumiria a diferença essencial entre o evangelho reformado e o sistema romano?

***Voltar ao Índice***

# Capítulo XIII

# Referências


Carrero, A. B. "Como comenzó el papado." *El Faro*, September 21, 1917.

Chirico, Leonardo. "Arquivos do Vaticano: Perspectivas Evangélicas sobre o Catolicismo Romano." *Four Tips for Communicating the Gospel to Roman Catholics*. Accessed March 16, 2025.

Collete, Carlos H. *Inovações da Igreja Católica Romana*. São José dos Campos: Fiel, 2024.

Cunningham, William. *The Reformers and the Theology of the Reformation*. West Linn, OR: Monergism Books, 2022.

Davies, Guy. "Ten Differences between the Reformation and Rome." *Banner of Truth*, September 9, 2008.

Geisler, Norman, and William Nix. *Introdução geral à Bíblia: Uma análise abrangente da inspiração, canonização, transmissão e tradução*. São Paulo: Vida Nova, 2023.

João Paulo II. "A Assunção de Maria é um Privilégio Concedido à Mãe de Deus." Audiência Geral, July 2, 1997. Available at Vatican.va.

Johnson, Elizabeth A. *Nossa Verdadeira Irmã: Teologia de Maria na Comunhão dos Santos*. São Paulo: Loyola, 2006.

McGoldrick, James E. "Três Princípios do Protestantismo." *Os Puritanos*, no. 4 (Julho/Agosto 1994).

Reis, Aníbal Pereira. *A Virgem Maria*. São Paulo: Edições Cristãs, 1975.

Standridge, Jordan. "Why You Should Never Take the Mass." The Cripplegate, 23 jun. 2020.

Luther, Martin. *The Sermons of Martin Luther*, vol. VIII. Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1983.

***Voltar ao Índice***

# Sobre o autor e sua trajetória



Isaias Lobão Pereira Júnior nasceu em Anápolis (GO).

Ao longo dos anos, tem atuado como professor, pastor, escritor, consultor educacional e pesquisador.

Em todas essas atividades, procura aproximar o conhecimento acadêmico das perguntas, desafios e dificuldades da vida cotidiana.

Professor no Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

É membro da *World Reformed Fellowship*, da *Society of Biblical Literature*, do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR) e da Lexum.

Doutor em História pela Universitat de València, na Espanha. Mestre em Teologia pela Faculdade EST (São Leopoldo, RS). Possui especializações em Docência do Ensino Superior (Faculdade Albert Einstein. DF) e Gestão Pública (Faculdade Metropolitana de São Paulo).

É bacharel e licenciado em História pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Teologia pela Faculdade Cristã Evangélica de Brasília. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Única de

Ipatinga. Diplomado em Teologia pelo Seminário Hispano Reina Valera (Houston, TX/EUA).

Com 28 anos de experiência, atua como tradutor, revisor e gestor de projetos, trabalhando com textos em inglês e espanhol. Possui ainda domínio em línguas clássicas como grego, hebraico, aramaico e latim.

Como pesquisador, integra o Grupo de Pesquisa em Gestão, Inovação e Mercados (GP-GIM) do Instituto Federal de Goiás (IFG), o Projeto de Estudos Judaicos-Helenísticos (PEJ-UnB) e o Middle Persian Studies (MPS).

Sua formação também inclui estudos em liderança e ministério de juventude pela Escola de Liderança e Ministério (ELIM), organizada pela Mocidade para Cristo do Brasil, além da participação na *Summer School* do Instituto Mises Brasil, em 2019.

Suas pesquisas nas áreas de história, teologia, filosofia e economia política resultaram na publicação de diversos artigos e livros sobre esses temas.

***Voltar ao Índice***

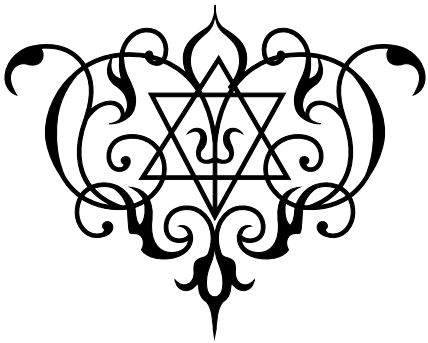
CASA EDITORIAL

*Laissez-Faire*

A Casa Editorial *Laissez-Faire* foi criada para publicar obras que incentivam a reflexão crítica e independente, cobrindo temas como libertarianismo, história, teologia, filosofia, economia política, ficção, entre outros.

O nome "*Laissez-Faire*", que significa "deixar fazer"em francês, simboliza nosso compromisso com a liberdade individual e mínima intervenção externa.

Valorizamos a diversidade de ideias e a liberdade de expressão, dedicando-nos a oferecer conteúdo de alta qualidade e relevância.





Este livro é fruto de anos de estudo, pesquisa e dedicação à produção intelectual independente. Se o conteúdo aqui apresentado foi útil, esclarecedor ou inspirador, e se você desejar apoiar a continuidade deste trabalho, saiba que isso pode ser feito de forma simples e inteiramente voluntária.

As contribuições recebidas são destinadas à manutenção dos projetos de pesquisa, escrita e publicação, sempre orientados pelo compromisso com o rigor acadêmico, a clareza pedagógica e a liberdade intelectual.

Apoiar este trabalho é um gesto livre. A leitura desta obra já é, por si só, motivo de sincera gratidão.

**PIX para apoio voluntário**

isaiaslobao2020@gmail.com



Este livro foi composto com o software LaTeX,
formatado com a fonte *Libertine*, no tamanho 12.
Design gráfico e diagramação de Evan Unbekannt Niemand.

**Primeira edição** – Março de 2026.